

Arnold Arie van Rossum

**A QUESTÃO DAS SUBSISTÊNCIAS NO PORTO, NO PERÍODO DA
GRANDE GUERRA**



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2011

Arnold Arie van Rossum

**A QUESTÃO DAS SUBSISTÊNCIAS NO PORTO, NO PERÍODO DA
GRANDE GUERRA**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
História Contemporânea

Orientador:

Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2011

À minha mãe, Willemina Ysenbout, que, possuidora de uma vasta cultura e saber me incutiu desde pequeno o gosto pela leitura e pela curiosidade, que nunca me abandonou.

Agradecimentos

No desenrolar do meu percurso académico, tive sempre o apoio e a simpatia de todos os professores do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sem exceções. A todos quero prestar os meus agradecimentos.

De todos os colegas do ano «vintage» de 2006, não posso deixar de mencionar o grupo dos *mais velhos*. Em vivência, esclareça-se. Do Paulo Almeida, o primeiro, que conheci no corredor onde esperávamos pela entrevista e do compromisso que assumimos, nesse momento, de que nos íamos apoiar um ao outro, de modo a levar este barco a bom porto. Felizmente, não foi um dos cedidos à Inglaterra! Veio depois o João, de quem logo se fica a gostar. Prestável até dizer chega! Só tinha um senão, a netinha, que recebia mais carinhos que nós. A seguir o Arnaldo, sempre bem informado e o único que me acompanhava, plenamente, nos bons petiscos. *Last, but not least* o Fernando. Boa companhia a todas as horas, o contraponto que bastantes vezes nos chamou à razão, por isto ou por aquilo. São amizades e companheirismo inesquecíveis, que serão para sempre.

Tenho que agradecer e homenagear as três mulheres da minha vida, além do meu filho. A primeira é a minha mãe a quem devo, genética e culturalmente, este amor pelo saber e pela leitura, que me ajudaram a ser o que sou, e a aceitar este desafio que, certamente, não terminará com a apresentação e defesa desta dissertação. A Celeste que, há uma eternidade, me atura (38 anos), me encoraja, me apoia, me critica, me ama.

A minha filha Carla Alexandra, sempre cheia de dúvidas e de certezas, afinal como todos nós. Quase tem mais prazer na minha carreira académica, que eu.

O meu filho Arnold Alexander, cuja admiração pelo pai me faz entender que vale a pena prosseguir.

Tenho que agradecer, em especial, a todos os professores que me acompanharam, durante o Mestrado de História Contemporânea.

Finalmente, o Professor Doutor Gaspar Martins Pereira, orientador desta dissertação, pelo seu apoio, paciência, tempo, atenção e, o que tem para mim um valor imenso, a sua amizade, o seu bem-querer.

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	4
1. A QUESTÃO E O CONTEXTO: OS PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE GÉNEROS ALIMENTARES NA EUROPA NO TEMPO DA GRANDE GUERRA	7
1.1. Os antecedentes: o regresso ao proteccionismo	7
1.2. A problemática dos transportes e da guerra	10
1.3. O papel económico dos países neutrais	12
2.A QUESTÃO DAS SUBSISTÊNCIAS EM PORTUGAL	13
2.1. Os antecedentes. A velha «questão cerealífera», antes da República	13
2.2. A «Lei da Fome»	16
2.3. A política económica da República	18
2.4. Um mau ano agrícola (1916)	21
2.5 Degradação das condições de vida das populações	24
2.6. O problema da requisição dos barcos alemães	28
2.7. A reacção do movimento operário e popular	32
2.8. A ineficácia das políticas de abastecimento da República	42
3. A CRISE DAS SUBSISTÊNCIAS NO PORTO	54
3.1. Aspectos da crise no Porto	54
3.2. A acção do Governo Civil do Porto	65
3.3. A Comissão Municipal de Subsistências do Porto	73
3.4. O papel de Manuel Pinto de Azevedo	95
CONCLUSÃO	100
FONTES E BIBLIOGRAFIA	109
ANEXOS	114

Resumo

Este trabalho pretende analisar a «questão das subsistências» em Portugal, no período da Primeira Guerra Mundial, a partir do estudo do caso portuense.

Com o deflagrar da Grande Guerra acentuaram-se as debilidades que o país apresentava no que respeitava à produção de bens alimentares, nomeadamente dos cereais. Os preços aumentaram, começaram a aparecer fenómenos de açambarcamento e de contrabando. Por fim, depois do inverno de 1916-1917, a fome fez a sua aparição.

Nesse inverno, os Aliados tinham reforçado o bloqueio à Alemanha, tendo esta reagido violentamente, com a guerra submarina no Atlântico, procurando cortar o abastecimento aos países aliados

Em todo o lado faltavam matérias-primas e alimentos. Todos os países, beligerantes ou não, mergulharam no caos. Uns mais que outros, mas a maioria, como Portugal, sofreram uma grave crise de subsistências, inflação e fome, acompanhadas por uma crescente agitação operária e popular, greves, motins de rua, insurreições militares e revoluções.

Tendo em conta este contexto geral e depois de analisada a legislação produzida para fazer face à questão das subsistências, bem como o grau de eficácia dessa legislação, esta dissertação entra no cerne da problemática em estudo: a situação no Porto, tendo em conta os aspectos particulares da crise nesta cidade, a acção do Governo Civil, a génese da Comissão Municipal de Subsistências e os seus objectivos.

Finalmente, analisa a actuação desta Comissão e a influência que o seu Presidente, Manuel Pinto de Azevedo, teve no seu sucesso.

Palavras-chave: História Social, Primeira República. Questão das Subsistências, Agitação Popular

Abstract

This paper aims to analyze the "issue of livelihoods" in Portugal during the First World War, based on the Oporto case study.

The outbreak of World War I widened the country's weaknesses regarding the production of foodstuffs, particularly cereals. Prices rose, phenomena of hoarding and smuggling started appearing. Finally, after the winter of 1916-1917, famine emerged.

That winter the Allies had enforced the blockade to Germany, which reacted violently with the submarine warfare in the Atlantic, seeking to cut supplies to the allied countries.

Everywhere there was a shortage of raw materials and foodstuffs. All countries, belligerent or not, plunged into chaos. Some more than others, but most, like Portugal, experienced inflation and famine, accompanied by growing labor and popular unrest, strikes, street riots, military uprisings and revolutions.

Given this general context and after having analyzed the legislation produced to address the issue of livelihoods, as well as the degree of effectiveness of this legislation, this work enters the heart of the problem under study: the situation in Oporto, taking into account the specific aspects of the crisis in this city, the action of the Civil Government, the genesis of the Municipal Commission of Livelihoods and its objectives.

Finally, it analyzes the performance of this Commission and the influence that its President, Manuel Pinto de Azevedo, had in its success.

Keywords: Social History, Portuguese First Republic, Livelihoods Issue, Popular Unrest

Introdução

Para se compreender a conjuntura geral que conduziu à situação de extrema carência alimentar, com todo o seu cortejo de fome e miséria, teremos que ir à raiz do problema.

A República herdara dos últimos tempos da Monarquia uma aguda questão de abastecimento de produtos alimentares, sendo o pão o mais premente, por ser a base alimentar das camadas mais pobres da população.

As leis dos cereais de 1889 e de 1899, pondo fim à livre importação de trigo que vigorava desde 1865, visavam proteger a produção cerealífera nacional. Proibia a importação de trigo, enquanto houvesse produto nacional. Em especial a lei de 1899, que fixava o preço do pão e cuidava de todos os pormenores desde a moagem até ao rateio. Consoante os interesses e as vantagens de quem a examinava, era considerada uma «lei benemérita» ou uma «lei da fome».

Com o deflagrar da Grande Guerra, acentuaram-se as debilidades que o país enfrentava no que diz respeito à produção de bens alimentares, nomeadamente dos cereais. Os preços aumentaram e começaram a aparecer fenómenos de açambarcamento e de contrabando. Por fim, depois do Inverno de 1916-1917, a fome fez a sua aparição.

O desenvolvimento da investigação e o tratamento das fontes suscitaram a divisão da dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo fazemos a contextualização da problemática, com uma pesquisa dos antecedentes e das condicionantes da política económica seguida pelos países europeus. Examinaremos a dependência da Europa em relação aos fornecedores do outro lado do oceano, e da importância crescente do transporte marítimo.

Uma questão muito importante que dividiu os políticos e a opinião pública portuguesa: entrar ou não na guerra. Ser neutral seria uma solução? Dedicaremos um subcapítulo a tentar perceber quais as suas implicações.

No segundo capítulo a atenção é dirigida para o caso português. Contextualizando examinaremos: os antecedentes desde os tempos da regeneração e do fontismo, da sua

política agrícola, dos transportes e das vias de comunicação; a problemática cerealífera; a legislação proteccionista e as suas características.

Não tendo inicialmente uma política económica própria a República continuará, nos primeiros anos, a seguir o modelo monárquico, com arranjos pontuais. A política seguida, a guerra e os maus anos agrícolas culminaram numa crise de subsistências e, em última análise, à degradação das condições de vida das populações.

Daremos especial atenção ao modo como reagiu a classe trabalhadora e o operariado a esta situação, e do aumento da conflitualidade social.

Poderiam as circunstâncias ser diferentes se Portugal tivesse uma frota comercial minimamente operacional? Foi correcta a decisão de ceder 80% dos barcos apreendidos aos alemães, à Inglaterra? Procuraremos encontrar uma resposta a esta questão.

Estudaremos a legislação produzida e tentaremos concluir da sua eficácia. Houve alguma coerência na sua produção, ao longo do período em análise? Foi bem recebida? Bem executada? Teve em linha de conta as circunstâncias da sua aplicabilidade, como as limitações locais, de transporte, da vontade dos intervenientes em cumprir e, principalmente, da sua honestidade, do desejo de pôr o interesse público acima dos seus interesses privados? A repressão era necessária? Foi eficientemente exercida? Resultou? É uma mão cheia de perguntas às quais tentaremos responder.

Quanto à política de abastecimentos e da maneira de colmatar os défices da produção nacional, existiam duas concepções em confronto: a primeira, seguida pelos órgãos governamentais, era a da fixação de preços, as célebres tabelas e de restrições às importações; a segunda era uma concepção mais liberal, dever-se-ia deixar o mercado funcionar, não fixando preços, nem tabelas, dando liberdade total à importação. Iremos auscultar a opinião daqueles que a todo o momento, ao longo do período em análise, a solicitavam/exigiam.

No terceiro capítulo iremos ao âmago desta dissertação: a crise no Porto.

Iremos fazer uma análise dos acontecimentos, que caracterizaram o efeito da crise na vida das populações; as especificidades próprias do Porto e do Norte de Portugal; os diferentes tipos de reacção popular; a acção do Governo Civil.

A Câmara Municipal do Porto sentiu, dada a ineficiência do Poder Central e da sua Comissão Central de Abastecimentos, necessidade em criar ferramentas que a habilitassem a resolver, ou pelo menos minimizar, o grave problema das subsistências, no Porto. Daí a criação da Comissão Municipal de Subsistências Acompanharemos a sua luta diária em conseguir prover a cidade com a farinha de milho, para o pão de cada dia, contra os açambarcadores e os especuladores que se aproveitavam das necessidades e da impotência dos outros, para fazerem o seu negócio sujo. Mas também contra o poder central, e contra as autoridades regionais e os lavradores que não autorizavam a saída do cereal que produziam, mesmo aquele em excesso.

De como a comissão evoluiu de uma posição de facilitadora para uma posição de controladora dos preços e, perante o agudizar da crise, de concorrente. Esta concorrência provocava, só por si, uma baixa de preços. As importações directas efectuadas pela Comissão Municipal de Subsistências e a inauguração de duas padarias municipais foram um elemento primordial nessa luta.

Finalmente, a figura de Manuel Pinto de Azevedo. O sucesso ou insucesso de todos os projectos inovadores depende, em grande medida, da pessoa que o corporiza. Quem era Manuel Pinto de Azevedo, que ideais o enformavam? Em que medida eles influenciaram a sua actuação, que mereceu tantos elogios e, também, o seu quinhão de ódio e inveja.

1. A QUESTÃO E O CONTEXTO: OS PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE GÉNEROS ALIMENTARES NA EUROPA NO TEMPO DA GRANDE GUERRA

«Nenhuma lei é benéfica se ataca qualquer classe social ou restringe a sua liberdade. As classes sociais não vivem separadas, em compartimentos estanques. Vivem em perpétua interdependência, em constante interpenetração. O que lesa uma, lesa todas. A lei que ataca uma é a todas que ataca.»

Fernando Pessoa

1.1. Os antecedentes: o regresso do proteccionismo

Para podermos fazer uma análise da questão das subsistências no Porto, durante a Grande Guerra, teremos que a efectuar numa perspectiva contextual, buscando compreender a situação nacional e internacional, desde meados do século XIX.

A introdução do vapor nos meios de transporte na segunda metade do século XIX – caminhos-de-ferro e marinha mercante – levou ao embaratecimento dos fretes marítimos. O resultado deste progresso técnico e do aumento geral dos fluxos internacionais, que vieram alterar substancialmente o comércio mundial, provocou alterações acentuadas nos equilíbrios comerciais europeus. Os produtos provenientes do outro lado do Atlântico eram vendidos na Europa a preços inferiores aos de qualidade idêntica, de origem europeia.

Desde o final do Antigo Regime, a política seguida pelos poderes governamentais oscilou entre as ideias livre-cambistas e as proteccionistas. No último quartel de Oitocentos, à medida que se espalhava um crescente fervor nacionalista por toda a Europa, os Estados adoptaram medidas firmemente proteccionistas. Não era de estranhar, pois, entre outros aspectos, se tratava da reacção a uma crise que estava a atingir a agricultura europeia, em consequência da invasão de produtos agrícolas a baixo preço.

Jaime Reis diz-nos que, «com excepção da Grã-Bretanha, por toda a parte os protestos de proprietários e agricultores levaram a que se tomassem medidas para proteger o

sector agrícola de tais dificuldades, normalmente sob a forma de barreiras alfandegárias para os cereais, gados, vinhos e lacticínios»¹.

Foi a partir do último quartel do século XIX que os britânicos começaram a constatar a existência de uma grande quantidade de cereais, de boa qualidade e de baixo preço, provenientes dos Estados Unidos, Argentina, Canadá e Austrália. Como os seus próprios cereais tinham perdido competitividade, o campo inglês passou, então, a dedicar-se à produção de pastos e à pecuária.²

Deve, no entanto, notar-se que não foram só razões puramente económicas que justificaram a adopção de medidas proteccionistas: o exacerbar dos nacionalismos europeus, que se acentuou com a unificação alemã e italiana, e as crescentes necessidades financeiras dos governos, sobretudo pelos gastos militares a que conduziu a política internacional de equilíbrios de poderes, foram também factores preponderantes. Foram as rivalidades políticas que, em parte, fizeram com que o nacionalismo triunfasse sobre o liberalismo económico.³

Já na sua obra “*A questão cerealífera*” Oliveira Salazar afirmava que «proteccionismo ou livre-cambismo são problemas de *política económica*, resolvidos segundo as circunstâncias, mais pela estatística que por princípios doutrinários. O despertar das nacionalidades, surgidas no último quartel de Oitocentos, erigiam como principio norteador, o maior “*enriquecimento nacional*” pelo desenvolvimento das forças produtivas, no supremo interesse da nação»⁴.

A industrialização da Europa processou-se de uma forma desigual, pelo que nem todos os países europeus alcançaram um nível de industrialização idêntico.⁵

¹ REIS, Jaime — *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, p.33.

² Idem, *ibidem*, p. 270.

³ Idem, *ibidem*, p.272.

⁴ SALAZAR, António de Oliveira — *O Ágio de Ouro e Outros Textos Económicos*. 2ª ed. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p. 153.

⁵ Vários Estados europeus, sobretudo nas áreas mediterrânicas e do Leste, continuavam a viver, por volta de 1850, numa economia tradicional dominada pela agricultura. Nestes países investia-se pouco pelo que os rendimentos por habitante estagnaram ou reduziram-se. Na maioria dos países da Europa Ocidental, porém, as condições necessárias ao arranque desenvolvimentista (Rostow) puderam concretizar-se: as produções agrícolas e mineiras aumentaram, o Estado favoreceu o incremento dos meios de transporte, os capitais acumularam-se. POIDEVIN, Raymond — *A era da dominação (1848-1914)*. In DREYUS, François-George; MARX, Roland; POIDEVIN, Raymond – *História Geral da Europa*. Vol. 3: *A Europa de 1789 aos nossos dias*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p.185.

A melhoria dos meios de transporte, também incrementada em Portugal, desde meados do século XIX, com o fontismo, permite-nos assistir, até 1914, a uma transformação profunda das estruturas económicas. A Europa ficou, no entanto, muito longe de apresentar uma imagem uniforme de crescimento económico. Muitos países, como Portugal, apresentavam atrasos sensíveis. A Alemanha, com um forte crescimento, teve uma desaceleração com a crise de 1873, tendo registado uma recuperação a partir do final do século XIX, ainda que com algumas perturbações. Em França, não sendo tão fulgurante, oscilou também entre períodos de rápido crescimento no terceiro quartel do século XIX, e de contracção, nas décadas seguintes. A Inglaterra, apesar do seu avanço industrial, sofreu também uma profunda depressão que se prolongou até 1905 para entrar numa renovada fase de prosperidade.⁶

Tal como em Portugal, os Estados europeus procuraram estimular a rede de caminhos-de-ferro. Neste sector, tal como nas infra-estruturas portuárias, suportavam os encargos necessários para a melhoria dos meios de transporte. O Estado, deste modo, desempenhou um papel muito importante em dois aspectos essenciais: o estímulo ao desenvolvimento económico e a política aduaneira.

A 23 de Janeiro de 1860, a França e a Inglaterra assinaram um tratado de comércio. Este tratado, além de prever reduções recíprocas de direitos, incluía a cláusula de «*nação mais favorecida*». Este mecanismo possibilitava que quaisquer condições especiais acordadas entre as partes contratantes pudessem ser automaticamente concedidas a países terceiros. Este facto estimulou a assinatura generalizada de tratados comerciais. A Europa tornou-se assim mais livre-cambista, mantendo, apesar disso, as barreiras alfandegárias.⁷

Em 1870 a Europa vivia praticamente em regime livre-cambista. Após a crise de 1873, assiste-se por toda a Europa a um movimento de contestação à entrada de produtos industriais ingleses e aos cereais russos e americanos. Na Alemanha, Bismarck, estando interessado em aumentar os recursos do Governo Federal, impôs, com a nova pauta aduaneira de 1879, um sistema de direitos protectores das produções agrícolas e florestais. As taxas alfandegárias foram, em 1902, e por pressão dos grandes agrários,

⁶ POIDEVIN, Raymond — *A era da dominação (1848-1914)*. In DREYUS, François-George; MARX, Roland; POIDEVIN, Raymond — *História Geral da Europa*. Vol. 3: *A Europa de 1789 aos nossos dias*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p.185.

⁷ Idem, *ibidem*, p.189.

agravadas. A França, em 1881, dada a crise generalizada e os protestos dos agricultores, regressou ao proteccionismo.⁸

A Inglaterra, desde sempre adepta da liberalização económica, passou a estar também sob pressão. Os livre-cambistas, agrupados na *Fair Trade League*, pretendiam utilizar as pautas aduaneiras nas negociações de tratados, de tal modo que assegurassem a reciprocidade aos produtos ingleses. Havia, no entanto, uma voz discordante: Lord Chamberlain, um industrial de Birmingham, formado num ambiente de livre-câmbio e do *laisser-faire*, apercebendo-se do impacto negativo das importações maciças de produtos estrangeiros na sua cidade natal, mudou de opinião. Passou a achar que a comunidade devia cuidar dos seus membros. Passou a insistir que a Grã-Bretanha necessitava de um grande Império capaz de se auto-sustentar e de se auto-proteger. Do Império viriam as matérias-primas, proporcionando também mercados seguros para a indústria manufactureira inglesa.⁹ No entanto, os ingleses, convictos adeptos do *Free Trade*, continuaram fiéis ao livre-cambismo.

1.2. A problemática dos transportes e da guerra

Rondo Cameron diz-nos que «uma mudança económica substancial ocorre, geralmente, num tempo longo. As consequências de alterações quer demográficas, quer de recursos, quer tecnológicas podem perdurar por um largo período, de até séculos. Em contrapartida, as alterações políticas podem ocorrer abruptamente, gerando impactos profundos naqueles factores económicos e demográficos. Foi isso que ocorreu com a Grande Guerra de 1914/1918»¹⁰.

A Grande Guerra, com as suas necessidades acrescidas e com o afundamento de muitos milhões de toneladas de barcos, agravadas por maus anos agrícolas, teve consequências inimagináveis.

O controlo marítimo era essencial para os Ingleses poderem mover tropas e material de guerra de todos os pontos do Império Britânico para a França. A *Royal Navy* mantinha

⁸ Idem, *ibidem*, p.190.

⁹ REDONDO, Gonzalo — *História Universal*. Tomo XII: *La Consolidacion de las Libertades*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1984, p. 270.

¹⁰ CAMERON, Rondo — *História Económica do Mundo*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2004, p.382.

também abertas as rotas à marinha americana. As colónias alemãs foram sendo ocupadas, e o comércio alemão foi praticamente varrido dos oceanos. A marinha de guerra alemã, com excepção dos submarinos, ficou encurralada nos seus portos. Ocasionalmente, uma pequena força fazia surtidas com o fim de provocar danos nas cidades e portos costeiros da Grã-Bretanha e atacar a marinha mercante aliada. Só numa ocasião se efectuou uma batalha naval importante, na Jutlândia, ao largo da costa dinamarquesa. Apesar de não se ter registado uma vitória a favor da marinha britânica, esta forçou a fuga da esquadra germânica para dentro do porto de Kiel, não tendo havido mais tentativas alemãs, até ao final da guerra. A marinha britânica de alto mar ficou então senhora dos mares.¹¹

O controlo dos oceanos impediu, assim, que os alemães efectuassem a aquisição directa de matérias-primas e de produtos alimentares provenientes do resto do mundo. Criaram, então, um ministério dedicado exclusivamente à questão das subsistências e começaram a abastecer-se nos países neutrais, como, por exemplo, os Estados Unidos, a Holanda e a Dinamarca. Naturalmente, os Aliados reagiram, tentando impedir esse tráfego, quer aumentando legalmente o número de artigos proibidos, quer aumentando o bloqueio da Alemanha.¹²

Foi no Inverno de 1916 que os aliados reforçaram o bloqueio à Alemanha. Este acto provocou uma forte reacção por parte deste país. Em Fevereiro de 1917, os submarinos alemães afundaram 540.000 toneladas de embarcações; em Março 578.000 e em Abril 847.000. Portugal perdeu durante o período da guerra 80 barcos, com um total de 45.000 toneladas.¹³

Como a Europa não era auto-suficiente, quer em produtos alimentares, quer em matérias-primas, estava tremendamente dependente de outros continentes. Milhares de barcos transportavam para a Europa essas mercadorias. A guerra, sobretudo em 1917, interrompeu esse tráfego. Em todo o lado faltavam matérias-primas e alimentos. Havia falta de tudo e vários produtos atingiam preços exorbitantes no mercado negro.

¹¹ KRAUS, Michael — *World War I, War at Sea*, In HALSEY, William D. (dir) — *Collier's Encyclopedia*. Vol. 23. USA: Crowell-Collier Educational Corporation, 1969, p.595.

¹² Idem, ibidem, p.596.

¹³ RAMOS, Rui — *A Segunda Fundação*. In MATTOSO, José (dir) — *História de Portugal*. Vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 519

1.3. O papel económico dos países neutrais

Apesar do avanço do proteccionismo desde finais do século XIX, os circuitos mundiais de comércio parecem ter funcionado, predominantemente, ao sabor do livre-cambismo, até à Grande Guerra. Como refere Rondo Cameron: «antes de 1914, a economia mundial tinha funcionado livre e, no seu todo, eficientemente. Apesar de algumas restrições sob a forma de tarifas proteccionistas, monopólios privados e cartéis internacionais, o grosso da actividade económica, tanto interna como internacional, foi regulada por mercados livres»¹⁴.

Alguns políticos portugueses, entre os quais Brito Camacho, estavam convencidos de que a neutralidade durante a guerra poderia beneficiar Portugal. No entanto, apesar de, nos dois primeiros anos, a Holanda e a Dinamarca terem podido beneficiar da sua posição neutral, a neutralidade não poupou ninguém à guerra. Camponeses venderam os seus produtos para as cidades com bom preço e comerciantes enriqueceram especulando e contrabandeando.

Os países neutrais desempenhavam cada um o seu papel especial: a Suíça, placa giratória do negócio e da diplomacia; a Escandinávia e a Holanda, países de trânsito comercial; a América Latina, fornecedora agrícola (cavalos, cereais, carne congelada, couro e açúcar). Alguns abasteciam os dois lados do conflito. A inspecção em alto mar destes navios, pela *Royal Navy*, não conseguiu, no entanto, pôr termo a este frutuoso comércio.¹⁵

A Grã-Bretanha, com o seu domínio dos mares tentou bloquear os portos alemães. Como vimos, este bloqueio foi eficaz, pois os navios alemães foram varridos dos oceanos. A Alemanha recorreu ao único meio de retaliação que ficou disponível: os submarinos. Estes evitavam a marinha de guerra inglesa, mas atacavam barcos comerciais indefesos. Na segunda metade da guerra, os navios neutrais começaram também a ser atingidos. Estes inquietavam-se, pois deixaram de poder escoar as

¹⁴ CAMERON, Rondo — O.C. p. 383.

¹⁵ KRAUS, Michael — O.C. p.596.

produções com destino à Europa. Esta luta traiçoeira iria provocar que alguns deles se juntassem aos Aliados.¹⁶

A inflação provocada pela guerra levou a uma desarticulação das economias nacionais e internacionais (com excepção dos Estados Unidos), obrigando-as a saírem do padrão-ouro, tentando, assim, estabilizar, ou pelo menos sincronizar, os movimentos de preços. Todas tiveram que contrair empréstimos em larga escala e até de emitir papel-moeda para poderem financiar a guerra. Isto provocou uma subida generalizada dos preços.¹⁷

Foi, no entanto, na sua vertente social que a guerra mais se fez sentir. Michael Kraus, num artigo da *Collier's*, diz-nos que «a Grande Guerra provocou perdas militares de cerca de dez milhões de mortos, de 20 milhões de feridos graves, e a perda da vida de dez milhões de civis. Não menos grave foi o facto de ela ter provocado, indirectamente, a morte por fome, ou por doença, de vinte milhões de pessoas em todo o teatro de guerra»¹⁸.

Também em Portugal se fizeram sentir as consequências da guerra, com o seu cortejo de carências graves e até de fome.

É sobre esta realidade que incidirá esta dissertação, em que daremos uma especial atenção às suas consequências em Portugal, centrando a nossa análise no caso do Porto.

2. A QUESTÃO DAS SUBSISTÊNCIAS EM PORTUGAL

2.1. Os antecedentes. A velha «questão cerealífera», antes da República

Para entendermos a situação do país aquando da implantação da República, teremos que examinar a evolução da problemática cerealífera desde meados do século XIX, passando pela chamada «Lei da Fome», de 1899.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ No fim da guerra, os preços eram em média, nos Estados Unidos, duas vezes e meia superiores ao que tinham sido em 1914; na Grã-Bretanha eram três vezes, na França cinco vezes e meia, na Alemanha mais de quinze vezes, provocando graves repercussões sociais e políticas. CAMERON, Rondo — O.C. p. 385.

¹⁸ KRAUS, Michael — O.C. p.596.

Iremos tentar compreender o que levou à promulgação daquela lei proteccionista e que consequências teve nos primeiros anos da 1ª República e nos anos de crise, durante a guerra.

A Regeneração é definida como uma política económica prioritariamente preocupada com o melhoramento das comunicações e dos meios de transporte, como instrumento-chave para o desenvolvimento da agricultura e da indústria do país.

O fontismo, ao preocupar-se com a modernização dos meios de transporte, procurava resolver um problema fundamental para o país, sem o qual o desenvolvimento não seria possível. A rede de comunicações era extremamente deficiente, dificultando a circulação de produtos e de pessoas no interior do país, provocando um ainda maior atraso em relação aos principais países com os quais Portugal mantinha relações comerciais.¹⁹

A marinha mercante, principal meio de transporte utilizado por Portugal no seu comércio externo, atingiu um tal declínio que chegou ao ponto de quase só poder garantir o tráfego de cabotagem. O transporte de mercadorias portuguesas e das mercadorias importadas ficou quase totalmente dependente do transporte por navios estrangeiros, principalmente britânicos. Esta situação será um dos factores mais condicionantes durante o período em que este trabalho pretende estudar: o período em que Portugal estará envolvido numa guerra mundial.

Portanto, esta modernização dos transportes só poderia ter beneficiado Portugal, permitindo-lhe resistir à competição internacional.

A grande dificuldade que Fontes Pereira de Melo enfrentou nos primeiros tempos resultou da incapacidade de o Estado pagar aos credores externos, de garantir condições que atraíssem capitais e de ter contas sólidas. Resolvido este desiderato, o fontismo iria, a partir de 1856, financiar as obras de fomento e os *deficits* do orçamento com o recurso

¹⁹ Desde pelo menos os meados do século XVIII, um grupo de “iluminados”, preocupado com o atraso do país, pensava que, para sair do isolamento, teria de ser através de vias que nos pusessem em contacto com os inventos modernos. No entanto, invadido por uma potência estrangeira, envolvido em convulsões políticas e guerras civis, Portugal não conseguira construir nada. Fontes Pereira de Melo afirmava que Portugal não tinha artérias nem veias por onde se fizesse a circulação. As dificuldades de trânsito eram barreiras entre os habitantes do mesmo povo. A sua construção permitiria o aproximar «do viver das nações cultas, abreviando as distâncias, para comunicação dos homens e permutação dos produtos». MÓNICA, Maria Filomena — *Fontes Pereira de Melo*. Lisboa: Assembleia da República, Edições Afrontamento, 1999, p. 28-30.

ao crescimento da dívida, dentro da ideia de que deveriam ser as gerações futuras a partilhar o pagamento das obras de que também iriam beneficiar.²⁰

De notar que, a longo prazo, o modelo criado não tinha hipóteses de resultar, pois estes investimentos não foram gastos em aplicações produtivas, e mesmo estas não tiveram as taxas de retorno esperadas. O resultado seria uma série de crises, a partir de meados da década de sessenta, provocadas pela dificuldade em arranjar moeda forte para pagar a dívida externa.²¹

Fontes Pereira de Melo pensava que a base de qualquer programa de fomento seria o alargamento do mercado interno e a melhoria das comunicações com o exterior. A sua actuação baseou-se numa premissa fundamental: o Estado cria as condições gerais do fomento, mas é a sociedade civil que o produz. O caminho-de-ferro e as novas estradas foram um factor decisivo na criação de uma nova economia, que possibilitou o fim do mercado típico do *Antigo Regime* em Portugal: uma estreita faixa litoral onde abundam as manufacturas estrangeiras, e um interior de mercados múltiplos e ligações mínimas entre si. As transformações operadas pelo *fontismo* contribuíram para conferir ao espaço económico nacional um certo grau de unidade, tornando esse espaço cada vez mais interdependente e integrado.²²

Entre 1850 e 1890 deu-se uma profunda alteração no sector primário, que ocupava 70% da população nacional. O crescimento urbano, o surto das obras públicas e, sobretudo, o desenvolvimento dos mercados externos provocaram um forte aumento da procura de produtos agrícolas, com a conseqüente subida de preços.²³

Dá-se uma série de movimentos interligados: diminuição da economia de subsistência, alargamento do mercado para produtos industriais, arroteamento de novas terras, redução dos baldios, diminuição dos pagamentos em géneros, crescimento das propriedades modernas que utilizam mão-de-obra assalariada, especialmente nas terras férteis do litoral e dos vales dos rios Tejo e Mondego, bem servidos pela rede de transportes. A melhoria das técnicas agrícolas possibilitou um aumento da

²⁰ TELO, António José — *O Modelo Político e Económico da Regeneração e do Fontismo*. In MEDINA, João (coord.) — *História Contemporânea de Portugal*, Vol. IX. Lisboa: Amigos do Livro, 1986, p. 15.

²¹ TELO, António José — O.C. p.15.

²² JUSTINO, David — *A Formação do Espaço Económico Nacional Portugal 1810-1913*. Vol. 2. Lisboa: Veja, Limitada, 1986. p.186.

²³ TELO, António José — O.C. p.21.

produtividade, permitindo a libertação de uma parte do sector primário. Este movimento permitiu o surto da emigração e o crescimento das cidades.²⁴

Como vimos, a melhoria dos meios de transporte oceânicos provocou um aumento da concorrência por parte do trigo americano, o que provocou, também em Portugal, uma diminuição da produção de trigo nacional. Este facto teve como consequência Portugal tornar-se, a médio prazo, um grande importador deste cereal, enquanto as terras libertadas se convertiam à vinha e à criação de gado. No entanto, devido a esta alteração e à necessidade de dar resposta às novas necessidades – alimentação do gado e das populações rurais – a produção de milho aumentou regularmente. Em resumo, este surto da produção agrícola ficou, em Portugal e na Europa, a dever-se ao desenvolvimento dos transportes, tendo a política liberal permitido uma alteração das estruturas agrárias, com o fim dos restos do *Antigo Regime*, possibilitando uma forte regressão da economia de subsistência.²⁵

O grande projecto da Regeneração foi a revolução verde, que seria a primeira fase da futura revolução industrial. Na realidade, todas as medidas tomadas por Fontes Pereira de Melo eram pontos prévios para a grande transformação do *fontismo*: a alteração das estruturas agrárias e a criação do mercado único nacional. No entanto, esta revolução verde não foi completada, pois não existia um mercado para uma mão-de-obra agrícola permanente, e também porque a realidade do mundo rural português era a subsistência de pequenos talhões, com trabalho intenso durante dois meses durante as colheitas e dez meses de grandes dificuldades.²⁶

2.2. A «Lei de Fome»

Desde há muito que o Estado dava uma protecção aos produtores de cereais, pois era um assunto de grande importância para Portugal. Na década final do século XIX, enveredou-se por uma firme política proteccionista, que viria a enformar a base de toda a legislação produzida até 1914. Como já vimos, por toda a Europa se tomaram medidas de protecção, na forma de barreiras alfandegárias para os cereais, gados, vinhos e lacticínios.

²⁴ TELO, António José — O.C. p. 21.

²⁵ TELO, António José — O.C. p. 24.

²⁶ TELO, António José — O.C. p. 24.

Em Portugal, estas medidas foram utilizadas de um modo diferente relativamente a outros países europeus. Nestes, as tarifas alfandegárias eram a base do mecanismo proteccionista e destinavam-se a aumentar o preço dos produtos importados, tornando a sua própria produção mais competitiva. No caso português, estas taxas destinavam-se, acima de tudo, a gerar receitas para o Estado, que tão carenciado estava de divisas fortes e, simultaneamente, a atender a *lobbies* sociais mais fortes, como a dos latifundiários ribatejanos e alentejanos, a que se contrapunham os industriais moageiros de Lisboa. Este sistema permitiu também a criação de um preço garantido à lavoura nacional.²⁷

Nestas condições, a agricultura cerealífera portuguesa pôde superar a crise e os preços dos cereais atingiram rapidamente valores muito aceitáveis e, apesar da concorrência americana, a área cultivada em Portugal aumentou. Este regime, que dizia sobretudo respeito ao trigo, tinha como objectivo assegurar aos agricultores condições de venda lucrativas, sem prejudicar a fileira da indústria panificadora. As suas disposições estão consignadas em duas leis, promulgadas em 1889 e em 1899, tendo esta última ficado conhecida como a «Lei da Fome»²⁸.

Todos os anos, em determinadas ocasiões entre Agosto e Novembro, o Estado, através do Mercado Central de Produtos Agrícolas, convidava os produtores de trigo a declararem as quantidades de trigo de que dispunham para venda, aos preços regulamentares. Na prática, e segundo este esquema, só podia ser importado trigo depois de esgotada a produção nacional.²⁹

A eficácia do esquema assentava na premissa de que os moageiros, que preferiam o produto importado, por ser mais fácil de trabalhar e dar farinha de melhor qualidade, teriam que comprar o mais possível matéria-prima nacional. Por outro lado, sabiam por experiência que, dado o défice da produção nacional, acabaria por ser permitida a aquisição de cereal exótico. No entanto, este processo de comercialização foi relativamente pouco utilizado, pois os agricultores não precisavam de recorrer a este esquema, porquanto os preços obtidos no mercado acabavam por ser comparáveis aos

²⁷ O trigo passaria, agora, a ter um preço que dependia apenas do tipo e da qualidade. Jaime Reis diz-nos que «tendo o preço do trigo sido fixado, em 1889, ao preço de 60 reis por quilograma para o trigo mole e 59 para o duro, só foi elevado duas vezes até 1914. Em 1899, foi fixado em 69 e 66 reis. REIS, Jaime — *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, p.45.

²⁸ REIS, Jaime — *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, p.35.

²⁹ REIS, Jaime — *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, p.36.

preços oficiais. Os próprios moageiros, para poderem obter, segundo a lei, melhor cota de importação, tinham obrigatoriamente de comprovar a sua capacidade de produção, bem assim como as quantidades de cereal nacional processadas.

Poderemos, a este propósito, citar Fernando Medeiros: «apesar de conhecida por Lei da Fome, a lei cerealífera de 1899 e a subsequente legislação regulamentadora reuniam disposições determinantes para assegurar a não subida do preço do pão comum.»³⁰ De facto, a promulgação das leis proteccionistas de 1889 e 1899 contribuiu para alargar a área de cultura dos cereais. A produção de cereais (principalmente do trigo), com a ocupação dos terrenos incultos ou de pousio largo, começou a mostrar-se mais rentável, tendo conhecido um desenvolvimento considerável.³¹

2.3. A política económica da República

Quando apresentou o programa do seu governo, a 4 de Setembro de 1911, João Chagas afirmou que «a única forma de consolidar a República seria seguir uma política de conciliação entre todos os portugueses». Era importante não desiludir as classes trabalhadoras e travar a onda crescente de conflitualidade social. No entanto, isto não aconteceu. Um dos primeiros sinais desta incapacidade foi a fundação por António José de Almeida e Brito Camacho, respectivamente, dos partidos Evolucionista e União Republicana. Seriam as primeiras dissidências no interior do Partido Republicano Português.³²

Fernanda Rollo afirma que «não tardou muito que os próprios limites do modelo político-constitucional em que a República assentara viessem ao cimo, revelando, também, por entre outros matizes, o vazio ideológico de parte dos seus líderes».³³ Os partidos conservadores, tendo perdido protagonismo, passaram a encarar o golpismo

³⁰ MEDEIROS, Fernando — *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: Editora A Regra do Jogo, 1978, p.125.

³¹ «Graças a estas condições favoráveis, que se conjugaram a partir do final do século com a rápida descida do preço dos adubos, as colheitas de trigo subiram em flecha (a produção média de 1896-1906 foi 50% superior à da década anterior». MARTINS, Conceição Andrade — in, *História Económica de Portugal, 1700-2000*, (coord.) LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira, vol. 2, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 229.

³² ROLLO, Fernanda — *Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso*. In ROLLO, Fernanda, ROSAS, Fernando (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009. p. 235.

³³ ROLLO, Fernanda — *Os Sete Pecados da República*, «Única» 2 de Fevereiro de 2010, p. 23.

como a única maneira de fazer frente ao Partido Republicano liderado por Afonso Costa.

O fracasso do poder político perante o peso e a influência alcançados pelos «grupos económicos» era o reflexo do insucesso das políticas económicas republicanas, aliadas à ausência de uma estratégia de actuação global que reservasse ao Estado um papel mais interventivo e dinâmico. Por outro lado a elite económica não mostrou grande interesse em concorrer com os seus capitais, na indústria. A agricultura e o comércio continuavam a ser a grande aposta, enquanto os capitais fugiam para o exterior.³⁴

Por outro lado, não nos podemos esquecer que as classes mais humildes encaravam a República como a resposta aos seus anseios de uma melhoria do seu nível de vida. Não foi isso o que aconteceu, pois a maioria das propostas de fomento avançadas pela República ficou por concretizar, provocando o descontentamento popular. Logo nos primeiros meses de 1911, já quase todas as corporações operárias de Lisboa tinham organizado greves. Mais adiante iremos ver que a orientação sindicalista revolucionária vinha, também ela, conquistando cada vez mais adeptos entre os trabalhadores.³⁵

Aquando da implantação da República, a população portuguesa era composta de 5,5 milhões de habitantes, maioritariamente rural e analfabeta, que ficou à margem do impacto do republicanismo. Entende-se, deste modo, as dificuldades que o regime enfrentou, por excluir o apoio de tão grande sector da vida nacional.

Um factor que muito contribuiu para a desestabilização foi a promulgação, pelo ministro do Fomento, Brito Camacho, da equiparação do direito à greve e *lockout*, inscrita no chamado «decreto burla» de 6 de Dezembro de 1910. Esta lei atribuiu ao Governo o direito de usar todo o seu poder para reprimir de forma rápida e eficaz quaisquer manifestações de descontentamento do operariado.³⁶

Quando o movimento operário e os sindicatos tentaram reagir à degradação do poder de compra das populações, foram confrontados, como iremos analisar mais adiante, com a forma violenta como as autoridades procuraram travar esses movimentos.

³⁴ ROLLO, Fernanda — *Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso*. In ROLLO, Fernanda, ROSAS, Fernando (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009. p. 235.

³⁵ ROLLO, Fernanda — *Os Sete Pecados da República*, «Única» 2 de Fevereiro de 2010, p. 24.

³⁶ ROLLO, Fernanda — O.C. p. 233.

César Oliveira diz-nos que a legislação republicana publicada no primeiro ano não contemplava nenhuma medida de carácter económico ou social. Tinha-se dado prioridade à legislação anti-clerical, à legislação referente ao sistema educativo e à consagração das liberdades públicas.³⁷

O regime, como não tinha definido uma política económica e financeira própria, prosseguiu uma estratégia em muitos aspectos idêntica à da Regeneração. No entanto, muitas das propostas de fomento não foram concretizadas. Apostou-se na difusão da instrução e no aumento do crédito agrícola com a criação de Caixas de Crédito Agrícola. No que concerne à agricultura, Ezequiel Campos preconizava a especialização do país na produção agrícola, na valorização dos solos e no planeamento regional.³⁸

Apesar de o Partido Republicano procurar envolver todas as classes sociais, era sobretudo no meio urbano que a sua influência se fazia sentir, tendo tido imensas dificuldades em penetrar no mundo rural.

Num extenso discurso de apresentação ao Parlamento do programa do Governo, em Dezembro de 1915, o Presidente do Ministério e Ministro das Finanças, Afonso Costa, declarava que iria conseguir o «barateamento» das subsistências através de uma política cooperativista, de todas as formas de actividade. O Governo iria: defender e valorizar a força do trabalho; facilitar o fomento das riquezas naturais; estabelecer facilidades nos transportes, com a construção de estradas e caminhos-de-ferro e pelo melhoramento dos portos; pela baixa das tarifas».³⁹

O deputado Costa Júnior, da minoria socialista, aproveitara a ocasião e chamara a atenção do Governo para algumas questões que muito interessavam ao seu grupo parlamentar: das subsistências; do horário de trabalho que não estava a ser cumprido; das questões financeiras.⁴⁰

Nesta sessão o deputado Malva do Vale faz uma longa dissertação sobre a problemática da vinha, que estava em alguns pontos do país a substituir o cultivo dos cereais estando deste modo a prejudicar a região do Douro. O Governo acordara com o Governo Inglês

³⁷ OLIVEIRA, César — *O Operariado e a República Democrática 1910-1914*. Porto: Editorial Afrontamento, 1971, p. 42.

³⁸ ROLLO, Fernanda — *Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso*. In ROLLO, Fernanda, ROSAS, Fernando (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009. P. 231.

³⁹ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 2 de Dezembro de 1915, p. 9.

⁴⁰ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 2 de Dezembro de 1915, p.19.

um tratado Luso-Britânico que, segundo Afonso Costa, seria vantajoso para Portugal e para o Douro, pois que afastava do mercado inglês todos os produtos estrangeiros como o Australia-Port, Tarragona-Port, etc., que faziam uma concorrência desleal a todos os produtos vinícolas portugueses. Esta vantagem seria, segundo este deputado, incontestável, mas a forma como estava redigido o artigo 6º, dava uma existência legal dos vinhos do Sul que se misturavam com os vinhos do Norte. Dizia, aquele deputado, que isto legalizava a fraude, tanto mais que o vinho do Porto tinha muito mais qualidade que os vinhos licorosos do Sul. Seria um perigo muito grave pois que «o grande nome que a marca Porto tem, depende em alto grau em que os consumidores ingleses têm os produtos da região duriense».⁴¹

Dizia que quem conhecesse o Douro sabia que não estava vocacionado para produzir pão. Por isso, a solução era proteger o Douro e o seu vinho, devendo apostar-se na produção cerealífera no Sul, com terrenos magníficos para esse cultivo, muitos dos quais abandonados: «basta atravessar de comboio o Ribatejo para se ver essa região riquíssima, que podia produzir pão, quase completamente abandonada».⁴²

A verdade é que, os problemas regionais da agricultura portuguesa, bem visíveis no contexto da assinatura do tratado Luso-Britânico de 1914, opondo a produção cerealífera e a produção de vinho, se agravaram, neste período, perante a escassez generalizada de cereais e a abundância de vinho, neste caso com dificuldades de escoamento, dada a forte concorrência interna e externa.

2.4. Um mau ano agrícola (1916)

A situação de deficit cerealífero agravar-se-ia com o impacto da Grande Guerra, mas também com maus anos agrícolas culminando em 1916 com uma péssima colheita de cereais panificáveis. A Europa tornou-se ainda mais dependente da sua importação. Já não era mais possível uma região europeia suprir as necessidades de outra região. Na edição de 2 de Novembro de 1916, o *Jornal do Comércio e das Colónias* publicava dados do *Boletim do Instituto Internacional de Agricultura de Roma*, no seu número de

⁴¹ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 25 de Fevereiro de 1916, p. 16.

⁴² *Idem, ibidem*.

Outubro, que nos permitem estabelecer uma comparação das colheitas de cereais, em diversos países, durante esse ano.

Quadro 1

Produção de trigo em diversos países (1915-1916):

Países	Produção 1915 (em tons)	Produção 1916 (em tons)	Variação 1916/15 (em %)	Média 5 anos (1909-1913) (em tons)	Variação 1916/Quinquénio
Rússia Europeia	203.081	162.048	-20,20%	169.994	-4,47%
Roménia	24.436	21.370	-12,54%	23.893	-10,60%
Noruega	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Holanda	1.546	1.098	-29,00%	1.339	-18,00%
Egipto	30.139	9.946	-67,00%	9.472	-5,00%
Itália	46.226	49.000	-6,00%	50.000	-2,00%
Canadá - a)	100.713	43.307	-57,00%	55.521	-22,00%
EEUU	275.291	165.353	-39,90%	186.889	-11,50%
Total - b)	681.432	452.122	-27,53%	497.068	-9,05%
Total - c)	835.820	605.687	-32,66%	653.299	-7,28%

Legenda:

- a) Este deficit é muito sensível por se tratar de um país que vinha apresentando um rápido desenvolvimento.
- b) Totaliza as produções acima indicadas para os países mencionados.
- c) Totaliza as produções acima indicadas, incluindo também os países de que se conhece o valor das colheitas: Espanha, Inglaterra e País de Gales, Irlanda, Itália e Noruega, Países Baixos, Roménia, Rússia Europeia, Suíça, Canadá, EEUU, Índia, Japão, Egipto e Tunísia.

Fonte: *Jornal do Comércio e das Colónias*. Lisboa, /11/1916, p.1.

As percentagens indicadas referem-se à variação na colheita de 1916 face à de 1915, por um lado, e à colheita média do período de 5 anos (1909 a 1913), por outro lado. A colheita total geral, como especificado no quadro, é, respectivamente, de -27,5% e -7,28%.

Pela análise do quadro verifica-se que a colheita total de 1916 foi muito deficiente, atingindo menos de $\frac{3}{4}$ quarto da colheita de 1915 e apresentando uma diminuição superior a 7% em relação à colheita média de 1909 a 1913.

Relativamente a outros cereais panificáveis, a situação era menos dramática. Assim, iremos quantificar e analisar o total das produções conhecidas, para cada um dos cereais abaixo indicados:

Produção de centeio:

Quanto ao total das produções conhecidas (Espanha, Holanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Rússia europeia, Suíça, Canadá e EEUU) a evolução foi a seguinte:

Quadro 2

Produção de Centeio (1914-16):

Quantidade produzida em 1915	252.031	Ton.
Quantidade produzida em 1916	237.995	Ton.
Variação 1916/1915	(-5,57)	%
Média 5 anos (1909-1913)	207.398	Ton.
Variação 1916/quinquénio	(+14,76)	%

Fonte: *Jornal do Comércio e das Colónias*. Lisboa, /11/1916, p.1.

Produção de cevada:

O total de colheita de cevada e respectivas variações, num conjunto de países, incluindo a Noruega, Países Baixos, Rússia europeia, Egipto, Itália, Canadá, EEUU, Espanha, Inglaterra e País de Gales, Irlanda, Suíça, Japão e Tunísia, foi a seguinte:

Quadro 3

Produção de Cevada (1914-16):

Quantidade produzida em 1915	231.940	Ton.
Quantidade produzida em 1916	209.934	Ton.
Variação 1916/1915	(-9,48)	%
Média 5 anos (1909-1913)	203.455	Ton.
Variação 1916/quinquénio	(+3,20)	%

Fonte: *Jornal do Comércio e das Colónias*. Lisboa, /11/1916, p.1.

Produção de aveia:

Nos mesmos países, a produção de aveia, registou as seguintes produções:

Quadro 4

Produção de Aveia (1914-16):

Quantidade produzida em 1915	480.650	Ton.
Quantidade produzida em 1916	398.408	Ton.
Variação 1916/1915	(9,91)	%
Média 5 anos (1909-1913)	378.424	Ton.
Variação 1916/quinquénio	(+5,30)	%

Fonte: *Jornal do Comércio e das Colónias*. Lisboa, /11/1916, p.1.

O agravamento do deficit cerealífero europeu em 1916, combinando-se com a queda generalizada da produção e com a situação de guerra, repercutiu-se sobre Portugal, muito dependente da importação de cereais panificáveis. Além disso, Portugal dependia também dos navios estrangeiros para as suas importações.

2.5. A degradação das condições de vida das populações

Com o deflagrar da Grande Guerra, acentuaram-se as debilidades que o país enfrentava no concernente à produção de bens alimentares, nomeadamente dos cereais. Os preços aumentaram, começaram a aparecer fenómenos de açambarcamento e de contrabando.

Oliveira Salazar, na obra *O Ágio de Ouro e outros textos económicos*, diz-nos que «se falava de fome em Portugal, neste ano de guerra de 1915. As colheitas escassas no interior, provocadas por um mau ano agrícola, de chuvas extemporâneas e prolongadas, de adubos caros e da falta de sementes escolhidas tornaram-na miserável. A dificuldade de abastecimento pelos mercados externos que a guerra fechara, ou retraíra ou encarecera, aumentou o consumo e a procura, elevando desmesuradamente os fretes – ameaçaram o país de falta de pão, e a falta de pão é a fome, mesmo na hipotética abundância de quaisquer outros géneros alimentícios. Demais o cereal é a base da

exploração agrícola, e, se a colheita falha, falha tudo com que o agricultor contava, para pagar as rendas e alimentar a prole»⁴³.

Segundo Fernando Medeiros, a «instauração de uma economia de guerra mostrava que a economia agrária representava a parte mais sensível do tecido económico, perante o grave problema dos imperativos político-militares»⁴⁴.

De acordo com o mesmo autor, no período em análise, houve uma diminuição sensível de produção de subsistências. Além dos factores já evocados, entre eles a reconversão de culturas, «tudo leva a crer que o retraimento da pequena produção mercantil, oriunda das explorações agrícolas de tipo familiar, teve amplitude suficiente para agravar esse desequilíbrio»⁴⁵.

Acrescenta ainda Fernando Medeiros que, se tomarmos como exemplo a produção comercializada do milho, cereal base da economia e da dieta do campesinato do Centro e Norte, a oferta no mercado atingia, entre 1915-1919, os 40% do seu nível normal. Tudo indica que esta baixa tenha sido provocada pelo aumento do auto-consumo ou mesmo das trocas em espécie dentro das comunidades aldeãs. O caso do milho era, sem dúvida, o mais eloquente, mas não era um caso isolado.⁴⁶

O ponto central da “questão das subsistências” está dado: por um lado, uma produção cerealífera deficitária e extremamente onerosa; por outro, a necessidade crescente de recorrer a importações maciças. Perante a pressão operária, o Estado viu-se na obrigação de assegurar uma estabilidade mínima dos preços do pão. Para isso recorreu a um sistema de subvenções à moagem para a compra do trigo exótico.⁴⁷

As estatísticas sobre cereais no período em análise, além de serem feitas por métodos diferentes, mas quase sempre deficientes, apresentam, não poucas vezes, resultados contraditórios.

Anselmo de Andrade, na obra *Portugal Económico*, fez indirectamente o cálculo aproximado do cereal produzido em Portugal e chegou aos seguintes valores para o cereal importado:

⁴³ SALAZAR, António de Oliveira — O.C. p.151.

⁴⁴ MEDEIROS, Fernando — O.C. p.122.

⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ MEDEIROS, Fernando — O.C. p.125.

Quadro 5

Cereais importados por Portugal (1890-1910):

Anos	Quantidades importadas (Milhares de Toneladas)
1890	119
1900	166
1910	148

Fonte: ANDRADE, Anselmo de — *Portugal Económico e outros Escritos Económicos e financeiros*

Concluía: «Assim, nos melhores anos, mais de 1/6 da população portuguesa não tem pão de sua casa para comer. Já antes da guerra isso era uma grave coisa. Todos os anos se complicava a nossa situação económica com grandes saídas de ouro para compra de cereais ao estrangeiro»⁴⁸.

Se esta situação já era complicada antes da guerra, agravou-se depois, com as dificuldades de importação e com as consequentes perturbações sociais a complicar ainda mais o terrível problema.

Todas as nações da Europa estavam a sofrer do mesmo mal. Portugal, além de sofrer uma inflação galopante, lutava também com a falta dos transportes.

Rui Ramos refere: «No princípio de 1916 o preço da guerra já era enorme. Portugal importava grande parte do pão que consumia. Ora, com os riscos de navegação, o transporte de um carregamento de trigo dos Estados Unidos para Portugal custava mais do que por ele se pagava na América. Para que o pão não encarecesse, o Estado subsidiava-o»⁴⁹.

As condições de vida da classe operária continuavam extremamente baixas, pois os salários, à volta de 700 réis por dia, mal davam para comer. Era de facto a alimentação que absorvia a maior parte do orçamento familiar. Esta alimentação, à base de produtos ricos em calorias, tinham um baixo valor proteico: o pão, as batatas, as massas predominavam, em conjunto com as gorduras de baixa nutribilidade. Esta dieta, que raramente incluía carne, era complementada com o bacalhau e o peixe miúdo, em

⁴⁸ ANDRADE, Anselmo de — *Portugal Económico e outros Escritos Económicos e financeiros 1911/1925*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p.68.

⁴⁹ RAMOS, Rui — *As Guerras da República (1911-1917)*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. Vol.1. dir. Mattoso, José. Lisboa: Editora Circulo de Leitores, sexto volume, 1994, p.516.

conjunto com as hortaliças. Compreende-se que toda a alteração no preço do pão ou da batata se fizesse de imediato sentir na população menos favorecida, provocando mais fome e miséria. Sem qualquer assistência no desemprego ou na doença, os trabalhadores aguentavam o máximo que podiam, para manter o miserável salário diário.⁵⁰

O poder reivindicativo da classe operária, devido aos movimentos grevistas, permitiu, em alguns períodos, uma evolução favorável dos salários. Sendo verdade que os salários oficiais aumentaram paralelamente aos preços, até 1918, não podemos esquecer que aqueles terão que ser comparados com os preços cobrados no mercado negro, pois que é aí que se conseguem comprar os alimentos.⁵¹

A maneira mais fácil de resolver o problema criado com a crise das subsistências seria o aumento da produção. No entanto os problemas económicos e legais criados dificultaram a solução da crise por essa via. Um dos factores mais condicionantes foi a alta dos salários, que acompanhando o aumento do custo de vida, veio comprometer o futuro da produção nacional, por não ter conseguido que os preços dos géneros alimentares servissem de travão aos salários. O que acabou por acontecer foi que a diminuição do consumo se processou pela alta dos preços, um processo de limitação automático, sem equidade nem humanismo.⁵²

Armando de Castro, *em Economia Portuguesa no século XX*, fornece os seguintes elementos para a comparação do aumento dos salários com o aumento do custo de vida: entre 1905/1907 e 1923:

Quadro 6

Comparação do aumento de salários entre 1905/1907 e 1923

Índice do aumento médio dos preços de alguns artigos de consumo	12 vezes
Aumento dos salários nominais na indústria têxtil (Lisboa)	6,6 vezes
Aumento dos salários nominais na indústria têxtil (Porto)	14,8 vezes
Aumento dos salários nominais na indústria do tabaco (Porto)	6,3 vezes
Aumento dos salários nominais na indústria de alimentos sólidos	19,2 vezes

Fonte: CASTRO, Armando — *Economia Portuguesa do Século XX*.

⁵⁰ COSTA, Ramiro — *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. Vol.1. Lisboa: Editor Assírio & Alvim, 1978, p. 160.

⁵¹ TELO, António José — *O Modelo Político e Económico da Regeneração e do Fontismo*. In MEDINA, João (coord.) — *História Contemporânea de Portugal*, Vol. IX. Lisboa: Amigos do Livro, 1986, p. 229.

⁵² SALAZAR, António de Oliveira — *O Ágio de Ouro e Outros Textos Económicos*. 2ª ed. Lisboa: Banco de Portugal, 1997, p. 223-224.

De acordo com estes valores, ter-se-ia verificado uma pluralidade de situações diferenciadas entre os diferentes sectores operários. Se houve sectores que conseguiram elevar ou manter os salários reais, outros houve que sofreram um abaixamento significativo do seu nível de vida, face ao aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade.

2.6. O problema da requisição dos barcos alemães

Foi pois, num contexto de agravamento do *deficit* de produtos alimentares e das dificuldades crescentes de importação, devido à desorganização da rede da marinha mercante internacional, que o Governo português decidiu decretar a requisição dos navios alemães surtos em portos nacionais. Certamente, outras razões pesaram na decisão do Governo, a começar pela vontade de abandonar a neutralidade e assumir um lugar no conflito europeu, ao lado dos Aliados. No entanto, para o nosso estudo, interessa-nos, sobretudo, perceber a relação com o problema das subsistências, de resto usado pelo Governo como pretexto da requisição dos navios alemães.

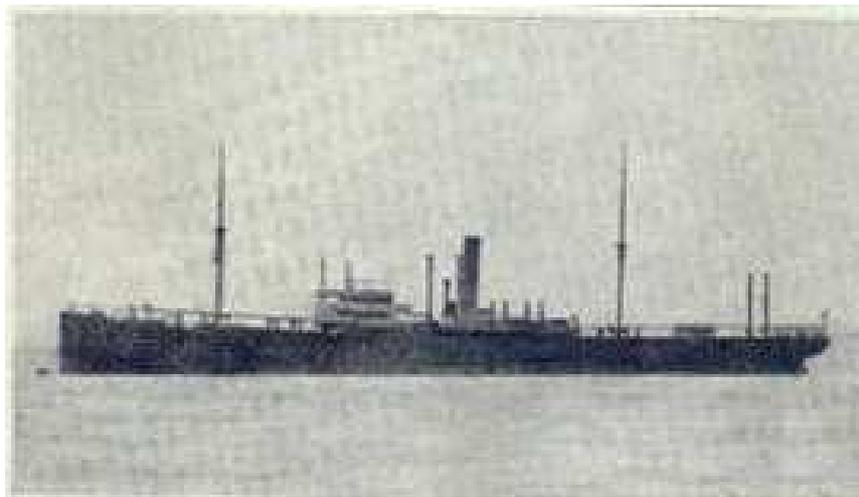
O jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 1 de Março de 1916, fazia eco de uma notícia sobre os barcos alemães que estavam «recolhidos» em portos portugueses, devido à neutralidade de Portugal. Corriam boatos de que estes barcos estariam a ser utilizados por Portugal, para o transporte de produtos alimentares. Os vespertinos falavam de um «ultimatum» alemão, que foi desmentido. Dizia-se que este país queria saber quantos navios Portugal precisava para ocorrer à crise das subsistências. Havia informações de que inúmeros marinheiros e comandantes dos navios já os tinham abandonado e de que muitos já tinham sido evacuados para Vigo, por via-férrea. Estes barcos estavam ao largo desde o início da guerra, dezoito meses antes. Os súbditos alemães residentes em Portugal começaram a vender os seus bens e a abandonar o país.⁵³

Este jornal informava que o cônsul alemão tinha sido convocado a comparecer junto dos mesmos, para se proceder ao necessário inventário. Fora avisado de que, caso não comparecesse, seriam nomeadas duas testemunhas. O Governo tinha determinado que, para além das competências que tinham sido atribuídas à comissão encarregada de administrar os navios alemães em Decreto de 24 de Fevereiro de 1916, teria também

⁵³ *O Primeiro de Janeiro*, Ano LXIII, nº 52, Porto, 1 de Março de 1916, p.1.

que contratar nas capitánias dos portos o pessoal civil necessário para tripular estes navios.⁵⁴

Estes barcos, que estiveram retidos nos portos por muito tempo, tiveram que sofrer avultadas reparações, agravadas pela sabotagem a que tinham sido sujeitos. As reparações prolongaram-se por vários meses. O primeiro a largar o porto foi o “Mailand,” de 1740 toneladas. O jornal ignorava se tinha saído já em serviço, ou só em experiência.⁵⁵



Fonte: O ex-vapor *Colmar* agora chamado *Machico* — *Ilustração Portuguesa*

Brito Camacho, falando no Parlamento, em 25 de Fevereiro de 1916, disse que lera nos jornais que o Governo tinha efectuado a *apropriação*, não apenas dos barcos surtos no Tejo, mas em relação ao todo nacional. Perguntava se o Governo pretendia utilizar todos eles para o comércio marítimo português, para resolver o problema da alimentação pública e o transporte das matérias-primas de que o país necessitava. Disse que esta pergunta tinha a ver com o facto de a capacidade destes barcos ser bastante superior às necessidades. Por outro lado, lera nos jornais que estes barcos seriam «tripulados, ou pelo menos comandados, por oficiais da marinha de guerra, arvorando pavilhão e flâmula». Por serem por este facto considerados barcos de guerra, não poderiam ser utilizados para o tráfego mercantil.⁵⁶

⁵⁴ *O Primeiro de Janeiro*, Ano LXIII, nº 52, Porto, 1 de Março de 1916, p. 1.

⁵⁵ *Idem, ibidem*.

⁵⁶ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 25 de Fevereiro de 1916, p. 12.

O Chefe do Governo, Afonso Costa, respondeu dizendo que a *requisição* destes barcos tinha sido legítima. A lei em que o Governo se fundou para assim proceder, era a lei das subsistências, de 7 de Fevereiro, cuja base 10ª dizia que «o Governo poderia requisitar, em qualquer ocasião, as matérias-primas e os meios de transporte que se encontrem nos domínios da República». ⁵⁷ Esclarecia também que os barcos tinham sido requisitados e não apropriados, pois que neste caso os barcos passariam a pertencer ao Estado e não era isso que acontecia. Que estes barcos eram muito necessários porque, como o transporte de mercadorias marítimas vinha até esta altura a ser efectuado por barcos estrangeiros, agora tal já não era possível, porque a Alemanha suspendera completamente as suas carreiras, devido ao bloqueio, e as navegações inglesas e francesas e estavam muito diminuídas. ⁵⁸

Declarara, também, que seriam necessários todos os barcos para poderem garantir o comércio para a Europa, Estados Unidos, Brasil e as colónias portuguesas. Sem estes barcos haveria o agudizar da crise das subsistências, não só na metrópole, como nas colónias, pois que elas eram, também, muito dependentes. E frisava: «assim é preciso uma grande frota marítima para conservar o preço que as subsistências e as matérias-primas que hoje atingiram» ⁵⁹.

Estas palavras seriam desmentidas, pouco tempo depois, com a cedência da maior parte dos barcos à Inglaterra.

Um articulista do jornal *A Montanha* referia que estava convencido de que o Ministro do Trabalho estava a trabalhar activamente para a solução da crise das subsistências. Acreditava que grandes eram as dificuldades, sendo a maior o problema dos transportes e que fora para o resolver que o Estado português requisitara os navios alemães ancorados nos nossos portos. Como tais navios tinham sido inutilizados pelas suas tripulações, só um ou dois estavam em condições para navegar. Referia que o antigo «Vesta», agora crismado de «Foz do Douro», que estava ancorado no Porto, necessitava de peças que já tinham sido pedidas à Inglaterra. O Governo tinha destinado este barco

⁵⁷ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 25 de Fevereiro de 1916, p. 15

⁵⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁹ *Idem, ibidem.*

ao comércio do Porto. Concluía que era muito importante que este navio entrasse, quanto antes, em operação.⁶⁰

Segundo o mesmo articulista, as ofertas de milho que apareciam não davam garantias nenhuma de cabal abastecimento do mercado, tanto mais que atingiam preços exorbitantes. Considerava que, para «o próximo abastecimento do país – e para o seu completo abastecimento são precisas, pelo menos, trinta a quarenta mil de toneladas – havia que limitar o açambarcamento e regular os preços». Sabia estarem encomendados três mil toneladas de açúcar a embarcar nos portos de Luanda e de Lourenço Marques. Não podia, no entanto, esquecer que, sem meios de transportes, não era possível trazer essa mercadoria para Portugal, tanto mais que eram afundados, diariamente, dois a três barcos e que algumas empresas internacionais de navegação amarraram os seus barcos nos portos, num movimento de pânico bem justificado.⁶¹

Não nos podemos esquecer de que a marinha mercante portuguesa era muito exígua e que o grosso do comércio internacional português era transportado por navios estrangeiros. Era uma debilidade tanto mais incompreensível quanto Portugal acabara de ceder à Inglaterra a maior parte dos barcos alemães apreendidos. Até o barco destinado a ficar ao serviço dos comerciantes do Porto só efectuou uma viagem.

O Jornal *Pátria*, na sua edição de 10 de Julho de 1917, comentava que, se o Governo português não tivesse cedido os navios alemães a uma casa inglesa, que tirava um grande partido na sua utilização, e fizesse carreiras de navegação entre a metrópole e as nossas colónias, entre Lisboa e o Brasil, América do Norte e a própria Inglaterra, o país não estaria com tantas privações, muitas delas por falta de transportes marítimos próprios.

Dos 72 navios apreendidos, o Governo cedeu 80 % à casa Furness & Co., de Londres, ficando Portugal absolutamente privado de transportes para as necessidades do seu comércio e à mercê da marinha mercante estrangeira. O resultado disto foi a paralisação quase completa da nossa exportação de vinhos, de cortiça, etc., e o quase esgotamento dos depósitos de arroz e de açúcar, ficando absolutamente vazios os celeiros.⁶²

⁶⁰ *A Montanha*, Porto, 26 de Abril de 1916, p.1.

⁶¹ *A Montanha*, Porto, 26 de Abril de 1916, p.1.

⁶² *A Pátria*, Porto, 19 de Julho de 1917, p. 1.

Na sessão de Câmara de 20 de Julho de 1917, o Presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, protestava, em nome da Câmara, contra o facto de a Comissão de Transportes ter resolvido entregar a administração do vapor «Trafaria» a uma entidade particular. Afirmava, que foi uma «resolução que coisa alguma pode justificar e que só redundava em desprestígio desta Câmara e das entidades que com ela administraram a primeira viagem de inteira harmonia com as instruções do Governo, que zelosamente cumpriram»⁶³.

2.7. A reacção do movimento operário e popular

A ascensão do movimento grevista entre 1909 e 1912 mostrara uma combatividade acrescida da classe operária portuguesa, o que favoreceu o rápido crescimento das Associações de Classe. Este desenvolvimento foi em grande parte obra dos sindicalistas-revolucionários, cuja propaganda aumentou enormemente, sobretudo a partir do Congresso de 1911, mas iniciado ainda antes da implantação da República.⁶⁴ Este movimento definia-se como apolítico.

As Federações Operárias de Lisboa, de reduzida participação e dirigidas pelos socialistas, convocaram um Congresso Operário em Janeiro de 1914, em Tomar, *sem qualquer distinção de escolas*, onde foi aprovada a constituição da União Operária Nacional (UON). Num período de refluxo do movimento operário, os socialistas, que estavam em minoria no congresso, foram incapazes de levantar a UON. Por isso a actividade desta foi extremamente reduzida durante os dois primeiros anos da sua existência.⁶⁵

⁶³ AHMP — *Actas das Sessões da Câmara Municipal do Porto*. Sessão Extraordinária de 20 de Julho de 1917.

⁶⁴ O Congresso Sindicalista de 1909 é o começo das tentativas que irão levar à constituição da União Operária Nacional (UON) em 1914. No Congresso aprova-se como um dos ideais a «definição do objectivo imediato da luta pela melhoria e elevação do bem-estar dos trabalhadores». O Congresso definiu como meio de acção «um gradual e contínuo aumento de preponderância das associações de classe na produção e nessa medida, não significa um processo revolucionário, como seria uma greve geral». COSTA, Ramiro — O.C. p. 90.

⁶⁵ COSTA, Ramiro — *Idem*, *ibidem*, p. 95.

Como reflexo do aumento do desemprego e da alta dos preços, começou a desenvolver-se um forte movimento grevista. Enquanto os socialistas condenavam as greves, a maioria delas espontâneas, os sindicalistas-revolucionários apoiavam-nas⁶⁶.

A situação era previsível desde as vésperas da guerra. Ana Paula Pires, no artigo *A economia de guerra: a frente interna*, fala-nos do Verão de 1914 quando existia «um clima envolto em sensibilidades políticas e inspirações ideológicas diversas, um clima fervilhante no debate, nas ideias, e na análise crítica das debilidades e vulnerabilidades em matéria de fomento económico». Diz-nos que a ausência de resposta adequada por parte dos poderes públicos iria reflectir-se na degradação das condições de vida da população, provocando um aumento da conflitualidade social. Fala de «*uma economia em armas à espera da guerra*».⁶⁷

Também Rui Ramos refere que, logo em Agosto de 1914, se previa a «Revolução da Fome». Que a associação Comercial do Porto tinha perguntado ao Governo que trigo havia em *stock* até à próxima colheita. Recebeu como resposta que só havia trigo até Março de 1915. Haveria portanto um deficit de 45.000 toneladas.⁶⁸

As associações operárias tentaram, por diversas vezes, chamar a atenção do Governo para a péssima situação da classe, sem ter encontrado uma resposta adequada ao problema.⁶⁹

⁶⁶ COSTA, Ramiro — Idem, *ibidem*, p. 95.

⁶⁷ PIRES, Ana Paula — *A Economia de Guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República de Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p.319

⁶⁸ RAMOS, Rui — O.C. pp. 520-23.

⁶⁹ As associações operárias enviaram a seguinte representação ao ministro do Interior, Bernardino Machado: «Com data de 30 de Outubro de 1914, enviaram as associações de classe operárias desta cidade, reunidas, um officio a V^a Ex.^a no qual após várias e breves considerações sobre a situação económica do proletariado, que V^a Ex.^a por certo não desconhece ser péssimas, lembraria a conveniência de, para atenuar esta crítica situação, o Governo da presidência de V^a Ex.^a promover prontas medidas, algumas das quais apontamos, e que pela sua realização o operariado veja que de facto o actual Governo se interessava pelas constantes e repetidas reclamações que lhe têm sido feitas, sufocando assim pelo menos em parte as causas que as motivaram. Não acontece assim, porém. E vê o operariado com justificado espanto que contra os seus desejos sempre manifestados, e mais ainda contra as próprias deliberações do governo já tomadas, se vai agora permitir a exportação de determinados géneros alimentícios que, tudo o indica, virão dentro em breve a faltar no mercado, dando-se por conseguinte, a escassez e a subida de preços. Estão agora nestas condições o azeite, a cebola, o feijão, etc. Formulamos pois a seguinte pergunta: tem V^a Ex.^a por certo conhecimento deste facto? E perguntamos: não conhece V^a Ex.^a a situação económica do operariado? E mais: não se lembra V^a Ex.^a que os decretos de 10 e 14 de Agosto últimos proíbem claramente a exportação de qualquer género alimentar? Senhor presidente: as coisas que motivaram a promulgação dos citados decretos ainda não desapareceram. E tanto assim que o governo ainda não os revogou. E porque se não cumprem? As associações operárias insistem com V^a Ex.^a para que esses decretos sejam cumpridos, e que nesse caso não seja permitida a exportação de qualquer qualidade de géneros». *A Montanha*. Porto, 22 de Novembro de 1914, p.2.

Neste cenário, agravada pela falta de uma visão estratégica que procurasse desenvolver e maximizar os recursos nacionais, a contestação operária ia subindo de tom. Já em Novembro de 1912 Afonso Costa tinha sublinhado a imprescindibilidade de se definir com urgência a atitude de Portugal em cenário de guerra. No entanto, porque nem toda a gente estava convicta da iminência de uma guerra, a estratégia tardou em ser adoptada.

O movimento operário tentou reagir à degradação do poder de compra das populações. A sua fraqueza e a forma muito violenta como as autoridades reagiram impediu que os sindicatos pudessem controlar e dirigir este movimento. Qual foi a estratégia seguida?

Durante o ano de 1914 e os primeiros meses de 1915, os efeitos económicos da guerra ainda eram pouco perceptíveis, mas, nas vésperas da entrada de Portugal na guerra, já se faziam sentir, sobretudo a carestia de vida, que atingia principalmente os grupos populacionais mais vulneráveis. Em Janeiro de 1916, o Conselho Central da União Operária Nacional, tendo concluído que uma greve geral não seria exequível, em face da repressão do Governo, decidiu «adoptar uma estratégia de proliferação generalizada de lutas sectoriais e locais, contra a carestia da vida e contra a guerra que a provocava»⁷⁰.

A estratégia era enquadrar e tentar dirigir um movimento já em marcha. Desde Setembro de 1915 que se registavam manifestações populares contra a carestia de vida. Os primeiros assaltos a estabelecimentos de víveres deram-se no Porto, mas seria só a partir de 1916 que eles iriam assumir um carácter geral e nacional⁷¹. Também as greves, reforçadas pela estratégia da central sindical, atingiriam o auge em Janeiro e Fevereiro de 1916, confundindo-se ou articulando-se com os motins e levantamentos populares. Eram difíceis de controlar e, nas cidades, tomavam um cariz mais violento, sob a forma de assaltos a mercearias e a padarias.⁷²

⁷⁰ TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a Guerra 1914-1918*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p.346.

⁷¹ António Telo, citado por Ramiro Costa, refere «O primeiro desses movimentos de nível nacional surge em Janeiro de 1916. Depois de a UON ter recusado a greve geral, estala, em 30 de Janeiro uma vaga de assaltos a diversas lojas de Lisboa, com utilização de bombas e confrontos sangrentos com a polícia; o movimento é apoiado na província onde, em muitos casos, os populares prendem à força os administradores dos concelhos e, levando-os à frente, descobrem e distribuem grande quantidade de víveres sonogados pelos administradores», COSTA, Ramiro da — *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Editor Assírio & Alvim, 1978, p. 116.

⁷² TEIXEIRA, Nuno Severiano — O.C. p. 346.

O Governo reprimiu estas acções com extrema violência. Esmagou os motins e reprimiu o movimento sindical, prendendo os seus dirigentes, chegando mesmo a tentar encerrar a central sindical. Citando Nuno Severiano Teixeira, «o Governo ganhava a batalha no terreno, mas perdia-a na opinião. Para as classes trabalhadoras, como era fácil de ver, a luta contra a *carestia da vida* não se distinguiu da luta contra a guerra e contra o Governo»⁷³.

Em 1916, movimentos populares espontâneos alastraram por todo o país. Em torno da falta de géneros e da carestia, realizaram-se movimentações de massas em Lisboa, Porto e em outras cidades do país, que conduziam ao assalto a mercearias e a estabelecimentos comerciais e a confrontos com a Guarda Republicana e mesmo com o exército.⁷⁴

A situação entretanto ter-se-ia agravado, pois parte do trigo existente tinha-se escapado para a Espanha, por contrabando. Teriam de ser tomadas medidas muito enérgicas para controlar a situação. Segundo Rui Ramos o «Governo alarmado entrou a matar». Na província foi a revolta e, em Lisboa, a Guarda Nacional e a Polícia tomavam conta das padarias. No dia 9 de Março, ao meio dia, operários do Arsenal da Marinha, no intervalo do almoço, tentaram assaltar uma padaria local, enquanto inúmeros trabalhadores, donos de oficinas e um chefe da «formiga branca» eram os que andavam a acicatar.⁷⁵

O jornal *A Montanha* noticiava que em Lisboa continuava a indignação do povo contra o aumento do pão. Em virtude da nova lei do descanso semanal, as padarias só abriram as portas às onze horas da manhã. Todas as esquadras de polícia tinham ordens para verificar se os padeiros punham à venda o pão de família ao preço da tabela. O público veio em grande número e, quando algumas padarias exigiram um preço mais elevado, o povo revoltou-se, dando lugar a tumultos. Algumas casas de venda de pão foram assaltadas. Na Rua de S. Paulo, a polícia conseguiu evitar o pior, mas, em Marvila e na Rua dos Mártires da Pátria, algumas padarias foram mesmo assaltadas. Todas as

⁷³ TEIXEIRA, Nuno Severiano — O.C. p. 346.

⁷⁴ COSTA, Ramiro da — O.C. p. 95.

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

esquadras de polícia estavam de prevenção, tendo próximo patrulhas de cavalaria da Guarda Nacional.⁷⁶

O jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 2 de Março de 1916, dá-nos notícia de 3 motins derivados do problema da falta de milho para a panificação: em Matosinhos, Penafiel e Oliveira de Azeméis. Diz-nos que na véspera já tinha havido motins em Baião e em Caldas de Moledo⁷⁷. A 3 de Março, continuavam os problemas: «Em Alquerubim o administrador do Concelho visitou diversos lavradores e instou para que aqueles que tinham milho para vender o pusessem à venda por um preço justo e equitativo, para evitar que os pobres, com a fome, lhes assaltassem as casas»⁷⁸.

O período da guerra foi, pois, de tremenda instabilidade política e social, com motins, corridas às padarias e revoltas. Rui Ramos refere que, «entretanto, em 2 de Maio de 1917, o Governo, outra vez presidido por Afonso Costa, conhecia momentos de terror. Na sessão desse dia do Conselho de Ministros, o Ministro do Trabalho anunciou aos seus colegas que em Lisboa havia apenas pão para três dias».

Na noite de 19 de Maio, sábado, a anarquia mostrava-se em Lisboa. Deixara de haver pão, mesmo o de milho, que os lisboetas achavam intragável. As mercearias tinham feito *negócios da China*, vendendo batatas e bolachas a preços extraordinários (o das batatas triplicou num dia). Mesmo assim, a determinado momento, até as batatas acabaram no mercado da Praça da Figueira. Então, num ambiente de histeria e pânico, deu-se por toda a cidade uma vaga gigantesca de assaltos a padarias e mercearias. Os contemporâneos destes acontecimentos guardaram a memória do dia em que a «periferia faminta da cidade, a gentinha que vivia nos bairros limítrofes, desceu sobre Lisboa para saquear as lojas da burguesia».⁷⁹ O Exército teve que intervir. Morreram cerca de quatro dezenas de pessoas nos confrontos entre os assaltantes e o exército e foram presas 547 pessoas, a maioria operários. Foi decretado o recolher obrigatório.⁸⁰

O jornal portuense *A Pátria*, de 19 de Julho de 1917, diz-nos que a censura o tinha impedido de noticiar os gravíssimos acontecimentos que se estavam a desenrolar em Lisboa. Estava seguro que agora já poderia dar a notícia, visto que os jornais de Lisboa,

⁷⁶ *A Montanha*, Porto, 2 de Janeiro de 1916, p.3.

⁷⁷ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano LXIII, nº 53, 2 de Março de 1916, p. 1.

⁷⁸ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano LXIII, nº 53, 3 de Março de 1916, p. 1.

⁷⁹ *A Montanha*, Porto, 20 de Maio de 1917, p.1.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

chegados no último comboio, já efectuavam amplos relatos do que se tinha passado, apesar de muito mutilados pela censura.

Tinha havido uma greve dos operários da construção civil que reclamavam contra a carestia de vida. O Governo, «querendo mostrar que era forte e que tinha o seu apoio, não na alma do povo, mas nas baionetas das tropas, mandara fechar a Federação das Associações, o que originou tumultos, mortes, ferimentos e prisões»⁸¹. As classes trabalhadoras, em sinal de protesto, decretaram uma greve geral de 48 horas. Só os ferroviários não aderiram. A vida da cidade paralisou e produziram-se mortos e feridos cujos nomes, por ordem da censura não foram divulgados. Viajantes vindos da capital fizeram descrições de pavor do que sucedeu.

O jornal perguntava-se de quem seria a culpa. «Por que motivo o Governo não tinha transigido a tempo, pois que o movimento operário só tinha efectuado esta greve com a intenção de melhorar a situação económica da classe. Por que é que antes de a situação se tornar insustentável, não se procurou oportunamente evitar o extraordinário aumento do custo de vida em Portugal, fazendo com que os géneros essenciais só tivessem os aumentos decorrentes do estado de guerra e não o que, além desse, os especuladores os querem sobrecarregar»⁸².

Concluía que o que o Governo fez representava um perigo muito grave para o resto do país, pois que em todo o lado há operariado e carestia e, como os maus exemplos frutificam, poderão ocorrer, no futuro, novas cenas de sangue e mais alguns mortos a juntar aos de Lisboa.⁸³

No editorial deste mesmo número, o jornalista interrogava-se sobre quem levava o país a esta situação. Que, para que a situação ainda piorasse mais, era preciso que acontecessem essas greves sangrentas que se passaram em Lisboa, e que por virem de onde vieram, não podiam ser assacadas aos *talassas*. «Foi dirigida contra eles a sementeira de ódios que envenenou e corrompeu a alma do bom povo português; foi para derribar um regime que se espalharam, armas e balas pelas classes proletárias que foram a principal força dos republicanos, porque são as mais capazes de arriscar a vida afrontando a morte; foi para alcançar o poder que se ensinou a essas classes o fabrico de

⁸¹ *A Pátria*, Porto, 19 de Julho de 1917, p.1.

⁸² *Idem, ibidem*.

⁸³ *Idem, ibidem*.

bombas, essa arma a que os mandões de hoje chamavam outrora, embevecidos, *a nossa artilharia civil*»⁸⁴.

A culpa desta situação, segundo o articulista, era dos governantes, pois tinham sido eles que tinham quebrado o espírito de disciplina e de ordem que reinava no país, dando exemplos de desrespeito pelas determinações da autoridade, procurando violá-las e ridicularizá-las: «Como é que querem, agora, invocar esses princípios basilares de toda a sociedade civilizada, se foram os primeiros a negá-los? Não viram o alcance do que estavam fazendo e esqueceram-se do ditado velho: *Quem semeia ventos colhe tempestades?*» O pior é que com tais perturbações, sofre o país que precisa de manter intactas todas as suas energias para fazer frente ao cataclismo que se aproxima»⁸⁵.

A análise acima descrita, de um jornal conservador e monárquico, contrasta com a opinião que iremos agora analisar de um jornal republicano, conotado com o partido no poder.

No jornal *A Montanha*, de 23 de Julho de 1917, diz-se que «não é possível encontrar justificação para os lamentáveis acontecimentos que se registaram em Lisboa. São repreensíveis e condenáveis e representam um desvario nesta hora gravíssima em que tantos dos nossos melhores filhos vertem o seu sangue em terras de França. Os excessos e crimes praticados em Lisboa pelos que têm fome e se deixam arrastar não têm outros intuitos que procurar desesperadamente de comer, para si e para os seus»⁸⁶.

O articulista identificava os verdadeiros responsáveis. Eram aqueles, pessoas ou organizações, que se aproveitavam da desgraça alheia, explorando-os, e que, com fins inconfessáveis, os animavam e encorajavam a cometer estes actos criminosos. A situação tornou-se de tal modo grave que se assistiram a actos de verdadeiro vandalismo e banditismo, chegando até a assaltar-se ourivesarias e estabelecimentos que nada tinham a ver com géneros alimentícios. Pedia uma justiça implacável, para que os açambarcadores e os especuladores pudessem «reter esta lição». Esses, que pretendiam conseguir fortunas colossais, aproveitando-se da situação de guerra, deviam reflectir sobre o que as pessoas de bem, dignas e patriotas, pensavam. Concluía, também, que afinal não deveria haver falta de géneros, pois que aparecera agora milho e trigo, que a

⁸⁴ *A Pátria*, Porto, 19 de Julho de 1917, p.1.

⁸⁵ *A Pátria*, Porto, 19 de Julho de 1917, p.1.

⁸⁶ *A Montanha*, Porto, 23 de Julho de 1917, p.1.

situação recomendara que se fizesse para se tentar acalmar os ânimos. O jornal exortava as pessoas a não destruir a propriedade alheia, apesar de existir uma atenuante para os esfaimados que de boa-fé se envolveram nos acontecimentos em busca de pão.⁸⁷

O jornal *A Pátria*, de 18 de Setembro de 1918, sob o título *O Movimento Operário – Comícios e conspiratas*, publicou um editorial assinado por Campos Monteiro. Diz-nos: «das duas, uma: ou os operários sabiam que se preparava para o passado Domingo, 15 de Setembro, a revolução democrática, e propositadamente aproveitavam esse dia para realizarem os seus comícios, produzindo assim mais um elemento de perturbação, com o qual só os revolucionários tinham a lucrar; ou não o sabiam, e foram os republicanos avançados que aproveitaram a data escolhida pelos operários, para virem para a rua, contando que a excitação própria do dia em que em todo o país se realizava esse movimento de revindicação social seria propícia aos seus tenebrosos fins».

Diz-nos não acreditar na primeira suposição, pois que já tinha passado o tempo em que o operariado português alinhava nas «cantatas dos republicanos radicais» que eram só palavras que de imediato se esqueciam de concretizar. Já em inúmeras ocasiões o operariado tinha dado mostras da sua isenção e patriotismo e sabia muito bem que, nesse momento, qualquer movimento revolucionário seria uma desgraça. Sabia que a vida do operariado era muito difícil, que a carestia sempre crescente das subsistências lhes tinha tornado a vida muito dura.⁸⁸

Depois perguntava «será necessária e indispensável, para obter esse *desideratum*, a realização de comícios, reuniões quase sempre agitadas, e muitas vezes tumultuosas, susceptíveis de serem o ponto de partida de graves alterações da ordem pública, e o rastilho cuja combustão pode, quanto menos se espere, produzir a deflagração da mina que todos nós sentimos latejar debaixo dos pés?»⁸⁹

Concluía que não, pois uma simples comissão de meia dúzia de membros chegava para o efeito, já que o Governo saberia que atrás desse pequeno grupo estaria uma organização perfeita, representando milhares de pessoas e questionava se «os operários do nosso país se convencem que é menos torturante e mais fácil a existência dos operários das demais nações? Se tal é, laboram num erro. A carestia da vida depende,

⁸⁷ *A Montanha*, Porto, 23 de Julho de 1917, p.1.

⁸⁸ *A Pátria*, Porto, 19 de Julho de 1917. p. 1.

⁸⁹ *Idem, ibidem*.

sobretudo da guerra, e faz-se sentir em Portugal da mesma forma que nas restantes nações beligerantes e, até, nas que se têm mantido na mais absoluta neutralidade»⁹⁰.

Enunciava, depois, as razões porque o país se encontrava nesta situação: a cedência à Casa Furness da maior parte dos navios alemães apresados pelas autoridades portuguesas; o não se ter posto em prática a vasta legislação contra os açambarcadores e os contrabandistas; o não se ter forçado o comércio a contentar-se com um ganho módico e, simultaneamente, ter-lhes dado «liberdade da compra e da venda; finalmente, o facto mais importante, tudo seria diferente se na direcção das subsistências «não tivessem estado as incompetências que por lá têm campeado, a cujos erros devemos uma grande parte do actual estado de coisas»⁹¹.

O jornal *A Pátria*, de 18 de Setembro de 1918, informava que a União Operária fizera na véspera espalhar um manifesto no qual se pedia ao Governo que tornasse a vida mais barata: São desse manifesto estas conclusões:

«O que pretendemos? Alguma coisa mais do que se tem feito – porque não é com discursos e com a sopa dos pobres que se atenua a grave crise por que passamos – e menos do que a gente bem comida atribui aos nossos propósitos. Pretendemos, por agora, tão-somente, isto: que a existência deixe de ser, para o consumidor, o suplício que é hoje e passe a ser uma coisa suportável. Não aspiramos a ter o supérfluo, mas julgamo-nos com direito a adquirir, por preços razoáveis, os géneros essenciais à manutenção do nosso combalido organismo. A anómala situação em que estamos é que não pode subsistir por extremamente iníqua: o maior número privado do indispensável, ao passo que uma minoria vive na mais provocadora abundância»⁹².

Não basta que se façam aparecer os géneros, uma grande parte deles, como se tem provado, sonogados por açambarcadores sem escrúpulos. O aparecimento de géneros no mercado, sendo incontestavelmente alguma coisa é, contudo, pouco para o que justamente se pretende. O essencial – e é este, desde o primeiro dia, o nosso principal objectivo – é promover que os géneros sejam vendidos por preços mais baixos,

⁹⁰ *A Pátria*, Porto, 19 de Julho de 1917, p. 1.

⁹¹ À frente das quais avulta aquele extraordinário Sr. Machado Santos, a cujos erros devemos uma grande parte do actual estado de coisas, cuja acção de estadista os operários deviam abominar com todas as veras da sua alma, e naturalmente desvela agora as noites em conciliábulos com os proletários, aconselhando-lhes a revolta, a pretexto de uma situação económica de que ele próprio foi um dos principais fautores... Há ilogismos assim na política portuguesa...»⁹¹ *Idem, ibidem*.

⁹² *A Pátria*, Porto, 19 de Setembro de 1918, p. 2.

acessíveis à bolsa do consumidor que não tem lucros de guerra nem com a guerra, e quando reclamamos isto não exteriorizamos uma aspiração utópica, pois por um inquérito feiro pela U.O.N. junto dos sindicatos, cujo resultado corre impresso em parecer, verifica-se que, a despeito do aumento de despesa com que os proprietários têm sido sobrecarregados depois da guerra, os seus lucros são três vezes maiores que antes dela. Isto é, o conflito armado serviu-lhes à maravilha para capitalizarem, num reduzidíssimo espaço de tempo, somas que em período normal não apurariam senão em longos anos de exploração. Tornar a vida mais barata, eis pois o que se impõe, na certeza de que só se não tornará isto possível se se quiser continuar a deixar medrar muito ambicioso incorrigível»⁹³.

O *sidonismo*, que se implantara em 5 de Dezembro de 1917, através de um golpe de Estado, resultante em grande parte, da reacção latifundiária e anti-democrática, contara com um vasto apoio popular e operário e triunfou devido a esse apoio. Paradoxalmente, o *sidonismo* reunia também o apoio declarado da burguesia industrial que era particularmente atingida pela luta do movimento operário, que exigia uma maior firmeza governamental, uma melhoria dos transportes marítimos e facilidades nas importações bem como da burguesia comercial, descontente com as medidas que visavam a especulação e conter os preços, que protestava contra as cedências excessivas à Inglaterra.⁹⁴

No entanto, a classe operária afastar-se-ia rapidamente do *sidonismo* e, conduzida pela sua ala mais radical, iria preparar o movimento grevista de maior envergadura da sua história: a greve revolucionária de Novembro de 1918.⁹⁵

A U.O.N. lançou-se, então, na preparação dessa greve geral revolucionária. Anunciada com grande antecedência, a greve não teve o êxito que se esperava. A situação conjuntural: (pneumónica que atingia sobretudo os bairros operários, os pátios e ilhas); o armistício entretanto negociado a 11 de Novembro, que provocara uma manifestação de regozijo organizada pelo *sidonismo*; finalmente, a própria descida de preços, graças

⁹³ A *Pátria*, Porto, 19 de Setembro de 1918, p. 2.

⁹⁴ COSTA, Ramiro — O.C. p. 168-169.

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

ao fim da guerra, e uma diminuição da repressão, muito contribuíram para o insucesso da greve geral.⁹⁶

2.8. A ineficácia das políticas de abastecimento da República

Num artigo publicado no jornal *A Montanha*, de 9 de Março de 1915, o articulista insurgia-se contra o Ministério de Pimenta de Castro, a que chamava «Ditadura Conciliadora». Dizia ser um Ministério que, «cinicamente», se proclamava de conciliação, mas que, além de atentar contra a liberdade dos cidadãos, atentava também contra o seu bem-estar. Era um ministério que, «além de outras tropelias», permitia que o Ministro dos Estrangeiros cumprimentasse o representante da Alemanha, país que chacinava os soldados portugueses em África. Como se isto fosse coisa pouca, o Ministro do Fomento Nunes da Ponte, resolvera «decretar a fome com a lei dos trigos»⁹⁷.

Sob o título «o pão negro da ditadura», o articulista criticava esse decreto por favorecer a moagem, em detrimento da indústria panificadora, condenando assim o povo à fome. Em sua opinião o decreto vinha lançar um terrível pesadelo sobre todos os lares. Apontava que, desde que o Ministério de Pimenta de Castro tomara posse, o problema das subsistências se tinha agravado extraordinariamente, estando as classes trabalhadoras alarmadas e já se tendo registado acontecimentos lamentáveis em Lisboa. O Governo não resolvia nada, a não ser mandar a polícia e a Guarda Republicana guardar as padarias, que afinal não tinham culpa nenhuma do que se estava a passar.⁹⁸

O articulista, para tentar entender a raiz do problema, resolvera entrevistar um industrial de padaria, pois achava que este seria a pessoa mais indicada para o esclarecer. Este estava muito indignado, pois sendo a indústria panificadora a que estava em contacto directo com a população, era a que acabava por sofrer com a ira do povo. No entanto, em seu entender, não eram eles os culpados do aumento do preço do pão e não podiam vender barato comprando o trigo caro. Insistia que era uma lei que favorecia a moagem em desfavor da panificação e do povo. Que o decreto favorecia não só os moageiros como os grandes lavradores do Sul, que estavam sempre contra os do Norte. Explicava

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 98.

⁹⁷ *A Montanha*, Porto, 09 de Março de 1915, p.1.

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

que o decreto anterior, de Lima Basto, impedia o açambarcamento, defendia as classes menos abastadas e os pequenos agricultores, não prejudicando as padarias.⁹⁹

A Comissão Central de Subsistências, presidida por Filipe da Mata e constituída por homens que conheciam bem o assunto, zelava pelos interesses do público e das padarias. Podiam actuar com imparcialidade, pois não eram parte interessada no assunto e defendiam os mais pequenos contra aqueles que só queriam enriquecer, aproveitando-se da crise. Por outro lado, o representante das padarias na comissão, Castanheira de Moura, não defendia os interesses das padarias, pois era também um grande moageiro. Claro que não se preocupava com os lucros na panificação, desde que os visse subir na moagem. O ministro do Fomento, Nunes da Ponte, não aceitara que a Comissão integrasse um representante das padarias do Norte, nem das padarias de Lisboa, independentes da Companhia Nacional de Moagem. Confidenciava o entrevistado que era «a moagem quem mandava, que os açambarcadores é que reinavam, e que a sêmea iria faltar e a broa iria subir de preço»¹⁰⁰.

À pergunta do articulista se as padarias não eram obrigadas a fabricar a sêmea a um preço estabelecido no Decreto, o industrial entrevistado afirmara que não saberia dizer por quanto tempo mais isso seria possível, pois o Governo dera toda a liberdade para aumentar o pão de luxo, que era afinal o que se comia em todas as casas e este já aumentara. O de 15 centavos passara para 20 e o de 10 passara para 15. Pretendia-se, desta forma, compensar os padeiros pelo prejuízo que trazia a venda de sêmea ao preço do decreto. No entanto, esta medida acabava por proteger a moagem, pois, como este pão que era o mais vendido também subira de preço, muitas famílias passaram a comprar as sêmeas, deixando de comprar o pão de trigo. O resultado foi que se produzia cada vez mais sêmea e cada vez menos pão de luxo. E, assim, a tal compensação com que o Governo acenava desaparecia.¹⁰¹

Mas a situação era agravada pelo facto de que, sempre que uma padaria comprava a farinha de segunda com que se fabricava a sêmea, o moageiro obrigava-a a comprar 50 sacos de farinha-flor. E para que servia tanta farinha se o que o freguês queria era a

⁹⁹ Não deixava, apesar disso, de salvaguardar os interesses dos grandes proprietários e até da moagem. Com esta nova lei as padarias ficavam completamente à discrição da moagem que, por sua vez, estava sujeita às exigências dos açambarcadores de cereais. Porque a moagem e os lavradores do Sul controlavam a situação e eram grandes agricultores, não se contentando com pequenos lucros, portanto, não estavam satisfeitos com a lei Lima Basto, pelo que esta tinha de ser alterada. Idem, *ibidem*, p. 1.

¹⁰⁰ Jornal “A Montanha”. Porto, 09 de Março de 1915, p.1.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

sêmea? Todos os dias as padarias ficavam com uma grande quantidade de pão de luxo por vender, aumentando assim o seu prejuízo. Como o referido decreto autorizava o fabrico de pão com farinhas mistas, era lícito prever que o consumo de farinha de milho iria aumentar, provocando o aumento do preço da broa.¹⁰²

Entretanto, a Associação dos Panificadores mandara publicar o seguinte Aviso: «em virtude do decreto de 1 de Março corrente que eleva 58 réis em cada quilo de farinha de 1ª qualidade, ou sejam 4\$35 réis em cada saca, vê-se a indústria de padaria forçada a elevar o preço do pão, o qual passa, a partir do próximo dia 6, a ser o seguinte:

Pão vulgarmente chamado de 15 réis – custará 200 réis, a dúzia;

Pão denominado de 10 reis – custará 150 réis, a dúzia;

O Decreto que acima referimos determinara que o aumento de preço era feito não só sobre a farinha que o industrial tivesse a receber, mas também sobre a que tivesse em casa, pela qual terá que «pagar ao Estado a mesma importância de 4\$35 réis por cada saco de farinha-flor e 52,5 centavos pela de 2ª qualidade, sob pena de elevada multa»¹⁰³.

Segundo a visão deste industrial de padaria do Norte, certamente adepto dos republicanos democráticos ou, pelo menos, colaborando na campanha oposicionista ao Governo de Pimenta de Castro, a situação criada por este decreto, era tão má que só tinha uma solução: repor a lei publicada por Lima Basto, ministro do Fomento do Governo anterior que era muito justa, pois, não condenando o povo à fome, não punha os padeiros na contingência de ter que fechar as portas. Se não se fizesse alguma coisa, a maior parte das padarias terão que despedir pessoal, não só porque não podem aguentar estes prejuízos, mas também porque não há farinha de 2ª que chegue para satisfazer as necessidades do consumo da sêmea, que tem aumentado e continuará a aumentar. Terão que ir entregar as chaves das padarias ao Governador Civil, ao ministro do Fomento ou a quem quer que «esteja habilitado a fazer o milagre de vender o pão barato, comprando farinha mais cara»¹⁰⁴.

¹⁰² Jornal “A Montanha”. Porto, 09 de Março de 1915, p.1.

¹⁰³ Deste modo, o Estado sobrecarregava as farinhas recebidas no futuro, mas também, retroactivamente, as que o padeiro já tinha em casa. Já tinham sido efectuadas buscas em casa de padeiros que não tinham outro remédio senão a pagar. Jornal *A Montanha*. Porto, 09 de Março de 1915, p.1.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p.1.

O jornal *A Montanha*, na sua edição do dia 2 de Julho de 1915, já recuperado o poder pelos «democráticos», informava que, pelos cafés da baixa portuense circulava, desde a véspera, um manifesto dos industriais de panificação. Nele se dizia: «dada a situação especialíssima a que falta de trigo criou ao país, e sendo necessário complementar com a importação, o Governo tinha imposto uma série de medidas que têm provocado imensos prejuízos à panificação e ao consumidor. Por patriotismo e porque era necessário fazer sacrifícios, esta classe sujeitou-se às suas regras, mesmo com enormes prejuízos. A Moagem, enquanto sua inimiga, não parava de engrandecer-se, com lucros exorbitantes. Cabe agora à classe panificadora a sua vez de falar.¹⁰⁵»

Em 31 de Julho, terminava o prazo de vigência do regime decretado pelo ex-ministro Nunes da Ponte, titular da pasta do Fomento durante a ditadura de Pimenta de Castro. O jornal *A Montanha* avisava que os monopolistas das moagens projectavam conseguir a prorrogação desse decreto, para o novo ano cerealífero, que se iniciava a 1 de Agosto. Estes não descansavam na sua campanha, pretendendo continuar a tirar lucros exorbitantes, com o prejuízo do povo, e «alicerçar a sua ganância impiedosa e má, pois que se não baseia em nenhum legítimo interesse, nem tem a perdoá-la um sopro de justiça. Surge como a afronta do capitalismo prepotente. A classe panificadora está certa de que o Governo republicano não o consentirá, e o povo com a classe panificadora, os directamente lesados farão ouvir o seu brado também. A moagem aparece sempre melíflua, em todas as horas de angústia nossa, para lhes perdoarmos, a sugerir prejuízos vários e sacrifícios imensos»¹⁰⁶.

Entretanto, o jornal recebera da Moagem do Norte uma carta, com pedido de publicação, e que já tinha sido inserida na véspera no jornal *A Lanterna*. Nessa carta, a Moagem pretendia esclarecer que «as culpas sobre a carestia do pão não poderiam ser imputadas aos membros desta classe, pois que logo no começo do conflito europeu a moagem de todo o país tinha solicitado ao Governo que tomasse medidas enérgicas, evitando assim a quase certa escassez de pão. Não tinha valido de nada pois que, mês

¹⁰⁵ *A Montanha*, Porto, 02 de Julho de 1915, p.1.

¹⁰⁶ No entanto, ela contradiz-se: no Porto existia uma fábrica de moagem que recebia 90 contos dos moageiros coligados, para se manter fechada. A «coligação» dizia que tem prejuízos avultados, mas dispunha daquela importância para ter um concorrente a menos. Existia outra fábrica em Rio Tinto que também não laborava, graças a um entendimento com o sindicato moageiro. Os padeiros até indicavam a morada desse «nefando» sindicato: Rua José Falcão, 137, bem no centro do Porto. O que alegavam para conseguir essa prorrogação? Ter trigo estrangeiro que não podiam consumir até 31 de Julho. Não passava, porém, de mais um estratagema para conseguir a prorrogação do regime vigente, para mais um ano agrícola. Idem, *ibidem*.

após mês, o trigo exótico mais encarecia e o nacional se esgotava. Só muito tarde o Governo se resolvera a debruçar-se sobre o assunto tendo, depois de muitos estudos, decretado o regime actual, que a moagem, ainda que protestando, aceitou para não criar problemas ao país. Desde Março que vive neste regime asfixiante (trata-se do decreto de Nunes da Ponte que veio substituir o de Lima Basto), perdendo muito dinheiro e sendo, ainda por cima, acusados de gananciosos. Além de ter apresentado provas com cifras ao Sr. Governador Civil do Porto, já tinham feito chegar ao Ministro do Fomento uma exposição a solicitar que este regime não continuasse»¹⁰⁷.

Pelo exposto, concluíam que não lhes caberia qualquer responsabilidade na carestia do pão e que tão pouco queriam a continuação do regime em vigor, insistindo na sua revogação.

Um ano depois, já Portugal tinha enfileirado entre os beligerantes, Artur Bello assinava um editorial no *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 16 de Setembro de 1916, em que criticava duramente a actuação da Comissão Nacional de Subsistências. Para compreender a situação portuguesa, começava por uma análise do que se passava na Europa, nomeadamente na Alemanha.

Concordava que um país bloqueado (a Alemanha) utilizasse tabelas de preços. Os Impérios Centrais, impedidos pela Royal Navy de efectuar a importação de matérias-primas e de géneros alimentícios, tinham que viver quase só dos seus próprios recursos. Não admirava que tivessem que criar comissões, como já tínhamos visto no segundo capítulo, para dividir estes poucos recursos pelos seus habitantes. Com a guerra tinham além disso, uma grande parte da população em armas, que tinha de ser alimentada. Nesses países não havia remédio senão criar entidades que fizessem essa distribuição para impedir que uns recebessem muito e outros pouco. Mas a função principal dessas comissões era definir quanto podia cada pessoa consumir num determinado momento. Enfim, organizavam o seu *racionamento*.¹⁰⁸

Servia essa medida para impedir que, dada a extrema escassez de géneros, os preços atingissem valores muito elevados. Portanto, a comissão além de definir a porção que cabia a qualquer pessoa, definia também o preço a que o mesmo devia ser vendido. Estas medidas eram necessárias, pois as quantidades disponíveis eram muito limitadas, não havendo como obter mais. Fazia notar, que pela Europa fora, não existiam tabelas

¹⁰⁷ *A Montanha*, Porto, 02 de Julho de 1915, p.1.

¹⁰⁸ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 16 de Setembro de 1916 – nº 18.789, p.1.

de preços, O que existiam eram comissões de subsistências com o fim de providenciar para que elas não faltassem. A sua posição especial permitia-lhes remover todos os obstáculos para a sua aquisição. E exemplificava: «não havia trigo suficiente? Então, no caso de as importações serem livres, era função da comissão verificar se os importadores o faziam em tempo útil. Se a importação não era livre, era à comissão que competia promover a sua importação quer comprando-o, quer entregando essa tarefa a alguém que dela se encarregasse. O que acabava por acontecer é que era para esses países que ia o açúcar e outros géneros que, pela tabela oficial, não podiam ser importados por Portugal».¹⁰⁹

E perguntava-se: «para que serve uma entidade que só marca preços, não se importando com as quantidades existentes?» Acabava por acontecer em Portugal aquilo que os países bloqueados tentavam evitar: que uns comessem tudo e outros morressem de fome. Claro que a classe mais desfavorecida seria a mais afectada, pois não tinha capacidade de compra. Os ricos arranjavam-se sempre. Tinham um importador conhecido que fazia a importação directamente em seu nome, e o preço não era problema. O articulista concluía que esta era a diferença entre um país bloqueado e outro que, não o estando, não se preocupava em organizar o abastecimento regular dos produtos essenciais: «os restantes, os que gastavam a crédito, ou os que apenas têm recursos para comprar os víveres necessários para uma semana ou um mês, esses é que ficavam prejudicados e eram os únicos condenados a morrer de fome, pela Comissão Central de Subsistências»¹¹⁰.

O que não acontecia com as potências centrais, que estavam bloqueadas pelos aliados da *Entente Cordial*, acabaria por acontecer com Portugal, devido à forma como funcionava a entidade, cuja missão era exactamente o contrário da prática.¹¹¹

O articulista perguntava-se, pois, qual seria a intenção do Governo ao criar as Comissões de Subsistência, para funcionarem desta forma, concluindo que «o país está

¹⁰⁹ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 16 de Setembro de 1916 – nº 18.789, p.1.

¹¹⁰ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 16 de Setembro de 1916 – nº 18.789, p.1.

¹¹¹ As importações, em vez de serem por ela facilitadas e até promovidas, quando se tornava necessário, estavam antes dificultadas com as tabelas de preços, e era impossível realizar uma compra avultada, na intenção de a vender ao público, pois não saberia se poderia fazê-lo em face da tabela oficial. *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 05 de Novembro de 1916 – 64º Ano nº 18.831, p.1.

bloqueado não pelo inimigo, mas pela miséria resultante da nossa desgraçada situação financeira». ¹¹²

No mesmo sentido, o Congresso Económico Nacional, realizado nos primeiros dias de Novembro de 1916, apreciando o decreto sobre o regime cerealífero e panificador, dirigira a seguinte exposição ao Ministro do Trabalho:

«O Congresso reunido por iniciativa da Liga Económica Nacional para o estudo dos problemas que digam respeito à economia pública, dando parecer sobre elas e expô-los aos poderes públicos, para os auxiliar na resolução do grave problema da situação económica do país apreciou, como era natural, o último decreto do Governo estabelecendo um novo regime cerealífero e panificador. Este decreto, segundo o modo de ver do Congresso, revelava as boas intenções do Governo e, para a ocasião, supondo que a moagem e a panificação o acatassem de bom grado, ele seria excelente. Mas, dados os antecedentes daquelas duas classes industriais em relação ao cumprimento das leis anteriores, prevê-se que esta lei sendo excelente poderá vir a transformar-se, na prática, na pior de todas as leis, principalmente para o consumidor pobre» ¹¹³.

Assim, o Congresso propôs uma nova tabela de preços da farinha e do pão para um único tipo, para evitar que o consumidor fosse obrigado a comprar pão a \$30 centavos quando se dirigisse à padaria para comprar o de \$09.

Quadro 7

Tabela de preços da farinha e do pão proposta pelo Congresso Económico Nacional (Nov. 1916):

MOAGEM

10 % de flor para os hospitais, doentes e encomendas especiais, a \$33	3\$30
75 % de farinha a \$125	9\$375
15 % de sêmea a \$06	\$90
Total	13\$575
Custo	12\$50
Lucros e custos na moagem	1\$075
PANIFICAÇÃO	
75 Kg de farinha produzindo 195 kg de pão de #11	11\$55
Custo da farinha na padaria	9\$375
Lucros e custos de produção	2\$185

Fonte: *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 05 de Novembro de 1916

¹¹² *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 16 de Setembro de 1916 – nº 18.789, p.1.

¹¹³ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 05 de Novembro de 1916 – 64º Ano nº 18.831, p.1.

Como existia o perigo de os revendedores de farinha por grosso açambarcarem a produção das fábricas, e o passarem a vender por um preço superior ao estabelecido, estes deveriam ser considerados como fabricantes. Por outro lado, o preço da farinha seria o indicado no dia da extracção e deveria incluir o frete até à padaria ou até ao cais de embarque, bem como o aluguer de sacaria.¹¹⁴

No preâmbulo do decreto 28 de Junho de 1917, assinalava-se a urgência de «providenciar acerca do regime a que devem subordinar-se as transacções sobre certos géneros a fim de se procurar garantir o abastecimento de pão às populações do continente».

Ao longo dos seus 72 artigos, o Decreto tomava as seguintes disposições: tornava obrigatório o manifesto, nos oito dias posteriores à colheita, de um certo e determinado número de géneros alimentares, entre eles os cereais; promovia um inquérito ao consumo; fixava o regime comercial; dispunha que a parte dos géneros disponíveis para venda ficasse de conta do Governo, sendo os produtores considerados seus fiéis depositários, respondendo por eles nos termos do código civil; fixava o preço máximo do trigo nacional durante o ano cerealífero de 1917-1918, sendo que o preço do milho seria fixado para cada concelho pelas comissões a que se referia o artigo 36; legislava sobre a obrigatoriedade de uma imediata matrícula especial de todas as fábricas de moagem ainda não matriculadas; atribuía aos governadores civis dos distritos a organização em cada concelho de uma comissão de abastecimento local que deveria ser constituída por vereadores da Câmara Municipal, agricultores e industriais escolhidos de preferência pelos seus pares; eram, finalmente, fixadas as penalidades por incumprimento.¹¹⁵

Para todos os problemas existem sempre visões e soluções diferentes. Iremos tentar compreender e analisar este decreto sidonista sobre as subsistências, comparando a opinião de dois jornais diários publicados no Porto e um de Lisboa, todos de grande circulação e com conotação partidária diversa.

¹¹⁴ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 05 de Novembro de 1916 – 64º Ano nº 18.831, p.1.

¹¹⁵ Decreto-Lei nº 3216, de 28 de Junho de 1917. In *Diário do Governo*, 1ª Série, nº 104.

Sob o título *A questão cerealífera*, o jornal monárquico e conservador *A Pátria* afirmava que não era com disposições como as contidas no Decreto n.º 3216, que o Governo conseguiria obstar a que a fome e a miséria viessem, no novo ano económico afligir mais do que o fizeram no ano anterior as classes trabalhadoras do país: «Pear a livre expansão comercial dos cereais dentro do próprio continente é o absurdo mais completo que pode conceber-se e que só tem aceitação nos cérebros que vêm o país através das janelas de uma secretaria de Estado».¹¹⁶ Enquanto internamente se criavam disposições de lei que, dada a sua incongruência, só poderiam ter consequências diametralmente opostas às visadas, consentia-se que se fizessem exportações de géneros alimentícios de que o país tanto precisava. O mais grave, no entanto, era a intenção de impedir a livre circulação dos cereais em Portugal, criando barreiras em cada uma das freguesias. Estas disposições e a tremenda carga burocrática a que estavam associadas, só iriam favorecer o contrabando entre as regiões que tinham excesso de produção e as que tinham *deficit*. «Obrigado, coagir o produtor a entregar ao governo os frutos das suas terras, torna-lo um mero detentor do que lhe pertence é, sem dúvida alguma, tirar-lhe toda a iniciativa para produzir mais e melhor»¹¹⁷.

Sob o título *A questão do pão*, o jornal *O Século*, de Lisboa, na sua edição de 28 de Julho, publicava um artigo assinado por António Veiga, Administrador de Concelho, que por dever de ofício tinha de intervir nesta questão e que, pelas suas observações pessoais, tirara algumas conclusões.

A pretexto do decreto de 28 de Junho sobre a questão do pão, o articulista dizia ter muitas dúvidas, de que este, como os que o precederam, não se viesse a tornar letra morta ou, como aqueles, «ser executado *«a la diable»* por esse país fora, dando origem a violências, vinganças e atropelos sem nome, conseguindo apenas embrulhar ainda mais a questão. Lamentava que os governantes se esquecessem sempre do «meio em que as leis tinham de ser executadas», sem se preocuparem da sua exequibilidade.¹¹⁸

Insurgia-se pelo facto de se terem criado variadíssimas comissões, que seriam desempenhadas precisamente por aqueles que mais interesses tinham no assunto, sem explicitar precisamente as atribuições das autoridades administrativas. Estava completamente em desacordo com o que chamava «as faltas inconcebíveis» do decreto,

¹¹⁶ *A Pátria*, Porto, 16 de Julho de 1917, p.1.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*.

¹¹⁸ *O Século*, Lisboa, 4º ano n.º 1.005, 27 Julho 1917, p.1.

«como aquelas de considerar todos os géneros na posse do Governo, desde a data da sua publicação, sem providenciar acerca do pão que se haveria de comer até que se lhe desse o devido destino. Não definia a maneira de o lavrador obter o dinheiro, com que contava na hora da colheita, para as suas urgentes e inadiáveis necessidades»¹¹⁹.

Fazia também algumas contas sobre o negócio do pão: o pão de trigo, que estava tabelado ao preço máximo de \$16 por quilo, deixando bons lucros a todos os intervenientes estava afinal a vender-se a \$24, \$30 e até a \$40, se não mais; e o de milho, que, nas mesmas condições, se podia vender a \$085, havia concelhos onde atingia \$20. Em sua opinião,urgia que se tomassem providências para se assegurar, ao menos, ao povo o pão pelo preço mínimo, impedindo a actuação de todos aqueles que o tornavam caro para enriquecerem, mas isto teria que acontecer de uma maneira prática, e utilizando apenas uma polícia activa e severa. À pergunta «o que fazer?» respondia que o Governo, depois de averiguar, como já averiguara, qual o preço remunerador por que o agricultor podia vender os seus géneros, averiguasse qual o preço por que o padeiro, depois de abatidas as despesas de transporte, farinação e panificação, e tirando um lucro razoável, devia vender o quilo de pão, quer de trigo, quer de milho, quer de mistura, não consentindo, e empregando para isso uma severa fiscalização, que se vendesse por maior preço.¹²⁰

O articulista António Veiga tentava verificar, depois de algumas contas, se os preços acima mencionados seriam suficientes para compensar o trabalho do intermediário, do moageiro e do padeiro, Ele cria que sim. Pelas suas informações, um alqueire de trigo de 14 litros produzia dez quilos de farinha, no mínimo, e dez quilos de farinha produziam 12,5 quilos de pão.

Calculando a despesa à vara, indicava: preço do trigo, 1\$40; transportes, \$10; moagem, \$12; comissário, 5%, \$075; para panificação, \$08; lucros da padaria, 10%, \$14; total, 1\$915, ou seja, \$153 por quilograma.

$$1\$915 : 12,5 \text{ kg} = \$153$$

Um alqueire de milho de 14 litros dava 1 1/4 de farinha que produziam 18,55 quilogramas de pão.

¹¹⁹ *O Século*, Lisboa, 4º ano, nº 1.005, 27 Julho 1917, p.1.

¹²⁰ *Idem, ibidem.*

E, assumindo que as despesas fossem as mesmas que a referente ao trigo, o que não acontecia, pois o milho, em regra, comprava-se, moía-se e cozia-se no local, indicava: preço do milho, 1\$05; transportes, \$10; moagem, \$12; comissário, 5%, \$075; panificação, \$08; lucros do padeiro, 15%, \$157; total, 1\$582, ou seja, \$085 por quilograma.

$$1\$582 : 18,5 \text{ kg} = \$085$$

Concluía que, se as contas fossem apuradas, se veria que as despesas diminuía e os lucros do padeiro subiam.

Como acabamos de ver, apesar de representarem visões diferentes, ambos os jornais estavam de acordo num ponto: esta lei não vinha resolver nenhum problema, vinha apenas complicá-lo. De resto, tal opinião não era nova. Já antes surgem na imprensa frequentes críticas à ineficácia da legislação produzida. Refira-se, por exemplo, o artigo publicado no jornal *A Montanha*, de 5 de Dezembro de 1917, e assinado por Júlio Ribeiro, onde se alvitrava ao Ministro do Trabalho a revogação de todos os decretos sobre subsistências, deixando o comércio livre e as fronteiras e barreiras abertas, abolindo-se temporariamente qualquer imposto de consumo. Para os géneros de primeira necessidade que era necessário importar, o articulista advogava que deveriam transitar sem as formalidades nem as peias que os tornavam mais caros e de difícil aquisição. Mas Júlio Ribeiro, ao escrever o seu artigo, que mereceu o aplauso de muita gente, tinha a consciência de que a sua posição não seria atendida pelo Ministro: «Os homens superiores e bons têm uma única preocupação: praticar o bem, seja por inspiração sua ou alheia. E com que facilidade, e até satisfação, emendam os seus erros. Ora o Sr. Lima Bastos, que na gerência da sua pasta se tem mostrado pouco inteligente e muito casmurro, não tem essa humildade. Portanto, não revogou ainda o chamado *imposto da fome*, criando, assim, a mais calamitosa situação económica»¹²¹.

Secundando a opinião do articulista, o jornal alicerçava a sua convicção nas de um «honesto negociante» que corroborou as afirmações desse artigo, concordando com a experiência proposta de «entregar à honradez e consciência do comerciante a regularização da vida económica do país». Esta era uma boa medida, não só porque punha à prova o negociante e o produtor, como também pela força que dava ao Governo

¹²¹ *A Montanha*. Porto, 05 de Dezembro de 1917, p.1.

se o comércio seguisse por caminho tortuoso e indigno. Como justificação apresentava o facto de toda a gente saber que uma das causas da grande elevação de preços de todos os géneros, vinha das dificuldades que havia em os adquirir e em os fazer transitar. De um modo ou de outro estes géneros acabavam por aparecer no mercado, «num país onde a candonga está na massa do sangue» e apresentava o seguinte exemplo: «tinha vinho, azeite, batatas e legumes da sua colheita, numa quinta situada no Douro. Eram os seus produtos e gostava de os consumir. Tinha, portanto, que mandar vir vinho, azeite, legumes e batatas para o seu consumo. Como, se ali nas barreiras eram apreendidos, depois de o regedor principiar por não os deixar sair, como conseguir a sua entrada?»¹²²

Esclareceu que tinha acabado por os trazer para o Porto, tendo pago os direitos devidos. Tinham-lhe ficado caros, mas ficara contente. Concluiu que, se não fossem essas peias, toda a sua colheita poderia vir abastecer, embora em quantidades mínimas, o mercado do Porto. Como ele, muitos outros proprietários de quintas no Douro. Estes produtos acabavam por apodrecer nas quintas, pois lá não havia quem os comprasse, e não valia a pena sujeitarem-se a incómodos e a favores. Estava absolutamente convencido de que se acabassem as peias existentes todos os géneros desceriam de preço.¹²³

O articulista concluía que dado que os «mil» decretos sobre subsistências não tinham resolvido a situação, antes pelo contrário, cada um que surgia era mais um mal para a vida económica do país, devia fazer-se a experiência proposta: mercado livre e impostos abolidos em certos e determinados géneros. Sugeria um período mínimo de dois meses de experiência.¹²⁴

¹²² *A Montanha*. Porto, 05 de Dezembro de 1917, p.1.

¹²³ *A Montanha*. Porto, 05 de Dezembro de 1917, p.1.

¹²⁴ *Idem, ibidem*.

3. A CRISE DAS SUBSISTÊNCIAS NO PORTO

3.1. Aspectos da crise no Porto

Tal como no resto do país, a crise de subsistências agravou-se na cidade do Porto, durante o período da Grande Guerra. À falta de géneros de primeira necessidade, devido às dificuldades de importação, somavam-se outros factores, como o açambarcamento, o contrabando, a fraca eficácia da legislação reguladora, a especulação e o «mercado negro» que despertavam, a cada passo, motins populares, por vezes violentos. O agravar da conflitualidade social, estimulada pela crise das subsistências, constitui uma contínua preocupação para os poderes públicos que procuraram, em sintonia com os governos da República, soluções para minorar as carências das populações mais pobres e mais afectadas pela carência de géneros alimentares e pela subida dos respectivos preços.

No ano de 1914 houvera motins e assaltos a padarias, um pouco por todo o país. Na sua edição de 9 de Setembro de 1914, o jornal *A Montanha* tinha chamado a atenção para o constante aumento do custo de vida. Avisava o Governo que, se não contivessem os açambarcadores e os que só queriam ganhar dinheiro com a desgraça alheia, a situação só poderia piorar. Era natural que a conflagração da guerra provocasse perturbações na vida económica, mas não era, no entanto, um factor único, pois já há algum tempo se vinha a sentir a carestia da vida e a população pressentia a chegada de tempos difíceis. A Comissão da Carestia da Vida, nomeada pela Federação das Associações Operárias tinha já organizado reuniões/comícios para debater este assunto e para irem junto do Governador Civil solicitar providências.¹²⁵

Apesar de o povo ter, durante dias sucessivos, apresentado queixas contra a carestia da vida e o aumento de preços, o Governo não apresentou sinais de querer reagir. O jornal *A Montanha* do dia 18 de Setembro afirmava que «o ministro em vez de resolver, empatara. Em vez de tomar medidas imediatas e enérgicas acerca deste fundamental assunto, ocupou-se em minudências de politiquice e manteve deste caso o mesmo

¹²⁵ *A Montanha*, Porto, 9 de Setembro de 1914, p.1.

silêncio sobranceiro adoptado para os factos da política internacional». ¹²⁶ O jornal concluía que esta inércia só poderia acabar mal.

Nesse mesmo dia, o que que começara como uma simples manifestação popular tentando, de uma forma pacífica e ordeira, chamar a atenção para o problema das subsistências, acabara por gerar uma onda de violência, pois a polícia interviu de uma forma violenta. Até transeuntes pacíficos e meros espectadores, foram atacados. O jornal *A Montanha* refere que, apesar de «entre a multidão se adiantar um grupo de criaturas desordeiras, que provocou os representantes da autoridade, cobrindo-os de insultos» nada justificava a forma como a polícia tinha tentado dispersar a população ¹²⁷.

A Comissão da Carestia da Vida tinha convocado, para aquela noite, uma manifestação de protesto, a realizar-se na Praça da Trindade. A intenção era dar a conhecer à população o que esta comissão tencionava fazer e, depois, dirigir-se ao Governo Civil. Os ânimos exaltaram-se quando se soube que o Governador Civil não só tinha proibido a manifestação como se recusava a receber a comissão. Entretanto, a população vira-se confrontada por grandes forças policiais, que convergiam para a praça vindas das ruas laterais. A polícia forçou a população a fugir na direcção das ruas Fernandes Tomás e Santa Catarina, tentando chegar ao Governo Civil. Tendo a polícia impedido essa manobra, dirigiram-se para a estação de S. Bento e para a Rua das Flores. ¹²⁸

Nessa altura, os ânimos já estavam muito exaltados e a polícia, que empunhava sabres e pistolas, carregara sobre a multidão, forçando-a a descer, em pânico, a Rua Mousinho da Silveira. A polícia efectuou cargas de cavalaria e disparou tiros, que provocaram muitos feridos. O articulista diz-nos que a actuação da polícia mais parecia a do tempo da Monarquia, «tão grande era a sanha de dar pranchadas a torto e a direito, em homens, mulheres e crianças». Chegaram a ser disparados tiros das fachadas e janelas dos prédios, por comerciantes amedrontados. A população reagiu, atacando os estabelecimentos à machadada e partindo vidros das janelas. O tiroteio e as agressões acabaram por se generalizar entre comerciantes, povo e polícia, tendo provocado um morto e muitos feridos. ¹²⁹

¹²⁶ *A Montanha*, Porto, 18 de Setembro de 1914, p.1.

¹²⁷ *A Montanha*, Porto, 19 de Setembro de 1914, p.1.

¹²⁸ Idem, *ibidem*.

¹²⁹ Idem, *ibidem*.

A Montanha noticia que no dia 20 de Setembro se tinham reunido, na sede da Federação, todas as associações da classe operária. A mesa foi presidida por Serafim Cardoso Lucena, que, usando a palavra «verberou acemente o procedimento da força armada que investia desapietadamente contra o povo». Este protestava ordeiramente contra a especulação comercial. Responsabilizou pelos graves acontecimentos ocorridos o Governador Civil e a polícia. Foi nomeada uma comissão que ficou incumbida de se entender com o Ministro do Fomento, que deveria chegar ao Porto no dia seguinte, para lhe expor as precárias condições em que se encontravam as classes operárias.¹³⁰

No dia 21 de Setembro de 1914, à noite, reuniram-se no gabinete do chefe do Distrito, com o Ministro do Fomento, o Governador Civil, o Comissário Geral da Polícia, representantes dos lojistas, dos retalhistas, dos importadores de bacalhau e da Associação Comercial dos Revendedores de Víveres. O Ministro referiu-se aos acontecimentos como sendo consequência lógica das circunstâncias do momento, e que cumpria fazer todos os possíveis para debelar o mal, não titubeando para isso em sacrifícios. O Governador Civil informou que recebera um telegrama enviado pelo Presidente do Ministério onde este informava terem sido tomadas várias providências. António Fosca, representante dos lojistas, afirmou que era exagerada a carestia a que se aludia, pois que até havia produtos mais baratos que anteriormente. Que o povo só reclamava o embaratecimento de três produtos: o açúcar, o arroz e o bacalhau. Garantia, também, não haver qualquer açambarcamento. O Ministro do Fomento Almeida Lima estranhou que estes três produtos tivessem atingido preços tão exorbitantes e mencionara a situação do operariado que, com as fábricas dando pouco trabalho, não podiam comprar estes produtos de primeira necessidade, dados os preços atingidos.¹³¹

Eduardo Santos Silva, representante da Câmara Municipal do Porto na reunião, enfrentou o representante dos lojistas, dizendo que havia na realidade ganância, pois que os preços daqueles produtos que estavam agora mais baratos tinham subido logo após o início da guerra e que só baixaram depois. Pediu ao Ministro que tomasse medidas, pois que a Câmara não tinha poderes, nem capacidade para os resolver. O Ministro respondera que a solução mais prática era o alto comércio embaratecer os géneros até

¹³⁰ A assembleia decidiu também protestar publicamente, por meio da imprensa imparcial, contra a intervenção da força pública e o uso das armas contra os populares que fugiam à sua sanha e contra a prisão de diversos cidadãos, a quem não pode ser imputada responsabilidade individual, procurando por todas as formas contribuir para que a família do assassinado, se a houver, seja socorrida pelas autoridades culpadas. *A Montanha*, Porto, 22 de Setembro de 1914. p. 1.

¹³¹ Idem, *ibidem*.

que o Governo tivesse hipótese de resolver a situação. Deste modo poder-se-ia rapidamente debelar a crise, tendo o representante dos lojistas dito que era impossível baixar o preço do açúcar. O Ministro disse, então, que não queria sair do Porto sem o problema estar resolvido, pelo que marcou uma nova reunião, especialmente convocada para o efeito. Alguns comerciantes, ao saírem do edifício do Governo Civil, afirmaram não abater aos géneros «nem um ceitil» sequer.¹³²

O Ministro encontrara-se também com a comissão delegada das associações operárias, que fizeram um relato dos acontecimentos e disseram que procuravam, dentro do que era justo e dentro da legalidade, atenuar a crise que afligia as classes trabalhadoras. Entregaram ao ministro as tabelas de preços de Lisboa e Porto, «demonstrando pelo seu confronto a flagrante e injustificada desigualdade do custo nas duas cidades». O Ministro prometeu tomar todas as providências, sobretudo em defesa do operariado.¹³³

Entretanto, o jornal fala-nos das circunstâncias em que foi morto a tiro o ferrador Alfredo dos Santos Ferreira, de 24 anos, natural de Trevões. Este, com um pequeno grupo, descia a rua das Flores, havendo testemunhas que afirmavam que o infeliz fora atingido por dois tiros disparados por um guarda-republicano. Como o Governador Civil tinha dado ordens expressas para que a Guarda Republicana não usasse as armas a não ser em caso extremo, já tinha sido levantado um auto de corpo de delito para apurar responsabilidades. O guarda, se se provasse a sua culpa, seria julgado em Conselho de Guerra.¹³⁴

O articulista dizia-se indignado contra aqueles que «a coberto da conflagração europeia se aproveitam e enriquecem à custa da labuta e sacrifícios dos que tudo produzem, mas nada possuem». Aqueles é que eram os verdadeiros responsáveis pela situação e que levavam, em última instância, a que os mais impulsivos ou mais desesperados saíssem à rua em indignado protesto. Referiu-se então a João Coelho, considerado negociante, com estabelecimento em Costa Cabral. O referido negociante tinha ido, no dia 4 de Agosto de 1914, à Macedo, Barbosa & Bastos, para comprar dois *costais* de bacalhau da Noruega, tendo-lhe sido exigido o pagamento de 32\$80. O preço era exorbitante pelo que fez notar isso ao armazenista. Este, inicialmente reconheceu que sim, mas depois assumiu, na opinião do negociante, «ares soberbos e agressivos». Este negociante

¹³² *A Montanha*, Porto, 22 de Setembro de 1914. p. 1.

¹³³ *Idem, ibidem.*

¹³⁴ *Idem, ibidem.*

acabou por perder dinheiro pois vendeu o bacalhau ao preço da tabela, perdendo 80 centavos por *costal*, mas resolveu nunca mais utilizar a firma Macedo, Barbosa & Barbosa, para as suas compras¹³⁵. Para o articulista, este episódio era demonstrativo dos abusos que os grandes armazenistas estavam a cometer.

E juntara o testemunho de Simbolismo do Nascimento, um «hábil cinemagrafista», que lhe contara um pormenor muito interessante que sucedera na noite do dia 18 de Setembro. Tinha recolhido em sua casa, situada na rua Ferreira Borges, um «marçanoso» que fugia espavorido da casa do patrão, que tinha sido assaltada. Tentou sossegar o garoto fazendo-o ver que seriam os grandes merceiros os causadores da carestia da vida. O marçanoso garantiu que o seu patrão só vendia o arroz mais caro porque o comprava mais caro a quem vendia por atacado. Disse que «aos que ficam lá mais ao fundo da rua é que deviam ter ido». Por essa altura, comentando a forma como os soldados tratavam o povo ali parado a ver os acontecimentos, comentou que estes não se deviam sentir explorados pelos açambarcadores, pela forma como agiam. Respondeu o marçanoso «não, que nós temos ordem do patrão para vendermos aos polícias e aos militares pelos preços antigos»¹³⁶.

A situação da carestia da vida na cidade do Porto piorou nos anos seguintes. A 2 de Janeiro de 1916, o Director da Companhia de Utilidade Doméstica queixava-se disso mesmo. Insurgia-se contra os grandes criadores de gado que o vendiam para a Espanha, por ser lá o preço mais favorável. Apesar de proibida, continuava-se a efectuar essa venda, pois não havia vigilância. Antes, era a Espanha que nos fornecia gado, mas, como o Governo tinha criado uma taxa de 7\$500 réis por cabeça deixaram de o fazer. A solução, segundo o jornal *A Montanha*, era aumentar a vigilância nas fronteiras e impedir que as Câmaras de Lisboa e Porto abatessem vitelas com menos de cinquenta quilos. Por esta notícia se pode concluir que o problema do açambarcamento e do contrabando não se verificava só com os cereais, mas também com outros géneros alimentares.¹³⁷

¹³⁵ *A Montanha*, Porto, 22 de Setembro de 1914. p. 1.

¹³⁶ *Idem, ibidem*.

¹³⁷ *A Montanha*, Porto, 2 de Janeiro de 1916, p.2.

A 13 de Janeiro, o mesmo jornal, sob o título «Açambarcadores e exploradores» chamava a atenção para a situação das classes mais desfavorecidas que era «pavorosa»: urgia que as autoridades tomassem providências prontas e enérgicas.¹³⁸

O povo tentava lutar contra esta situação e, em certas ocasiões, punha mesmo a mão na massa. A dada altura fez-se crer que na cidade do Porto não haveria milho para se fazer o pão. O povo da Freguesia de Campanhã juntara-se, com a ideia de efectuar um arrolamento do cereal existente da freguesia. O presidente da Junta de Paróquia conseguira serenar a situação e a população regressou a suas casas, sem cumprir aquele desejo. A 10 de Fevereiro, voltou a reunir-se e declarou que desta vez não iria aceitar qualquer desculpa. O presidente da Junta deslocou-se ao local e trouxe consigo uma força policial. Conseguiu fazer um acordo com os manifestantes, tendo sido nomeadas duas comissões, uma que se encarregaria da segurança do local e outra que iria com ele dialogar com o chefe do Distrito. Este preocupou-se pessoalmente em resolver o problema e, depois de alguns telefonemas para Lisboa, mandou apreender 12 vagões com milho que foram, de imediato, vendidos a 82 centavos o quilo.¹³⁹

De todo este episódio o jornal *A Montanha* tirava a conclusão que existiria um propósito para fazer crer que havia escassez de milho, apesar de a última colheita deste cereal ter sido abundante. A pesca do bacalhau também tinha sido abundante e nunca tinha havido tanto desse peixe no Porto. De resto, o mesmo acontecia com outros géneros essenciais. Apesar disso, os preços continuavam a aumentar, parecendo haver uma contradição entre estes dois factos. Concluiu que a justificação para esta aparente incongruência tinha de estar nos açambarcamentos. Mais uma vez, este jornal voltava a insistir na necessidade de a Câmara criar armazéns municipais, que teriam como principal função regularizar o preço dos géneros.

Na reunião do Senado da Câmara de 3 de Março de 1916, Alberto Pereira Pinto de Aguiar, Presidente da Câmara Municipal do Porto, assegurou a sua mais decidida boa vontade em prestar uma atenção especial ao assunto da carestia de subsistências e, especialmente, à falta de milho. Eduardo Santos Silva, presidente da Comissão Executiva, afirmou que o papel da Câmara era muito restrito, pois tratava-se de um assunto de ordem geral e competia ao Governo tomar as devidas providências. A

¹³⁸ *A Montanha*, Porto, 13 de Janeiro de 1916, p.1.

¹³⁹ *A Montanha*, Porto, 11 de Fevereiro de 1916, p.1.

comissão por ele presidida já tinha por diversas vezes chamado a atenção do Governo para o assunto. No que respeitava ao milho, disse saber que em diversos concelhos do Norte existia este cereal em abundância e para um largo período, mas as autoridades e as populações locais não o deixavam sair. Afiançava que, só depois de regulamentada a lei das subsistências, há dias aprovada, a Câmara poderia e teria que intervir.¹⁴⁰

Na sua edição de 4 de Março, o jornal *O Primeiro de Janeiro* noticiava que, na reunião do Senado da Câmara Municipal de 3 de Março, Eduardo Santos Silva teria dito que a Comissão Executiva se tinha limitado a chamar a atenção do Governo para o assunto das subsistências, porque a crise não era somente local e que recomendara ao Governo que «pusesse em vigor a lei ultimamente decretada sobre as subsistências»¹⁴¹.

O *Jornal do Comércio e das Colónias* preocupava-se, naturalmente, com os assuntos coloniais. Afirmava que nunca tinha compreendido por que não se dava prioridade à importação de produtos alimentares das colónias, que os tinham em abundância e estavam dependentes de meios de transporte nacionais. Em notícia de 6 de Julho de 1916, concluía que o milho que tinha sido importado de Angola era de boa qualidade, considerando que seria fácil conseguir que o milho de que Portugal tinha necessidade de importar anualmente viesse das nossas colónias, em vez de vir do estrangeiro.¹⁴²

Ainda de acordo com o *Jornal do Comércio e das Colónias*, diz-nos que em meados de Setembro de 1916, a questão do açúcar assumira no Porto um ponto de extrema gravidade, não só pelo prejuízo causado ao comércio, mas também ao consumidor. E tudo isto se devia à má vontade que o poder central revelava para com a capital do Norte. De tal modo que uma comissão delegada do comércio de mercearia procurou o presidente da Associação Comercial do Porto, António Alves Calém Júnior, pedindo-lhe que enviasse ao presidente do Ministério um telegrama com o seguinte teor: «tudo quanto se está a passar no mercado do açúcar, desta cidade, tem impressionado profundamente não só o comércio, que se vê prejudicado na liberdade do seu exercício legal, mas ainda a opinião pública em geral, que vê nestes acontecimentos mais uma prova flagrante da desigualdade de tratamento, por parte do Governo contra esta cidade, em relação a Lisboa». Depois explicava que a associação de comerciantes já tinha instado com o Ministro do Trabalho, por diversas vezes, sem qualquer resultado.

¹⁴⁰ AHMP — *Acta das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 3 de Março de 1916.

¹⁴¹ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano LXIII, n.º 55, 4 Março de 1916, p.1.

¹⁴² *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 6 de Julho de 1916, p.1.

Tomara agora conhecimento que, tendo sido descarregadas 2.700 sacas de açúcar em Lisboa, o ministro tinha reservado a maior parte para o mercado lisboeta, consentindo, por favor, que viessem apenas três vagões para o Porto, o que era manifestamente pouco, não chegando sequer para atenuar a intensidade da penúria. Entretanto, o Porto estava a ser abastecido com açúcar espanhol que ficava no comércio local pelo dobro do preço do que era fornecido em Lisboa. Naturalmente, a associação portuense sentia-se menosprezada e pedia providências urgentes.¹⁴³

O mesmo número do *Jornal do Comércio e das Colónias* apresentava uma notícia que era, no mínimo, insólita. Informava ter recebido uma carta enviada pelo Grémio dos Produtores de Açúcar da Província de Moçambique, em que se transcrevia o teor de um pedido efectuado por aquela associação ao Governo da República, instando novamente (o pedido anterior tinha sido efectuado há três meses) para se levantar a proibição de exportação de açúcar português para o estrangeiro. A carta terminava solicitando: 1º que fosse levantada a proibição de saída de açúcar da província de Moçambique; 2º que fossem mandadas reservar na província de Moçambique, para consumo da metrópole, 24.000 toneladas, dando indicação da distribuição. Não tendo obtido qualquer resposta, uma das signatárias da referida carta, que era inglesa e cuja empresa tinha sede em África, tratou de obter pela via diplomática aquilo que não conseguira por intermédio do Grémio.¹⁴⁴

Na sessão parlamentar de 11 de Dezembro de 1916, Jorge Nunes, deputado pela União Republicana e membro da Comissão de Abastecimentos, considerou que o grande mal e o início de todo o sofrimento do país se devia à falta de transportes. Em sua opinião o país fora muito penalizado com o acordo feito em Londres pelo Ministro Afonso Costa, pelo qual cedera a maior parte dos barcos que tinham sido requisitados por Portugal, sob o pretexto que eram imprescindíveis para a resolução do problema alimentar. Depois, tudo o mais eram consequências inevitáveis dessa operação, «porque nós, desde que não produzimos o bastante para o consumo, desde que continuamos amarrados aos fretes que os outros países nos impõem e aos barcos que, porventura, nos queiram ceder, encontramos-nos nesta situação difícil de possuímos produtos que tínhamos nas colónias, mas que não os podíamos transferir para a metrópole».

¹⁴³ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 15 de Setembro de 1916, p.1.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*.

Referindo-se à questão do açúcar, assunto que já prendera a atenção do socialista Costa Júnior, considerou que a falta desse género se devia em grande parte, aos procedimentos do Ministério. Em sua opinião, o Presidente do Ministério, António José de Almeida, ou não pensara no assunto ou entendera que ele era de tão pouca importância que não havia necessidade nenhuma de providenciar a tal respeito e que, por sequência natural, o problema se resolveria sem a sua intervenção. O país lutava com falta de açúcar porque foi imprudentemente autorizada a exportação de açúcar moçambicano para a União Sul Africana e para a Inglaterra. À consulta feita pelo Governador de Moçambique se deveria reservar algum para o nosso país, o Ministro das Colónias preocupado com coisas de pouca importância, não se dignara a responder, ou mandar responder a esse telegrama. O Governador, que insistira mais uma vez, recebeu igual silêncio do Ministro. Aquele açúcar seria precisamente o de que o país carecia.

Concluía que este açúcar não dera entrada no continente por culpa do Ministro das Colónias. De modo que, naquele momento em que o açúcar estava caro, se alguém poderia ser acusado de criar essa situação, esse alguém fora o Chefe do Governo, na sua qualidade de Ministro das Colónias. Mais adiante, voltaria a falar da questão do açúcar: «porque por haver escassez de açúcar foi necessário comprar directamente pelo Governo. Essas compras foram feitas, porque não se tinha adquirido esse género da colónia de Moçambique e era, portanto, necessário adquirir por qualquer forma, fosse como fosse, porque ele não existia no país, e, então, fez-se a aquisição directamente. E, para o mal do público que o teria de consumir, e para mal das finanças, esse produto, além de mais caro, era muito ordinário»¹⁴⁵.

O Presidente do Ministério e das Colónias, António José de Almeida, respondeu que considerava «quase inclassificável» a campanha que se estava a fazer contra o Governo em volta dos acontecimentos de África. Essa campanha, «criminosa em qualquer ocasião», assentava em falsidades e calúnias», e, era «repugnante» porque visava desacreditar o Ministério na ocasião em que o país se debatia com uma crise gravíssima. A resposta nada tinha a ver com a questão em discussão, centrando-se na situação militar em África, que seria, na ocasião, muito grave.¹⁴⁶

¹⁴⁵ *Acta da Sessão parlamentar de 11 de Dezembro de 1916.*

¹⁴⁶ *Idem, ibidem.*

Verificamos que a burocracia e a falta de sentido das prioridades não foram amenizadas neste período de tantas carências. O *Jornal do Comércio e das Colónias* informava que os proprietários do milho proveniente da Beira (África Oriental Portuguesa) e transportado no navio Gaza, que se encontrava há algum tempo fundeado no Tejo, tinham procurado o Ministro do Trabalho, para se queixarem de que a Alfândega os não deixava descarregar aquele cereal que já se estava a deteriorar a bordo, tendo os respectivos *conhecimentos* sido apreendidos. O Ministro, depois de telefonar à Manutenção Militar, informou que o milho não fora ainda descarregado devido a uma diferença de preços, mas que se se estragasse seria imediatamente entregue aos seus donos. Não conseguimos perceber a razão por que só depois de o milho se estragar seriam apressados todos os trâmites, nem se os donos do cereal o aceitariam nessas condições.¹⁴⁷

Para se compreender melhor a questão alimentar e as carências que assolavam o país, transcrevemos na íntegra um editorial publicado no jornal *A Opinião*:

«Todos os dias que passam agravam a situação, e não vemos que se tenham tomado medidas de nenhuma espécie para atalhar o mal. Se de começo se tivesse olhado para isto, não teriam as coisas chegado a este ponto. Presentemente só se aliviaria o mal, introduzindo já no país cerca de 30.000 toneladas de açúcar, 80.000 de milho e 8.000 de sementes oleaginosas. Há nas nossas colónias tudo isso, e ninguém pensa em ir lá buscar, como ninguém pensa em assegurar a exportação da sua borracha, sisal e cacau. Entretanto, tudo isto representa ouro que viria melhorar os câmbios e impedir o contrabando que se está a fazer para Espanha, mercê do valor que atingiu a peseta. Continuam a ser expedidas clandestinamente para o país vizinho, com prejuízo da alimentação nacional, grandes quantidades de ovos, gado, legumes, e até a própria moeda de cobre e prata. O que é preciso é assegurar a importação dos géneros de primeira necessidade, que se não faz em quantidade suficiente. Antes da guerra tudo isso vinha por meio de navios da Empresa Nacional, e também pelos barcos alemães e ingleses. Hoje, só há o que vem pelos barcos da nossa empresa e daí o deficit e a carestia. Por outro lado urge facilitar a exportação dos géneros que produzimos em excesso, vinho, peixe, cortiça, etc., para compensar a saída de ouro, em lugar de só

¹⁴⁷ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 9 de Janeiro de 1917, p.1.

pensar em reduzir esta, tolhendo até a nossa indústria, como sucede com o decreto sobre a iluminação pública»¹⁴⁸.

O articulista terminava dizendo que «são estes os problemas vitais para a nação, e não a miserável política partidária, em que tanto se absorvem os nossos estadistas»¹⁴⁹.

Entretanto, o jornal *A Montanha*, de 10 de Abril de 1917, referia-se a assaltos a padarias, conflitos, prisões e ferimentos, tanto no Porto como na Senhora da Hora. O Governo Civil tomara providências, mandando redobrar o patrulhamento em zonas mais problemáticas. Em 10 de Abril houve vários tumultos em Matosinhos com prisões e conflitos no Porto. A situação não teve uma gravidade maior, pois o destacamento de Infantaria da Guarda Nacional tivera que intervir. Uma comissão de operários moradores em Nevogilde avistara-se com o Governador Civil para solicitar a sua interferência junto da Comissão de Subsistências da Câmara Municipal, a fim de que naquela freguesia também fosse vendido pão misto a oito centavos o quilo.¹⁵⁰

Esta exigência vinha comprovar que a população dos diversos bairros do Porto tinha confiança na acção da Câmara ou que, pelo menos, a considerava como a última solução dos seus problemas.

Alguns meses depois, o jornal *A Montanha* noticiava que, tendo o Administrador de Matosinhos tomado conhecimento de que estavam eminentes conflitos em S. Mamede de Infesta, entre a população e os lavradores, devido à escassez de milho panificável, tinha resolvido efectuar um *varejo* na freguesia. O povo sabia da existência de muito milho açambarcado, pelo que os ânimos já andavam exaltados. Deslocou-se no dia 23 de Outubro de 1917 à freguesia, acompanhado de um sargento da Guarda Nacional Republicana e mais cinco praças. Logo que se soube da sua presença, juntou-se muito povo que exigiu providências enérgicas para a falta de pão. Já acompanhado pelo regedor da freguesia e pelo presidente da Junta de Paróquia, procedeu imediatamente a um *varejo* junto dos lavradores. Conferiram-se minuciosamente os manifestos dos cereais, que eram obrigatórios, e apreenderam-se as existências não registadas. Apesar de só ter sido visitado um terço dos lavradores conseguiram-se logo 14.000 litros de milho, suficiente para as primeiras necessidades locais. Este milho, que depois de

¹⁴⁸ Este decreto obrigava ao fecho das lojas a partir das 19 horas, para poupar energia. *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 13 de Janeiro de 1917, p.1.

¹⁴⁹ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 13 de Janeiro de 1917, p.1.

¹⁵⁰ *A Montanha*, Porto, 10 de Abril de 1917, p.1.

manipulado seria vendido a 8 centavos, foi entregue às padarias. A venda seria fiscalizada pela Junta de Paróquia e destinava-se exclusivamente aos paroquianos. O administrador avisou que os restantes lavradores da freguesia seriam fiscalizados nos dias seguintes, bem assim como os de outras freguesias limítrofes.¹⁵¹

Estes varejos tinham duas finalidades. A primeira era tentar incutir aos lavradores a noção que não era correcta a sua actuação, e quais as consequências em que incorriam e, não menos importante, como vimos, tentar evitar situações de motim e assaltos às quintas, por parte das populações, que bem sabiam quem tinha cereal escondido em casa.

3.2. A acção do Governo Civil do Porto

O Governador Civil era o representante directo do poder central no Distrito, sendo portanto uma figura-chave, que nos interessa analisar, quer nas suas atribuições, quer na sua acção no contexto da crise de subsistências, tendo sempre em mente o seu relacionamento com os poderes central e local.

Com a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, não sendo possível elaborar em tempo útil um novo Código Administrativo, e para que «não se caísse num período de *vacatio legi*», o regime republicano decidira, através do Decreto-Lei de 13 de Outubro de 1910, adoptar o código de 1878, por ser o mais descentralizador. Era também o mais próximo, neste aspecto, do ideário republicano. Por este decreto seriam atribuições dos Governadores Civis a nomeação de comissões responsáveis pelos organismos administrativos, até à realização de eleições. Continuava a ser o imediato representante do Governo, que o nomeava. Tinha um amplo leque de poderes de que só destacamos aqueles que mais interessam a esta dissertação: tratar da instrução, das escolas e estabelecimentos de ensino; exercício de funções de assistência; controlo de todas as forças policiais de modo a garantir a ordem pública; poder de proibir e

¹⁵¹ O jornal concluía que «na ânsia de enriquecer, custe o que custar, é de tal maneira grande basta que uma notícia nos jornais diga que aqui, ou ali falte um género, para imediatamente se registar uma alta do preço. A agravar a situação económica do país, devida aos tratantes do comércio, verdadeiros bandidos legalmente tolerados, não nos referimos aos negociantes honestos, tivemos a disparatada medida do Sr. ministro do Trabalho tributando a farinha exótica em 15 centavos o quilo. Parecia que a intenção do Governo seria conjugar os seus nocivos esforços com os esforços sórdidos dos exploradores». *A Montanha*, Porto, 24 de Outubro de 1917, p.1.

combater greves, tumultos e ajuntamentos; e, finalmente, poder de regular os preços e evitar os açambarcamentos.¹⁵²

Estas atribuições eram muito amplas, pelo que a sua boa execução dependia em muito da personalidade do Governador. Iremos, muito sucintamente, nomear e avaliar a actuação de todos os Governadores que exerceram essas funções durante o período da Grande Guerra.

José Maria de Sá Fernandes – Exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 7 de Dezembro de 1911 a 14 de Setembro de 1912.

Logo após ter tomado posse começou a preocupar-se com as notícias que eram veiculadas nos jornais locais sobre a agitação popular. Ainda em Dezembro de 1911 enviou um telegrama ao Ministro do Interior informando que um jornal local, que não conseguimos identificar, tinha publicado um suplemento, onde fazia um incitamento à greve geral, utilizando uma linguagem «provocadora e desbragada contra o capitalismo e as autoridades da República». Além de ter apreendido o dito suplemento, proibiu a publicação de notícias nos *placards* dos jornais, para evitar que esses ajuntamentos pudessem provocar movimentações que se tornassem, depois, incontroláveis. O Governador tinha razão, pois o ano de 1912 seria marcado pelo agravar da instabilidade social e política, a começar por uma greve geral em Janeiro.¹⁵³

Albano Pereira Pinto de Magalhães – exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 14 de Setembro de 1912 a 18 de Janeiro de 1913.

Durante o seu mandato preocupou-se com o controlo das irmandades e confrarias e a sua adaptação à nova realidade política.

Joaquim Basílio e Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro – exerceu o cargo de Governador Civil de 18 de Janeiro de 1913 a 7 de Junho de 1913.

Preocupou-se, em especial, com a problemática da emigração, tendo emitido uma circular em que chamava a atenção dos Administradores de Concelho e de Bairro, para indivíduos que apareciam nas feiras a «excitar» o povo para a emigração. A vida

¹⁵² COSTA, Francisco Barbosa da — *História do Governo Civil do Distrito do Porto*, Porto: Edição do Governo Civil do Distrito do Porto, 2004, p.209.

¹⁵³ COSTA, Francisco Barbosa da — *História do Governo Civil do Distrito do Porto*, Porto: Edição do Governo Civil do Distrito do Porto, 2004, p. 213.

política da cidade era de anarquia que «denunciava a desorganização política e administração vigente»¹⁵⁴

Manuel José Oliveira – exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 7 de Junho de 1913 a 21 de Março de 1914.

Preocupações ligadas à assistência preencheram uma grande parte da sua acção político-administrativa.¹⁵⁵

Sebastião Peres Rodrigues – exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 21 de Março a 8 de Agosto de 1914.

Brás de Albuquerque – exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 25 de Agosto de 1914 a 18 de Dezembro de 1914.

Não teve uma vida muito facilitada, pois foi no decurso da sua curta magistratura que se deu a eclosão da Grande Guerra, com todo o seu cortejo de problemas: carestia da vida; inflação galopante; generalização de tumultos e assaltos a padarias.

Foi louvado por ter tomado, no exercício das suas funções, a iniciativa de promover com as paróquias o estabelecimento das cozinhas económicas.

José Joaquim Pereira Osório – exerceu as funções de Governador Civil do Porto, durante dois períodos, de 18 de Dezembro de 1914 a 29 de Janeiro de 1915 e de 24 de Maio de 1915 a 27 de Julho de 1917.

Foi durante o seu consulado que, em Outubro de 1916, foram aumentados os preços dos cereais, que foram o rastilho para uma forte agitação social.

A sua acção foi de grande apreço para os republicanos democráticos, tendo, após a sua saída, sido, por proposta do vereador Paz dos Reis aprovada a moção que passamos a citar na íntegra: «a Câmara deve prestar nesta hora o tributo da sua homenagem a esse velho e intensamente republicano que à causa da República tem dado o melhor do seu esforço, da sua inteligência e da sua bondade»¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 214.

¹⁵⁵ COSTA, Francisco Barbosa da — *História do Governo Civil do Distrito do Porto*, Porto: Edição do Governo Civil do Distrito do Porto, 2004, p. 215.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 218.

Nesta ordem de ideias, tanto o Presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, como o representante da maioria apresentaram a seguinte proposta: «que o Senado Municipal do Porto registre na acta da sessão, de hoje, os seus sentimentos de vivo e sincero apreço ao ilustre cidadão e lúdimo republicano, pelo nobre e primoroso desempenho da sua alta missão no Governo Civil do Porto, sabendo sempre dignificar a lei e a justiça com prestígio para a República e honra para a Pátria»¹⁵⁷.

Augusto António de Macedo Pinto – exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 27 de Julho de 1917 a 27 de Outubro de 1917.

Foi nomeado Governador Civil para resolver o problema da falta de alimentos que, na época, se verificava nas duas maiores cidades portuguesas. Houve graves alterações à ordem pública, com greves gigantescas, tendo os problemas criados provocado a morte de 22 pessoas. Apesar de todo o seu esforço, as questões não foram resolvidas a contento, tendo surgido desinteligências entre o Governo e o Governador, o que o levou à demissão. Esta não foi aceite pacificamente pela população.¹⁵⁸

José Nunes da Ponte – exerceu o cargo de Governador Civil do Porto de 13 de Dezembro de 1917 a 27 de Janeiro de 1918.

Durante o seu curto mandato, e no rescaldo do golpe de estado de Sidónio Pais, recebeu instruções através de uma portaria, para que «dissolvesse todos os centros políticos que, na actual conjuntura, tenham exorbitado os seus fins legais e apreender todas as publicações periódicas que, em linguagem despejada, pretendam perturbar a segurança pública»¹⁵⁹

Joaquim Eduardo Martins da Costa Soares – exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 27 de Março de 1918 a 2 de Agosto de 1918.

Era apoiante de Sidónio Pais. Pelas suas posições políticas foi muito atacado pelos jornais republicanos publicados no Porto. Em Maio de 1918, tendo tomado conhecimento que negociantes do Porto tinham açambarcado açúcar e escondido em

¹⁵⁷ COSTA, Francisco Barbosa da — *História do Governo Civil do Distrito do Porto*, Porto: Edição do Governo Civil do Distrito do Porto, 2004, p. 218.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 683.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 221.

armazéns de Estarreja e Ovar, solicitou a intervenção do Comissário Geral da Polícia Civil do Porto ordenando a realização de buscas rigorosas.¹⁶⁰

Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo – exerceu as funções de Governador Civil do Porto de 2 de Agosto de 1918 a 3 de Janeiro de 1919.

Aceitara exercer as funções de Governador Civil por considerar «que ninguém se devia escusar a prestar auxílio a quem, como Sidónio Pais, representava naquele momento a ordem e a disciplina indispensáveis para qualquer país prosperar»¹⁶¹

Debateu-se, durante o seu curto mandato, com um problema de subsistências. Socorremo-nos do jornal *A Pátria* de 29 de Agosto de 1918, que noticiava que iria partir nesse mesmo dia uma comissão da cidade que iria solicitar aos Chefes do Estado e do Governo imediatas providências sobre a liberdade do comércio e tentar a obtenção de géneros alimentícios. A comissão, organizada pelo Governador Civil do Porto, era composta pelos seguintes elementos: pela Comissão de Subsistências da Câmara Municipal do Porto. José Esteves Fraga, Joaquim Gaudêncio Pacheco e Barbedo Pinto; pela Associação Comercial, Arnaldo Moreda; pelo Centro Comercial, Abílio Figueiredo; pela Associação Industrial, Luís Firmino de Oliveira; pela Associação dos Lojistas, Manuel Pinto da Costa; e pela Associação dos Revendedores de Viveres, Ernesto Ferreira.

Foram portadores de uma exposição enviada pelo Governador Civil do Porto em que este apresentava as queixas do Distrito do Porto e fazia uma proposta em cinco pontos para a resolução do problema. O chefe do Distrito lembrava que o Porto, como todo o país, lutava com gravíssimas dificuldades de abastecimento. Esta dificuldade era agravada pelo facto de ser uma área essencialmente urbana, aliada a uma exígua produção de géneros alimentares face às suas necessidades. Era ainda penalizada pelas dificuldades que as entidades oficiais levantavam. Considerava que o espírito de sacrifício que o Distrito vinha demonstrando bem mereceria ser compensado com a adopção de medidas que viessem atenuar as carências, evitando-se assim as consequências fatais de um mal maior. O memorando explicitava cinco medidas indispensáveis:

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 222.

¹⁶¹ COSTA, Francisco Barbosa da — *História do Governo Civil do Distrito do Porto*, Porto: Edição do Governo Civil do Distrito do Porto, 2004, p. 691.

1º - «*Conceder-se a mais ampla liberdade do exercício do comércio, pelo que respeita à importação de todos os géneros alimentícios*»¹⁶².

Por falta de liberdade do comércio, o Porto vinha sendo abastecido por um pequeno grupo de meia dúzia de comerciantes que, por serem mais arrojados, desafiavam a proibição de importação e as dificuldades burocráticas levantadas para o despacho e circulação das mercadorias. O problema era que, desse modo, a concorrência não funcionava e esta, se funcionasse em grande escala, seria um dos factores de controlo de preços. Pedia-se, portanto, que se liberalizasse a importação, do que resultaria de imediato o aumento das existências e a franca concorrência, que induziriam a menores margens de comercialização por parte dos comerciantes. Como a Câmara Municipal e o Governo Civil continuariam a importar, estabelecia-se, também, uma concorrência oficial, resolvendo-se assim a questão do preço mínimo.

O comércio do Porto reafirmava, assim, a sua convicção de que a solução das tabelas era caminhar para o abismo. Os últimos quatro anos deveriam servir de exemplo e aviso, impondo-se urgentemente um novo caminho, se o que o Governo quisesse era evitar a fome e as suas trágicas consequências.

2º - «*Conceder, pelo menos, três vapores de 4.000 a 5.000 toneladas para ficarem debaixo da administração directa do Porto, com destino exclusivo ao abastecimento dos distritos situados na margem direita do Douro, para cima*»¹⁶³.

Como já se viu, o Porto era fortemente deficitário em produtos agrícolas, tendo, neste aspecto, uma vida «parasitária». Dependia de outros distritos para o fornecimento de trigo, de milho, de centeio, de azeite, de batata, de arroz, de gado, etc. O Porto precisava, portanto, de poder conseguir todos os artigos de importação para efectuar a sua permuta com os distritos do Norte. Para poder efectuar essas importações tinha que ter autonomia de transportes, não podendo depender dos barcos nacionais que descarregam em Lisboa, com todos os problemas inerentes. Para que isso acontecesse solicitava-se a entrega de três barcos. Sem eles não se podia abastecer convenientemente o mercado, até porque as necessidades do Norte eram diferentes das do Sul. Por exemplo: o consumo de milho que era enorme no Norte, quase não existia no Sul; o de arroz no Norte era o triplo do do Sul; o bacalhau, que no Sul era

¹⁶² *A Pátria*, Porto, 29 de Agosto de 1918, p.1.

¹⁶³ *A Pátria*, Porto, 29 de Agosto de 1918, p.1.

insignificante, atingia proporções enormes no Norte; e assim com tantos outros produtos.

Como se sabe, o Porto não estava habituado a merecer grande consideração por parte da capital, sendo que a preocupação de todos os governos se centralizava em Lisboa, mas esta situação não podia continuar. O Governador prosseguia, afirmando que «a alimentação do Norte, onde se agrupa metade da população do país, não pode continuar «à mercê dos interesses das empresas de transporte e dos *roceiros e comerciantes africanistas* e da burocracia de Lisboa, enfim, que permitem que uns e outros anteponham as suas conveniências particulares, às do abastecimento do país»¹⁶⁴.

Apresentava como exemplo desses interesses o facto de, só no mês de Julho de 1918, terem sido descarregados 42,000 sacos de café, precisamente quando escasseava o arroz, o açúcar e o milho, que a África tinha para mandar em grande quantidade, mas não conseguia, umas vezes por falta de licença, outras por falta de transporte. Insistia que, em nome dos altos interesses de toda a região Norte do país, fossem disponibilizados esses três barcos. Tendo a noção de que era pouco, o Governador estava ciente que os comerciantes importadores do Porto saberiam superar o seu pequeno número com uma boa e criteriosa gestão para um bom aproveitamento da sua tonelagem.

3º - «Que enquanto não forem entregues os três vapores, não seja posta a mínima dificuldade à vinda para o Porto de todos os artigos importados por esta praça, e descarregados em Lisboa. E, para já, que seja autorizada a saída imediata para o Porto de todo o arroz que está em Lisboa, na Alfândega e na Manutenção Militar, e que pertence a esta praça, bem como do açúcar em igualdade de circunstâncias, e ainda que o Governo mande integralmente a percentagem dos 40% do açúcar, conforme está combinado para o abastecimento do Norte»¹⁶⁵.

Tendo chegado a Lisboa uns milhares de sacos de arroz, importados por comerciantes do Porto, a Direcção dos Abastecimentos não autorizou o seu envio para o seu destino final, a pretexto de que eram necessários para o consumo de Lisboa. O Porto, se quisesse, poderia ir a Ovar buscar 800 moios de arroz que lá estavam. O Governador

¹⁶⁴ *A Pátria*, Porto, 29 de Agosto de 1918, p.1.

¹⁶⁵ *Idem, ibidem.*

referia que, se a Direcção dos Abastecimentos sabia da existência desses moios e precisava de arroz, os requisitasse e os viesse buscar, pois por muito longe que Ovar estivesse, África era ainda muito mais longe, e o Porto foi lá comprá-lo. O Porto não podia aceitar que aquela Direcção deitasse mão a uma mercadoria adquirida pelo comércio do Porto, por ser mais cómodo. Esta atitude, além de injusta, era prejudicial para o interesse do comércio e para a população do Norte. Ainda para mais, o arroz não estava dentro das fronteiras do Distrito do Porto, mas sim no de Aveiro e duvidava que o Governo Civil do Porto tivesse competência para efectuar essa requisição. No entanto, o verdadeiro problema era outro. O arroz que estava em Ovar ainda estava em casca, não sendo possível, nesse momento, efectuar o seu descasque por falta de água, e o Porto não tinha fábricas que pudessem fazer esse trabalho, que podia ser feito em Lisboa onde havia fábricas de descasque. Porque se começava a sentir uma escassez de arroz no Porto, solicitava-se a liberação *imediata* desse cereal.

No memorando, o Governador queixava-se também do modo de actuar de Lisboa no que se referia ao açúcar. A Direcção de Subsistências tinha efectuado um acordo com o Porto, pelo qual de todos os carregamentos oficiais chegados a Lisboa, 40% seriam enviados para o Porto. Era uma medida justa e satisfatória para ambas as partes se fosse cumprida, mas não foi. Aliás nunca o fora. Sempre que chegava um carregamento a Lisboa, nunca era enviada para o Porto a totalidade de açúcar a que esta cidade tinha direito. Estranhas coincidências estas que sucediam sempre e só com o quinhão do Porto. Dava-se este exemplo: das 640 toneladas de açúcar que cabiam ao Porto descarregados dos vapores Portugal e S. Miguel vieram só 357 toneladas, faltando pois 283 toneladas, e do açúcar chegado pelos vapores Quelimane, Estremadura e Lima, de que pertenciam ao Norte 400 toneladas, não veio nada. A Direcção de Abastecimentos recusava autorização para a vinda dessas 683 toneladas, a pretexto que faziam falta a Lisboa. E o Governador Civil concluía que, mesmo que desses carregamentos, tivessem vindo as 1.040 toneladas de açúcar que pertenciam ao Porto, ainda teriam ficado 1560 toneladas em Lisboa. Para o Governador, «haja ou não açúcar suficiente em Lisboa (mas há) não é connosco. O Porto só quer a sua parte, e nada mais»¹⁶⁶.

4º - «*Que seja imediatamente revogado o Decreto que determinou que só o Governo pode importar arroz do estrangeiro ou colónias. Desde que o Governo nada tem*

¹⁶⁶ *A Pátria*, Porto, 29 de Agosto de 1918, p.1.

importado ao abrigo do Decreto nº 3.708 de 29 de Dezembro de 1917, há muito o deveria ter revogado. Devido a esse Decreto é que hoje lutamos com falta de arroz»¹⁶⁷.

O pedido de liberalização do comércio em geral vinha ao encontro deste pedido.

5º - Que sejam imediatamente abolidas todas as guias de trânsito da Direcção das Subsistências, ficando tão-somente a vigorar guias dos governadores civis, quando estes julguem absolutamente indispensável à regulamentação das saídas dos artigos dos seus distritos. São, infelizmente, tão sensíveis e tão de domínio público os grandes inconvenientes para o abastecimento do país, causados pela centralização em Lisboa das guias de trânsito, que se tornará supérfluo tudo o que se possa dizer sobre o assunto. Foi essa uma das mais nefastas invenções da burocracia de Lisboa; possivelmente proveitosa, mas só se for para ela..»¹⁶⁸.

As guias de trânsito eram passadas pela Direcção de Subsistências em Lisboa que, além de permitir manobrar o mercado a seu bel-prazer, era um forte entrave à circulação de mercadorias, por exemplo, entre concelhos vizinhos, ou dentro de uma determinada região. O Porto, neste aspecto, era a região mais prejudicada.

3.3. A Comissão Municipal de Subsistências do Porto

Neste capítulo iremos tentar compreender os problemas com que se confrontaram as entidades oficiais do Distrito, num momento tão crucial da vida da cidade do Porto, e em que as aludidas autoridades tinham que tomar medidas efectivas, pois, se o não fizessem as consequências seriam, certamente, terríveis. Para isso iremos confrontar as informações fornecidas pelas actas das sessões do Senado da Câmara, onde eram discutidos e decididos os passos a dar pela autarquia, com testemunhos de diversos jornais da época, e o relatório de actividade da Comissão Municipal de Subsistências, elaborado pelo seu presidente.

Este relatório, que cobre o período de 1 de Março de 1916 a 1 de Março de 1917, começa por historiar todo o percurso da crise do pão. Dá-nos nota que, em Março de 1916, começara a escassear o pão de milho, conhecido pela designação de broa. Como

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁸ *A Pátria*, Porto, 29 de Agosto de 1918, p.1.

era a base da alimentação das classes pobres, compreender-se-á a perturbação que a sua falta provocava. Essa escassez teve como corolário o aumento de preços, de tal modo que teve de se recorrer ao consumo da sêmea, que era fabricada com farinha de trigo de terceira qualidade, e que acabou também por encarecer.¹⁶⁹

Como vimos anteriormente, na sessão do Senado da Câmara Municipal do Porto, realizada a 3 de Março de 1916, o seu presidente tinha manifestado preocupação com o assunto da carestia da vida e, muito especialmente, com a falta de milho. Eduardo Santos Silva, presidente da Comissão Executiva, teria afirmado que o papel da Câmara tinha que ser muito restrito, pois, sendo um assunto de ordem geral, competia ao Governo tomar as devidas providências. Que a comissão por ele presidida já tinha chamado a atenção do Governo para o assunto, mas que só depois de regulamentada a lei das subsistências a Câmara poderia e, certamente, iria intervir.

Em 5 de Abril de 1916, o Senado da Câmara Municipal reuniu-se extraordinariamente para tratar em especial das questões das subsistências e do gás de iluminação pública. Eduardo Santos Silva informou que a Comissão Distrital de Subsistências, que estava na directa dependência do Governador Civil, tinha já pedido ao Governo que fosse adoptado para o milho o mesmo regime que fora aplicado ao trigo. Propunha, então, que a Câmara fizesse fabricar um tipo de pão que pudesse ser vendido por um preço acessível e de qualidade regular. Já teria mandado fazer ensaios para a sua posterior produção. Propunha, também, que os custos de produção e venda fossem suportados pela Comissão e pela Câmara.¹⁷⁰

Eduardo Santos Silva informou a Câmara que, relativamente à alimentação, a falta de milho era tão aflitiva que não via como se poderia resolver o problema nos dias seguintes. Sabia que a Comissão Distrital de Subsistências estava a estudar a hipótese de conseguir que a Manutenção Militar produzisse um tipo provisório de pão que pudesse substituir o de milho, mas o seu custo era tão elevado que dificilmente seria suportado pelas pessoas mais necessitadas. O Presidente da Comissão Executiva propôs, então, que a Câmara concedesse um subsídio para fazer baixar o preço, apresentando a seguinte proposta, em três pontos:

¹⁶⁹ Câmara Municipal do Porto — *Breve notícia da acção da Câmara Municipal do Porto na Crise Alimentícia de 1916-1917*, apresentado pelo Presidente da sua Comissão de Subsistências. Porto: Tip. Mendonça, 1917.

¹⁷⁰ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 5 de Abril de 1916.

- 1) Que, para auxiliar, tanto quanto possível, a resolver o mal resultante da falta de milho, a Câmara concedesse um subsídio, que não seria superior a dez mil escudos, contando liquidar esse subsídio com o produto do aumento do imposto sobre o milho ultimamente aprovado pelo Congresso da República;
- 2) Que a Câmara do Porto fizesse sentir ao Governo a necessidade de regular o manifesto do milho, como fora o do trigo;
- 3) Que a Câmara nomeasse duas comissões que auxiliassem a Comissão Executiva a encontrar a melhor solução para as duas questões que a afligiam: a Comissão do Gás e a Comissão de Subsistências. Para esta foram nomeados os seguintes vereadores: Leite Júnior, Sampaio Lima, Maravilhas Pereira, João Dias da Silva. Lima Júnior e Manuel Pinto de Azevedo, que seria o seu presidente.¹⁷¹

O socialista Maravilhas Pereira aproveitou a ocasião para propor que se pedissem os bons ofícios do Governador Civil do Porto para tentar, numa acção concertada com os outros Governadores Cívicos, conseguir que se abolissem as fronteiras concelhias, para que as grandes quantidades de milho existentes num concelho pudessem ser encaminhadas para outros, regularizando deste modo a oferta deste produto. Pediu ainda que se fizesse uma fiscalização rigorosa em relação ao preço das farinhas e do pão, estabelecendo um preço por quilo «com a exactidão do quilo»¹⁷².

Relativamente à questão das subsistências, esta sessão da Câmara do Porto pode considerar-se a mais importante de todas as que se realizaram no período conturbado da Grande Guerra, não só por se terem dado à Câmara os instrumentos para poder actuar, mas também pela qualidade da equipa nomeada para gerir a problemática das subsistências no concelho do Porto, nomeadamente do seu presidente, Manuel Pinto de Azevedo.

Esta comissão entrou logo em actividade, tentando manter sob controlo toda a problemática das subsistências. Iremos socorrer-nos do acima mencionado Relatório de Actividade para acompanharmos o que foi o período de arranque da actividade da Comissão Municipal de Subsistências do Porto. Nele se refere que, depois de dados todos os passos necessários e de se terem conseguido todas as agudas possíveis, começou a venda do pão integral, o «pão da Câmara», ao preço de 7 centavos o quilo,

¹⁷¹ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 5 de Abril de 1916.

¹⁷² *Idem, ibidem*.

nas esquadras de polícia, nos quartéis dos bombeiros e nas sedes das Juntas de Paróquia. A venda diária, que chegou aos 30.000 quilos, foi geralmente bem aceite, não sendo só consumido pelas classes mais pobres mas pela população em geral. Como a situação se normalizou, a Câmara concluiu que a sua missão estava concluída, deixando de intervir no mercado. Mas, dado que algum tempo depois o preço do pão começasse novamente a subir, estando já a ser vendido a 10 centavos, a comissão entendeu que não poderia desinteressar-se do assunto.¹⁷³

Teria que reassumir o encargo de «regulador de preços em detrimento do de concorrente na produção». Com a anuência e o apoio do Governador Civil, decidiu-se pela compra de vários carregamentos de milho que iriam chegar brevemente a Lisboa e acordou-se com os panificadores a compra do milho da Câmara, que mandariam moer e venderiam o pão conseguido por 6 centavos o quilo. Posteriormente, o preço seria aumentado para 7 centavos. Como já tínhamos visto, alguns industriais que mandavam moer o milho na província começaram a desviar parte dele, para o vender mais tarde quando houvesse novamente escassez. A Comissão resolveu, então, começar a efectuar moagem a expensas suas, para o que instalou alguns moinhos. Como a farinha de milho *arde* facilmente, tornava-se mais difícil açambarcá-la.¹⁷⁴

Em meados do ano de 1916, começou a sentir-se, também, escassez de açúcar. Na cidade sucederam-se longos debates entre importadores, retalhistas, refinadores, etc. Deslocaram-se a Lisboa diversas comissões, tanto da indústria como do operariado. Não se conseguia resolver nada, tendo o açúcar atingido o preço de um escudo o quilo. A Comissão Distrital de Subsistências, que dependia directamente do Chefe do Distrito, elaborou uma tabela de preços. No entanto, mesmo com muita fiscalização e multas, não conseguiu resolver o problema. O açúcar passou a vir consignado ao Governo Civil que o distribuía. Os comerciantes requisitavam-no e alguns, de posse do açúcar vendiam uma pequena parte ao preço da tabela, enviando o resto para a província, onde o controlo era menor, com grandes ganhos. O Governador Civil, sentindo-se incapaz de defender eficazmente os interesses públicos, sugeriu à Comissão de Subsistências que tomasse ela esse encargo. Aceite a proposta, as remessas de açúcar passaram a vir dirigidas directamente para a Câmara, que improvisou uma oficina de empacotamento.

¹⁷³ AHMP — Câmara Municipal do Porto — *Breve notícia da acção da Câmara Municipal do Porto na Crise Alimentícia de 1916-1917*, apresentado pelo Presidente da sua Comissão de Subsistências. Porto: Tip. Mendonça, 1917.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

Este açúcar, já embalado, passou a vender-se nas esquadras de polícia e nas Juntas de Paróquia ao preço de 37 centavos o quilo.¹⁷⁵

No que concerne ao bacalhau passaram-se coisas estranhas. A Comissão Distrital elaborara tabelas de preços. Mas houve comerciantes que se dirigiam directamente à Comissão Central de Abastecimentos em Lisboa, tendo esta anulado várias deliberações da Comissão Distrital. Aparentemente, aquela Comissão sediada em Lisboa, sentia-se habilitada a decidir sobre assuntos locais, passando por cima das atribuições das comissões distritais, que conheciam bem melhor os problemas das respectivas regiões. Os membros da Comissão Distrital do Porto, onde tinha assento um representante da autarquia, não estavam satisfeitos com a situação criada. A Comissão Municipal fez, uma vez mais, sentir que a «melhor tabela, a única proveitosa, segura e prática, consistia na compra dos géneros e no estabelecimento da concorrência».¹⁷⁶

Pela mesma altura, sucedeu a escassez de arroz e o conseqüente aumento de preço. Mais uma vez, a Comissão Municipal de Subsistências agiu comprando arroz, empacotando e vendendo a um preço razoável nos lugares do costume.

Deve referir-se que a sede da Comissão de Subsistências ficou instalada no Bonfim, numa antiga fábrica de calandragem. Essas instalações estavam entregues a Joaquim Afonso Fernandes Pereira, amigo de Manuel Pinto de Azevedo, tendo-a cedido, pela consideração que tinha por este, gratuitamente. Outras instalações, que passaram a armazenar os géneros alimentícios da Câmara, como o depósito situado no Matadouro Municipal da Corujeira, estavam, por motivos óbvios, guardados por um corpo da polícia civil. Na nova padaria da Câmara, situada num dos bairros mais populosos da cidade – Montebelo no Bonfim – vendia-se o pão da Câmara, diariamente, a cerca de cinco mil famílias.¹⁷⁷

O Presidente da Comissão Municipal de Subsistências, Manuel Pinto de Azevedo, tinha a ambição, para alargar ainda mais a sua acção em prol da cidade, de poder contar com meios de transporte marítimos, nomeadamente de alguns dos vapores ex-alemães. No referido relatório, mencionava-se que fora efectuado um pedido ao Governo para que a

¹⁷⁵ AHMP — Câmara Municipal do Porto — *Breve notícia da acção da Câmara Municipal do Porto na Crise Alimentícia de 1916-1917*, apresentado pelo Presidente da sua Comissão de Subsistências. Porto: Tip. Mendonça, 1917.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

Câmara tivesse direito de preferência na exploração desses transportes. De igual modo, o Senado da Câmara tinha solicitado que a municipalidade fosse autorizada a contrair, por empréstimo, uma elevada soma de dinheiro, que seria destinado a fazer face ao serviço das subsistências. Defendia este pedido pela experiência que adquirira, que poderia ser utilizada no fomento da economia nacional. Como exemplo, apresentava a ideia de que as Câmaras deveriam ser autorizadas, ou até obrigadas, a cultivar, por sua conta, ou por adjudicação particular, os terrenos incultos que existissem em todos os concelhos. Apesar de esta medida não poder ser utilizada pelo Porto, a Câmara poderia financiar municípios mais pobres, ficando-lhe consignados os produtos da exploração.¹⁷⁸

Deste relatório ressalta que a Câmara Municipal do Porto exercia uma dupla acção, a de reguladora de preços e a de abastecedora, fornecendo o pão às classes mais pobres, regulando, também, o preço do açúcar, do arroz, do bacalhau e da batata.

Na sessão do Senado da Câmara Municipal do Porto de Maio de 1916, o vereador Domingos Basto chamou a atenção para um facto que tinha chegado ao seu conhecimento. Que os moageiros estavam a retirar uma percentagem de farinha-flor na farinha destinada, pela Câmara, para a fabricação de pão para as classes pobres. Pedia para que os moageiros culpados fossem levados a tribunal, por esse crime. Manuel Pinto de Azevedo, Presidente da Comissão Municipal das Subsistências, informou que também tinha tomado conhecimento desse facto. Que, na realidade, os moageiros efectuavam essa quebra, com a justificação de que os padeiros também o faziam, com prejuízo para a Câmara que lhes pagava o pão pelo mesmo preço, ao passo que os moageiros creditavam à Câmara a farinha extraída. Esta prática tinha sido decidida pelos moageiros sem dar conhecimento à Câmara, pelo que dera ordens para que terminasse imediatamente este procedimento e que a farinha fosse fornecida completa ou integral aos padeiros. O Presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, confirmou idênticas informações, considerando que os moageiros não tinham intenções criminosas, porquanto creditavam à Câmara o valor da farinha extraída, conforme estava lançado nos livros da Câmara e que seria de cerca de sessenta escudos por dia.¹⁷⁹

¹⁷⁸ AHMP — Câmara Municipal do Porto — *Breve notícia da acção da Câmara Municipal do Porto na Crise Alimentícia de 1916-1917*, apresentado pelo Presidente da sua Comissão de Subsistências. Porto: Tip. Mendonça, 1917.

¹⁷⁹ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 5 de Maio de 1916.

Nesse mesmo dia, o jornal *A Montanha*, sob o título *Sobem os preços e sobe a maré*, dizia: «a situação económica do país, apesar dos esforços produzidos por algumas colectividades, mormente pela comissão portuense de subsistências que, como já se disse, tem chegado a lutar até com a comissão central, não se pode considerar como o mais favorável para os pobres. Os preços sobem e as matérias de alimentação escasseiam, já porque as entradas são escassas, já porque copiosas massas de abastecimento desapareciam não se sabe bem para que *sumidouros*».¹⁸⁰

No entanto, já em Abril de 1916, este jornal se insurgia contra a população que barafustava muito mas não denunciava os principais causadores desta situação. Naturalmente, teriam de ser as autoridades a zelar pelos interesses de todos os cidadãos, mas fazia notar que esta acção estava muito dependente de todos, permitindo ao Estado identificar e castigar os prevaricadores. As classes trabalhadoras tinham a obrigação de denunciar às autoridades os prevaricadores e os açambarcadores, que, em última análise, actuavam no meio do povo: «Ninguém melhor que o manipulador de pão, por exemplo, pode descobrir os proprietários de padarias que falsificam o pão». Para não escaparem à justiça, o povo devia denunciar onde estavam os armazéns que tinham bacalhau avariado ou géneros açambarcados.¹⁸¹

A situação de carência de subsistências não dava mostras de melhorar, apesar de todo o esforço efectuado pela Câmara do Porto através da Comissão Municipal de Subsistências. Na sessão de Câmara de 26 de Junho de 1916, o presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, depois de ter afirmado que aquela Comissão de Subsistências era digna de todos os louvores, considerava que ela não conseguiria sozinha levar o barco a bom porto sem o apoio do Governo, pelo que propunha que fosse enviado ao Ministro do Trabalho um telegrama, «pedindo a publicação imediata de medidas que obstem a acção dos açambarcadores, visto estarem já a fazer-se compras da nova colheita de cereais a preços elevados, certamente na mira de especulação futura»¹⁸².

Pouco depois, a 5 de Julho de 1916, Eduardo Santos Silva apresentava, na sessão do Senado da Câmara Municipal do Porto, a seguinte proposta: «que, perante o

¹⁸⁰ *A Montanha*, Porto, 5 de Maio de 1916, p.1.

¹⁸¹ *A Montanha*, Porto, 7 de Abril de 1916, p.1.

¹⁸² AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 26 de Junho de 1916.

agravamento do custo de vida, a Câmara avançasse com um projecto de *municipalização das subsistências*, dando poderes à Comissão formada para esse efeito (dirigida por Manuel Pinto de Azevedo) para adquirir e vender ao público pão, arroz, bacalhau, açúcar e outros produtos alimentares, com o objectivo de, *estabelecendo a concorrência, obrigar os comerciantes a respeitar os preços dos géneros alimentícios*». ¹⁸³

Este período tão conturbado da vida da nação permitia que pessoas aparentemente muito confiáveis tivessem atitudes pouco dignas, dando azo a que a oposição tentasse tirar proveito de uma determinada situação. Foi o caso que passamos a relatar: no dia 1 de Agosto de 1916, cerca das 23 horas, recebera a Comissão de Subsistências a informação de que poderia adquirir em Lisboa uma certa quantidade de milho colonial, em boas condições, mas que o contrato e o pagamento deveriam ser efectuados até às 14 horas do dia seguinte. Como já não houvesse hipótese de enviar alguém a Lisboa, Manuel Pinto de Azevedo lembrou-se de um seu antigo agente em Lisboa, Carlos Luís Nunes, que poderia servir de intermediário. Tendo sido aprovada a sugestão, certamente dada a ânsia de não perder este ensejo de comprar o milho que tanta falta fazia no Porto, deram-se instruções à Casa Borges & Irmão para que fizesse a entrega da importância de nove mil e duzentos escudos àquele senhor. Cerca de 15 dias depois, Manuel Pinto de Azevedo foi informado que o intermediário, depois de levantar a importância, não efectuara o pagamento e tinha fugido. Deste facto tinha já a Comissão de Subsistências dado conhecimento à polícia, para os devidos efeitos. ¹⁸⁴

Um vereador apresentou uma proposta de resolução, responsabilizando a Comissão Executiva pelo sucedido, tendo Manuel Pinto de Azevedo explicado minuciosamente o que se passara e assumindo toda a responsabilidade, apresentando a sua demissão. Antes que esta proposta fosse votada, Eduardo Santos Silva chamou a atenção dos vereadores para o facto de que, se a Câmara não tivesse actuado através da sua Comissão de Subsistências, o preço do pão teria atingido preços proibitivos. Lamentável era que a Câmara tivesse que adquirir as subsistências de que necessitava no mercado, ficando sujeita a estes percalços, pois o Governo não lhe dava as condições necessárias. Que o orçamento da comissão previa uma verba de 10 contos para perdas, da qual nunca

¹⁸³ PEREIRA, Gaspar Martins — *Eduardo Santos Silva – Cidadão do Porto (1870-1960)*. Porto: Campo das Letras, 2002, p.39-40.

¹⁸⁴ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 18 de Outubro de 1916.

tinha sido desembolsada qualquer importância, tendo a referida comissão conseguido exercer o seu papel regulador de preços e evitado especulação comercial.¹⁸⁵

O vereador José Ribeiro, da oposição socialista, insistiu na responsabilidade da Comissão Executiva e exigiu que ela desse entrada nos cofres da Câmara da importância defraudada. Sousa Lello, da bancada democrática, apresentou, entretanto, uma moção de louvor à Comissão de Subsistências, que foi aprovada, em detrimento da primeira. O vereador socialista Maravilhas Pereira ditou então para a acta a seguinte declaração: «a Câmara acertou com a escolha de Manuel Pinto de Azevedo para presidente da Comissão de Subsistências», acrescentando que o papel da Câmara, neste assunto, é tentar normalizar preços e não prejudicar os comerciantes, que são munícipes e representam uma parte importante da população.¹⁸⁶

Tentando regularizar a venda a um preço justo de farinha panificável, a Câmara, através da Comissão Municipal de Subsistências, tinha comprado milho, de que iria fazer a distribuição. A 19 de Outubro de 1916, começou a efectuar essa venda, que era condicionada, pois que só a podiam comprar os padeiros que tinham tomado um compromisso por escrito de que «nas suas padarias o pão fosse vendido a sessenta réis o quilo». Caso a Câmara viesse a tomar conhecimento de que o padeiro a vendesse mais caro ou efectuasse revenda, deixaria de lhe vender a farinha.¹⁸⁷

Alguma dessa farinha era enviada para fora pelos padeiros, para ser moída. Tendo tomado conhecimento que parte dela acabava por não voltar para o Porto, a Câmara tomou a decisão de passar a ser ela própria a mandar farinar o milho e passar a fornecê-lo, já farinado, às 38 padarias que tinham subscrito o acordo.¹⁸⁸

Nota-se que há uma preocupação generalizada na sociedade portuense contra a especulação e também que a Câmara era considerada o principal interlocutor a ter em conta, na tentativa de resolver esse desiderato. Na sessão do Senado da Câmara do dia 13 de Novembro de 1916, foi recebido um telegrama enviado pela Federação das Associações Operárias, pedindo que a Câmara «empregue os seus esforços para que se

¹⁸⁵ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 18 de Outubro de 1916.

¹⁸⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁷ *A Montanha*, Porto, 20 de Outubro de 1916, p.1.

¹⁸⁸ *A Montanha*, Porto, 21 de Outubro de 1916, p.1.

evitem as fraudes e especulações por parte dos industriais de padaria»¹⁸⁹ Nesta mesma sessão, o Presidente da Câmara aproveitou para informar que, se fosse de todo necessário, a Câmara estaria disposta a assumir até ao final do ano uma padaria capaz de manipular 15 toneladas de pão por dia, se a atitude dos industriais, a quem a Câmara não desejava prejudicar, fosse de molde a penalizar o público. A Comissão de Subsistências já tinha elaborado planos para instalar duas padarias, uma em cada bairro. Esta medida evitaria qualquer exploração do preço do pão, que acabava sempre por prejudicar os mais pobres.¹⁹⁰

A luta da Comissão de Subsistências da Câmara Municipal do Porto para conseguir pôr na mesa *o pão-nosso de cada dia* foi diária. Teve que lutar contra todos os *moinhos de vento* que lhe saíam ao caminho: comerciantes e padeiros que tentavam por todos os meios exorbitar nos preços; agricultores e armazenistas que açambarcavam e contrabandeavam os géneros; populações e entidades regionais que, apesar, de terem excedentes, não autorizavam a saída desses géneros; leis improfícuas que saíam a todo o momento e que nunca resolviam problema algum; a incompetência da Comissão Central de Abastecimentos, etc.

Iremos analisar alguns exemplos destas situações.

Na sessão do Senado Municipal de 27 de Novembro de 1916, a Câmara resolvera enviar um telegrama ao Governo, pedindo com urgência que enviasse para o Porto uma «quantidade apreciável de milho, visto o pão feito com este cereal ser o principal alimento das classes pobres do Porto». A razão deste pedido era, por um lado, sensibilizar o poder central para esta especificidade, mas também porque não o tinham conseguido obter nos concelhos circunvizinhos e, se não fossem tomadas providências urgentes, agravar-se-ia altamente a crise de abastecimento de pão.¹⁹¹

Na sessão de 22 de Dezembro de 1916, o Presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, informava a Câmara que Manuel Pinto de Azevedo lhe comunicara telegraficamente de Lisboa que, por intermédio do Governo, tinha obtido um milhão e

¹⁸⁹ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 13 de Novembro de 1916.

¹⁹⁰ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 27 de Novembro de 1916.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

trezentos mil quilos de milho para o Porto, o que garantiria o abastecimento da cidade para um tempo não inferior a dois meses.¹⁹²

Na sessão de 10 de Janeiro de 1917, Manuel Pinto de Azevedo, presidente da Comissão Municipal de Subsistências, apresentou uma proposta, para que se não repetisse, como no ano anterior, a falta de pão na cidade, solicitando autorização para importar do estrangeiro um carregamento de milho até duas a três toneladas. Depois de largamente debatida, esta proposta foi aprovada.¹⁹³

Manuel Pinto de Azevedo não esteve presente na sessão do Senado da Câmara de 19 de Janeiro de 1917. Nessa reunião foi lido um officio por si enviado à Câmara informando que, «enquanto dela necessite e durar o estado de guerra, cedia uma padaria com todos os seus pertences, que poderia entrar em laboração no mês seguinte, sem que, pela sua aceitação, o município tenha que pagar qualquer importância de renda do prédio ou móveis da mesma padaria». O Presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, declarou, então, que o trabalho da Comissão de Subsistências merecia todos os encómios sendo da maior valia para a cidade. A oferta de Manuel Pinto de Azevedo era tanto mais importante quanto, apesar de a Câmara fornecer a farinha às padarias, estas não fabricavam pão com um mínimo de qualidade. Com esta oferta, Manuel Pinto de Azevedo facultava à Câmara as condições e os meios para ela própria poder panificar, evitando estar dependente de terceiros. Este oferecimento viria a ser aceite em sessão extraordinária de 26 de Janeiro.¹⁹⁴

Na sua edição de 10 de Fevereiro de 1917, o *Jornal do Comércio e das Colónias* informava que o Presidente da Comissão de Subsistências do Porto enviara um telegrama ao Ministro do Trabalho comunicando que tinha tomado conhecimento de que alguns moageiros da Maia, juntamente com a Câmara Municipal do mesmo concelho, tinham pedido ao Ministério que lhes fosse distribuído milho para eles moerem, sob compromisso de o fornecerem às padarias da cidade do Porto. Nesse telegrama, Manuel Pinto de Azevedo pedia, no entanto, que esse pedido não fosse satisfeito, pois que o Porto dispensava intermediários que «só teriam em vista fazer negócio» com a farinha ou com o milho. Os moageiros da Maia teriam também acusado

¹⁹² AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 27 de Novembro de 1916, sessão de 22 de Dezembro de 1916.

¹⁹³ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 10 de Janeiro de 1917.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, sessão de 19 de Janeiro de 1917.

um membro da Comissão de Subsistências do Porto de estar a fazer esse serviço, com prejuízo deles. Manuel Pinto de Azevedo informou que quer a moageira que já efectuava esse serviço quer a padaria que iria funcionar em breve não eram exploradas por pessoa pertencente à Comissão, embora fossem estabelecidas com capitais seus. Esta moagem vinha prestando relevantes serviços à Câmara, como acontecera ainda há pouco tempo, se não fosse a sua cooperação, só teria quem moesse o seu milho por um preço muito superior.¹⁹⁵

Em 11 de Abril de 1917, o jornal *A Montanha* afirmava que, se se analisassem as consequências habituais da guerra relativamente à crise alimentar, teriam os *portuenses* de concluir que tinham sido os que foram mais poupados já que a vida era bem mais fácil no Porto que no resto do país, nomeadamente em Lisboa. Dava como exemplo o pão de trigo que, no Porto, ainda era igual ao que era antes da guerra, mas que em Lisboa isso já não acontecia, pois que o pão se tornara «uma mistura, indigesta e negra que em alguns casos, seria bom para deitar aos cães»¹⁹⁶.

Explanando o seu raciocínio, justificava que o que influía para que a crise não se fizesse sentir mais dolorosamente no Porto se devia à obra da Câmara Municipal, reconhecida quer pela imprensa independente quer pelo Parlamento, e com inteira justiça. Mas, segundo aquele diário, nunca seria demais sublinhar o seu alcance e a sua eficácia em relação a alguns géneros como o milho e o açúcar, em que a Câmara se assumira como abastecedora do mercado, e em casos como o bacalhau e o arroz, como regulador de preços.¹⁹⁷

Deste modo, a Câmara impediu que os preços subissem sempre que um certo género alimentício faltasse, por problemas de importação ou por manobra de açambarcadores. Naturalmente, a acção da Câmara tinha limites e os sacrifícios a fazer pelos portuenses eram inevitáveis. O que a Câmara tentou fazer foi evitar que fossem as classes mais humildes e a classe operária a sofrer com a crise, enquanto outros enriqueciam com a guerra. Mas os maus exemplos também não eram raros, como referia o jornal: «vimos ontem uma amostra de sêmea que se vende na mercearia da Sra. Maria Júlia, à Rua de Anselmo Braamcamp, que é mesmo uma dor de consciência que os pobres sejam obrigados a comer semelhante *chumbo*. Temos a certeza de que se o padeiro que tal pão

¹⁹⁵ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 10 de Fevereiro de 1917, p.1.

¹⁹⁶ *A Montanha*, Porto, 11 de Abril de 1917, p.1.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*.

manipula fosse obrigado a comê-lo, não duraria 24 horas. Os subdelegados de saúde muito têm que fazer neste momento em que certos padeiros parecem estar feitos com os *teutónicos* para nos envenenar»¹⁹⁸.

Pela mesma altura, Manuel Pinto de Azevedo comunicava à Câmara que fora a Lisboa tratar da entrega de uns duzentos e cinquenta mil e quinhentos quilos de milho, resto de uma porção adquirida e paga pela Câmara, em Dezembro, contando receber em breves dias algum cereal por conta do que estava por entregar a fim de poder aumentar o fornecimento de farinhas e normalizar a situação que se agravara com a falta de sêmeas.¹⁹⁹

Em Novembro e Dezembro de 1917, a situação de carência de milho tornara-se muito angustiante. O Presidente da Comissão de Subsistências não regateava esforços para tentar minorar as suas consequências. Por ofício de 21 de Novembro de 1917, dirigido ao Governador Civil do Distrito de Viseu, informava que se fazia sentir de modo muito preocupante a falta de todos os géneros alimentícios na cidade do Porto, entre eles a batata, pelo que rogava que fosse autorizado o portador da dita carta, José Alves de Macedo, do concelho de Lamego, a despachar na estação de Peso da Régua três vagões do referido tubérculo, destinados ao consumo na cidade do Porto.²⁰⁰

A 21 de Novembro de 1917, em ofício dirigido ao Ministro do Trabalho, Manuel Pinto de Azevedo tecia imensas queixas: que a insegurança e os vencimentos muito baixos faziam com que os empregados encarregados da fiscalização não pusessem toda a diligência no seu trabalho; que se não fosse autorizada, «desde já e sem falta de tempo», a aquisição de cereal noutros distritos, a falta de pão que se fazia sentir na cidade do Porto de uma maneira assustadora, «podia dentro em breve dar origem a graves perturbações de ordem pública»; que o cereal não era fácil de obter dada a resistência passiva dos produtores e detentores, atrasando o seu envio; que estes não o traziam espontaneamente, tornando-se necessário organizar um moroso e complicado esquema de transportes que tinha de ir a casa de cada produtor; que eram muitos os quilómetros a percorrer, em estradas muito más, pois que eram algumas centenas; que, sem falar do cereal sonogado, mas apenas aquele que estava manifestado e disponível para venda;

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁹ AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 14 de Abril de 1917.

²⁰⁰ AHMP — *Copiador de cartas da Comissão de Subsistências*, livro 42.

eram muitas as dificuldades para comprar milho no distrito; que, no entanto, a Comissão de Subsistências do Porto estava na disposição de envidar todos os esforços para a sua recolha, «mesmo que tenha de empregar a violência»; por todas estas razões, era absolutamente imperioso que o ministério autorizasse a comissão a efectuar a aquisição de milho, proveniente de outros distritos.²⁰¹

Poucos dias depois, em ofício de 26 de Novembro de 1917, dirigido ao Ministro do Trabalho, o Presidente da Comissão de Subsistências confirmava o conteúdo de dois telegramas anteriores, que não conseguimos encontrar, onde se dizia que o Inspector dos Impostos de Viana do Castelo, Eugénio Martins Gomes, possuía um dossier completo sobre a produção cerealífera do Distrito de Viana. Manuel Pinto de Azevedo afirmava que, dadas as suas funções, o mencionado Inspector tinha a possibilidade de conseguir todo o milho disponível nos concelhos pertencentes a esse distrito. O Ministro sabia de todas as dificuldades que os açambarcadores e até as autoridades punham à sua saída, mesmo sabendo que se tratava de excedentes e que interessava à economia local vendê-los. Sugeria, então, que a acção e cooperação deste Inspector de Impostos, com quem tinha conferenciado, seria muito profícua.²⁰²

A justificar este ofício enviado ao Ministro do Trabalho, enviava um outro ofício na mesma data, dirigido ao Comissário Geral da Polícia do Porto, onde se dava conta de uma participação feita pelo gerente da padaria nº 1, pertencente à Câmara, sita na Rua de Montebelo, fazendo saber que alguns guardas incumbidos de manterem a ordem naquele local, exorbitavam as suas funções. Contava o caso do guarda nº 395, da 8ª esquadra, que, estando de serviço no dia 19 de Novembro, consentiu que naquela padaria entrassem pessoas que não estavam munidas do respectivo cartão, que era necessário para comprovarem estar habilitadas a comprar esse pão. Este guarda afirmara, do meio da multidão, que tanto direito tinham os que tinham cartão como os que não tinham. Essa atitude poderia gerar conflitos muito susceptíveis nestas condições, pelo que o ofício terminava pedindo que se tomassem as devidas providências.²⁰³

Entretanto, dá-se, em 5 de Dezembro de 1917, em Lisboa, a eclosão de uma revolta, encabeçada por Sidónio Pais, que destituiu o Presidente da República Bernardino

²⁰¹ AHMP — Copiador de cartas da Comissão de Subsistências, livro 42.

²⁰² Idem, *ibidem*.

²⁰³ Idem, *ibidem*.

Machado. Simultaneamente deram-se tumultos e assaltos no Porto, Ermesinde, Rio Tinto e Gondomar, a pretexto da falta de subsistências. A residência particular de Manuel Pinto de Azevedo foi assaltada e pilhada.

Foi proclamada a Junta Revolucionária que assumiu o Governo da República. Este facto repercutiu-se nos poderes locais do Porto, quer ao nível do Governo Civil, quer ao nível da Câmara Municipal, portanto também na Comissão de Subsistências que revelava crescente dificuldade em garantir um regular abastecimento da cidade.

Os acontecimentos que acima descrevemos justificaram o envio, no dia 7 de Dezembro de 1917, de um telegrama a Álvaro Aguiar, de Arcos de Valdevez, com o seguinte teor: «circunstâncias gravíssimas aconselham remessa imediata milho Invicta. Qualquer quantia a exigir será regularizada remessas futuras pois Delegado Invicta comprará mais enquanto V^a Ex.^a não fornecer diariamente quantidade indicada Ministro do Trabalho. Se não vier hoje milho, cidade não terá amanhã pão. Declino em V^a Ex.^a toda a responsabilidade»²⁰⁴.

O tabelamento do preço dos géneros alimentícios sempre provocara controvérsia. Uns estavam de acordo, outros contestavam vivamente. De um modo geral, o jornal *A Montanha* tinha sido favorável a essa política, argumentando que, se assim não o fosse, os bens essenciais atingiriam preços inoportáveis para a bolsa dos mais desprotegidos. A liberalização dos preços seria mais do agrado do jornal conservador *A Pátria*. Mas nem sempre foi isso que aconteceu. Em mais do que uma situação foi o próprio jornal *A Montanha* que tomou a iniciativa de pedir a abolição da tabela.²⁰⁵

Refira-se, por exemplo, a posição do jornal em Dezembro de 1917. A Comissão de Subsistências tinha fixado em 7 centavos o preço máximo do quilo da batata. Esta imediatamente desaparecera do mercado. O jornalista concordava que a Comissão cumpria o seu papel, não deixando que a exploração continuasse, pois que ele próprio, bom consumidor do tubérculo, sabia que este preço era compensador, dando uma boa margem ao retalhista. A Comissão não contava com a reacção dos «batateiros», que deixaram de lançar no mercado esse produto. Aí o articulista entrava em contradição, pois dizia que foi «pior a emenda que o soneto», que era, afinal, preferível comprá-lo mais caro do que não o ter pelos motivos apontados. Referia que os habitantes da Foz

²⁰⁴ AHMP — *Copiador de cartas da Comissão de Subsistências*, livro 42.

²⁰⁵ *A Montanha*, Porto, 9 de Dezembro de 1917, p.1.

não iam a Matosinhos comprar batata, porque ali era mais barato, pois que devia acrescer ao preço de compra a despesa de transporte no eléctrico e a maçada, Portanto, era preferível comprar ao preço exorbitante de 10 centavos.²⁰⁶

Deste modo, recomendava vivamente à Comissão de Subsistências que revogasse quanto antes a disposição que limitava o preço da batata, enquanto a Câmara não tivesse *stock* suficiente para abastecer o mercado, ao preço da tabela. Acabava por concluir que, quando isso acontecesse, nem sequer seria preciso estabelecer tabelas, pois todos prefeririam comprar a batata da Câmara. Desde que, para a adquirir, não se necessitasse de estar, como acontecia com o pão, meia dúzia de horas à porta do depósito. Apelava, portanto, ao seu «querido amigo» Manuel Pinto de Azevedo, «homem sem vaidades e a quem o Porto deve incontestáveis benefícios – razão por que há dias a ingratidão e a infâmia havida para com ele revoltou toda a cidade – de certeza que todos entenderão esta revogação que é justa e atendível tendo apenas uma preocupação, acertar»²⁰⁷.

A 12 de Dezembro, a Comissão de Subsistências oficiava o Administrador do Concelho de Matosinhos que, não estando em execução a lei que a autorizava a fazer requisições, tinha declinado aquele encargo, tanto mais que os lavradores não estariam a fazer a entrega dos mesmos cereais.

O problema do abastecimento do pão agravava-se de dia para dia, sendo o único que preocupava, nessa altura, a Comissão. O pão de dez centavos estava já a ser fabricado com milho e centeio, sendo que a percentagem deste cereal já atingia os 75%, na tentativa de, assim, prolongar por mais uns dias o pão que era vendido a esse preço.²⁰⁸

A 16 de Dezembro, o jornal *A Montanha* anunciava que as padarias da Câmara (Montebello e Álvaro Castelões) continuariam a fabricar o pão de 10 centavos até ao dia 19 de Dezembro. A partir desse dia teriam que suspender a produção por absoluta falta de milho, cuja aquisição, que a Câmara dera como confirmada, se ter revelado impossível, face às disposições tomadas superiormente. Entretanto, se lhe fossem entregues as 150 toneladas de milho colonial, que deviam já ter chegado a Lisboa, e que lhe estavam destinadas, o fabrico poderia ser prolongado por mais alguns dias. O pão estava a ser fabricado por várias padarias da cidade, cuja lista fora indicada pela

²⁰⁶ *A Montanha*, Porto, 9 de Dezembro de 1917, p.1.

²⁰⁷ *Idem, ibidem.*

²⁰⁸ AHMP — *Copiador de cartas da Comissão de Subsistências*, livro 42.

Associação dos Padeiros. A Câmara fornecia-lhes a farinha de mistura (milho e centeio) e os padeiros comprometiam-se a manipulá-lo, «com todo o asseio e cuidado», e a vendê-lo ao mesmo preço de 10 centavos o quilo. Para esse efeito a Câmara tinha cedido a essas padarias duzentas toneladas de centeio espanhol que tinha em depósito.²⁰⁹

Por outro lado, continuava a vender-se um outro tipo de sêmea a 24 centavos o quilo. Este pão era confeccionado com uma mistura de trigo e centeio, fornecida às padarias nas mesmas condições de compromisso. Desta mistura existiam quatrocentas toneladas em armazém, o que garantia à cidade um abastecimento por um «apreciável» período. Em resumo, existiam dois tipos de pão, cujos preços tinham sido impostos pela Câmara: o de mistura de milho e centeio a 10 centavos o quilo e o de mistura de trigo e centeio a 24 centavos o quilo.²¹⁰

Tendo chegado à Câmara queixas de que em algumas padarias se não observavam as condições impostas pela Câmara e aceites pelas padarias, a Comissão informava que seria exercida uma apertada vigilância e as padarias que praticassem qualquer abuso deixariam de receber essas farinhas. Para obviar a alegação de ignorância estavam a ser afixados letreiros com a indicação dos preços estabelecidos, para que o público não fosse enganado. O jornal acrescentava também que a Câmara estava a fornecer aos estabelecimentos que tinham sido assaltados e pilhados arroz estrangeiro, nacional e verdinho, para ser vendido ao público ao preço de 36, 32 e 32 centavos o quilo, respectivamente.²¹¹

No dia 20 de Dezembro de 1917, foi realizada uma sessão extraordinária do Senado da Câmara Municipal do Porto, de desagravo a Manuel Pinto de Azevedo. Este não esteve presente. Marques Guedes e Eduardo Santos Silva trocaram explicações sobre o encerramento das padarias municipais, apresentando aquele vereador a seguinte moção: «A Câmara Municipal do Porto com a consciência que muito tem contribuído até hoje para minorar a gravíssima crise de subsistências, apesar de não lhe imporem as leis administrativas atribuição para tal, saúda efusivamente a sua Comissão de Subsistências, que, através de todas as contrariedades e de todas as calúnias, tão altamente soube cumprir o seu dever, reafirmando a sua intenção de prosseguir a sua

²⁰⁹ *A Montanha*, Porto, 16 de Dezembro de 1917, p.1.

²¹⁰ *Idem, ibidem.*

²¹¹ *Idem, ibidem.*

obra, tendo que lhe ser garantidos por quem de direito os meios indispensáveis para a sua acção». ²¹² Esta moção foi aprovada por unanimidade.

Por proposta do Presidente, a Câmara manifestou a Manuel Pinto de Azevedo «os seus sentimentos de desgosto pelo atentado de que fora vítima, do elevado apreço e estima que tinha por Sua Excelência e resolvera oficial-lhe manifestando os seus sentimentos» ²¹³.

Com a nova situação política criada com o *sidonismo* nada continuaria na mesma. A 2 de Janeiro de 1918, era convocada uma sessão preparatória de constituição e posse da nova Câmara Municipal do Porto. Foi, então, nomeada uma nova Comissão de Subsistências, sendo Tamagnini Barbosa nomeado para vogal da Comissão de Abastecimentos. A Comissão de Subsistências passaria a integrar os seguintes vereadores: Raul António Tamagnini de Miranda Barbosa, Manuel Caetano de Oliveira, João Augusto Pereira da Silva, José Pinto Barbosa e José Moreira do Amaral. ²¹⁴

A realidade política da nação sofrera uma grande alteração, com o golpe militar de 5 de Dezembro de 1917. No Porto, com a nomeação de um novo Governador Civil e de uma nova Câmara, iniciou-se um novo ciclo de governação da cidade. A visão estratégica desta nova realidade política e o seu relacionamento com o poder central seriam completamente diversos dos que existiam anteriormente. Por essa razão, a análise da questão das subsistências no Porto, como no resto do país, deverá ter em conta dois períodos diferentes: antes e depois da implantação do Consulado de Sidónio Pais

Logo na sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, de 24 de Janeiro de 1918, foi analisado um pedido feito por Manuel Pinto de Azevedo, para se mandar retirar os objectos que pertenciam à Câmara e que se encontravam na padaria nº 1, no caso de a Câmara não continuar a panificação para as classes pobres, e oferecendo-a gratuitamente se a Câmara resolvesse prosseguir com a fabricação de pão próprio. A Câmara resolveu aceitar essa oferta e agradeceu.

²¹² AHMP — *Actas das sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 20 de Dezembro de 1917.

²¹³ Idem, *ibidem*.

²¹⁴ AHMP — *Acta da sessão preparatória de constituição e posse da Câmara Municipal do Porto*, 2 de Janeiro de 1918.

Pinheiro Torres, secretário da nova Comissão de Subsistências, informou nessa mesma sessão de 24 de Janeiro de 1918, que fizera um apelo aos poderes públicos, à imprensa e ao público em geral, visto que a hora era de sacrifício. Informou a Câmara: que tinha recebido o maior apoio dos poderes local e central; que tinha mandado elaborar um inquérito a tudo o que respeitasse à problemática das subsistências; que poucas existências tinha encontrado em depósito para obviar as necessidades da população; que, tendo concluído haver pessoal a mais, resolvera dispensar o excedentário, ficando só com os mais competentes; que contava muito brevemente ter milho suficiente para a panificação; que, para resolver o problema dos cereais, se teria de efectuar um inquérito por todos os concelhos, suprindo-se as «deficiências de produção com os cereais das colónias»²¹⁵.

Na sessão de 30 de Janeiro, o mesmo vereador fez um relato da actividade da Comissão nos últimos vinte dias, referindo que os comerciantes procuraram criar-lhe dificuldades, o que contrastava com a abertura e cooperação tanto do Ministro do Trabalho como do Governador Civil. Informou ainda que o pessoal tinha sido reduzido para metade e que a escrituração e contabilidade tinham sido centralizadas, para não haver escriturações autónomas nas padarias.

Era de opinião que a Câmara, «à semelhança do que tem sido feito noutros países em guerra, mesmo no nosso, devesse estabelecer as rações, e que o trabalho das subsistências devia ser largamente fiscalizado por aquelas classes a que mais interessa». Com aquela medida seria introduzido em Portugal o «chamado racionamento». Por outro lado, não explicou como pretendia conseguir a transparência que propunha. Anunciou ainda que a Câmara tinha adquirido uma grande quantidade de milho, que estaria já disponível na semana seguinte.²¹⁶

Durante a sessão de 14 de Fevereiro de 1918, o Presidente comunicou que tinha recommençado a distribuição diária de pão para o povo ao preço de 10 centavos o quilo. Testemunhava o seu reconhecimento à Comissão de Subsistências, pelo grande esforço que tivera que empregar para vencer todas as barreiras que lhe eram impostas. Concluía dizendo que o povo tinha agora o pão garantido, que era a base da sua alimentação, por um «preço muito inferior ao que se estava vendendo». Verberava contra todos aqueles

²¹⁵ AHMP — *Acta da sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto* 24 de Janeiro de 1918.

²¹⁶ AHMP — *Sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto* 30 de Janeiro de 1918.

que tentavam impedir que isto acontecesse, «desvairados que estavam pela ambição de enriquecer de um dia para o outro». Dizia mais, que «o comércio do Porto que aclamou com tanto entusiasmo o actual Governo [ditadura de Sidónio Pais] bem sabe que só com a colaboração de todos os bons portugueses se poderia salvar o país de um abismo»²¹⁷.

Nessa mesma sessão, o Presidente comunicava que fora informado por representantes dos mais importantes talhos da cidade que iriam aumentar o preço da carne em 4 centavos o quilo. Que dera de imediato instruções para que fossem autuados todos os talhantes que vendessem a carne por um preço superior à tabela em vigor. Que solicitara às autoridades competentes que fossem tomadas as medidas necessárias para evitar o agravamento da situação alimentícia, nomeadamente impedindo que o gado passasse a fronteira terrestre. O vereador Bonifácio disse que, havendo fornecedores que vendiam a carne a preço inferior à tabela, não compreendia por que outros a pretendiam aumentar. Comentava, também, que fora autuado um fornecedor que defraudava sistematicamente o peso de qualquer quantidade de carne em 50 gramas.²¹⁸

Por sua vez, o vereador Dias da Silva elogiava a Comissão de Subsistências pelo trabalho realizado e «insurgia-se contra a exigência dos trinta por cento que a Câmara estava autorizada a fazer aos importadores de milho, alegando que é essa uma das causas do encarecimento daquele cereal». O Presidente explicou que essa exigência tinha por fim permitir à Câmara munir-se de cereal para garantir o regular fornecimento de pão aos munícipes, informando que a medida não prejudicava os compradores, porque sendo o preço do milho nos concelhos do Norte a um escudo e cinquenta centavos, ou inferior, a Câmara pagava aos compradores que lho cediam ao preço de dois escudos e dez centavos. Trocaram ainda explicações o vereador Dias da Silva, que era de opinião de que aquela exigência devia ser suspensa, e o Presidente, que dizia «que essa medida não tinha nada de vexatória, mas que seria abolida logo que a Câmara entendesse poder dispensá-la, facto que se dará em breve»²¹⁹.

O jornal *A Pátria*, na sua edição do dia 20 de Julho, dava notícia que, seguindo o exemplo de Lisboa e Braga, onde a caça aos açambarcadores tão bom resultado tinha dado, começaram a efectuar-se varejos na cidade do Porto. De imediato, começaram a

²¹⁷ AHMP — *Sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto* 14 de Fevereiro de 1918.

²¹⁸ Idem, *ibidem*.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

ver-se produtos à venda pela cidade fora. É que os comerciantes, vendo «a barba do vizinho a arder foram logo buscar aos seus esconderijos tudo o que ocultavam para venderem, em momento de grande falta, com um bom lucro». O jornal concluía que o que ia saindo dos esconderijos – açúcar, arroz, bacalhau e outros géneros – mostrava que a carestia resultava mais de um sistemático propósito de se ser rico do que em reais faltas. Dava o exemplo da batata, considerando que não se podia aceitar esta carência, pois em épocas normais nunca faltara, mesmo quando era autorizada a sua exportação ou quando as colheitas não eram tão favoráveis. Como é que agora faltava? Só podia ser explicado pelo açambarcamento. Por esse motivo, as medidas violentas que estavam a ser postas em prática eram tão bem recebidas pela população.

Desses varejos resultou a apreensão de vastas quantidades de géneros que se encontravam açambarcados. Foram encontradas grandes quantidades de arroz, cuja falta no mercado era sistemática, algum já estava estragado. Os seus detentores preferiam que se estragasse, provocando ainda maior escassez, do que resultava uma subida de preços, do que vendê-lo ao preço da tabela. Todas essas mercadorias foram transportadas por carros de bois e por carroças para o mercado Ferreira Borges que, de tão carregado, «mais parecia o porão de um enorme navio de carga»²²⁰.

O articulista referia que ia pela cidade «uma euforia extrema», mas era «sol de pouca dura», pois que os castigos e as apreensões não chegavam para resolver o problema da falta de géneros e a terrível crise. Que importavam estas apreensões se o Governo não tomara medidas efectivas e eficazes para resolver o problema da carestia de vida? Manifestava-se contra o processo, pois dele poderiam advir alguns benefícios momentâneos, mas o problema continuaria a existir e voltaria a colocar-se no futuro, ainda com mais violência. Dizia não defender nem os comerciantes nem os açambarcadores, mas sim o bom senso, pois havia muita gente honesta, que facilitava ao público os seus géneros, e havia que evitar que eles fossem cobertos pelo ridículo e pela censura. Os verdadeiros criminosos não eram os comerciantes, mas os especuladores. Por exemplo: gente que antes da guerra se dedicava à venda de artigos da moda passara a dedicar-se ao negócio do arroz e do açúcar²²¹

²²⁰ *A Pátria*, Porto, 20 de Julho de 1918, p.1.

²²¹ *Idem, ibidem.*

O articulista insistia que se acabasse com o sistema das guias e que se desse ampla liberdade ao comércio, mas que se devia ter muito cuidado com os *trusts* que se poderiam formar. Avisava que as medidas que estavam a ser adoptadas eram muito perigosas, pois se estava a atingir os menos culpados, deixando de fora os grandes especuladores e os grandes detentores.

Em novo editorial a 25 de Julho, o mesmo articulista Pereira de Sousa retomava o assunto anteriormente versado. Dizia que, apesar de todas as grandiosas medidas tomadas, com os varejos, começava agora a sentir-se aquilo que tinha profetizado: que as medidas tomadas iriam trazer, a curto prazo, a fome, se não se tomassem outras medidas: «As guias, que são o estorvo a toda a actividade mercantil, continuam a entravar a marcha da circulação dos produtos, de sorte que sujeitos a tais peias e a tantas contingências, poucos serão os negociantes que se arrisquem em comércio»²²². E as guias tinham de acabar porque se chegou à situação paradoxal em que o produtor de géneros alimentícios, se vivesse, por exemplo, no Porto, nem sequer tinha garantido o trânsito de géneros que produzia na sua quinta para a sua residência, sem ter de passar por todas as formalidades burocráticas. Era uma situação esquisita que um indivíduo que tivesse propriedades no Douro e vivesse no Porto tinha de ir a Viseu, Lamego, Vila Real, ou Bragança, pedir guias de trânsito para um saco de batatas para seu consumo. Ainda por cima, não teria essa maçada se o seu destino fosse Lisboa²²³. Voltava a insistir na liberdade de circulação e de venda, como a grande panaceia para resolver de uma vez por todas o problema das subsistências²²⁴.

Ludgero Malheiros, residente no Porto, enviou uma carta ao jornal *A Pátria* de que respigamos uma parte, bem interpretativa da confirmação da face visível da crise das subsistências: «ainda hoje, pelas sete da manhã, o sol já ia alto e algo quente, eu vi, próximo da Igreja do Bonfim, dezenas de mulheres e criancinhas, com o sofrimento de muitas privações estampadas no rosto, alinhados no passeio, expostas ao sol e à poeira num “péle-méle” horrível, à espera, durante muitas horas, que chegasse o pão, que deveriam receber pagando-o e cuja distribuição outras tantas horas gastaria, para que

²²² *A Pátria*, Porto, 25 de Julho de 1918, p.1.

²²³ Veja-se o Decreto nº 3136 de 14 de Maio de 1917, onde se declara livre na capital, a entrada de pão de qualquer tipo.

²²⁴ *A Pátria*, Porto, 25 de Julho de 1918, p.1.

todos levassem *uma massa manipulada não se sabe com que produtos*, e que se convencionou dar o nome genérico de pão»²²⁵.

Ludgero Malheiros comentava ainda não ser justo que se sujeitassem as pessoas a este tratamento inumano. Sugeria que se anunciasse uma hora precisa para o começo da distribuição e que esta fosse assegurada em vários locais e que fosse garantido aos portadores de cartões que o pão não lhes faltaria²²⁶.

Longe ia o tempo em que o que se pretendia era produzir um pão de *preço acessível e de qualidade regular*. Já se sabia que, ultimamente, o pão em Lisboa era de muito má qualidade, só *serviria para dar aos cães* mas, no Porto, o pão de trigo tinha mantido a qualidade de antes da guerra e o de milho, produzido nas padarias da Câmara, era bastante bem confeccionado.

Aquando da nomeação do novo Governador Civil do Porto e portanto, também, a nomeação da nova Vereação, de absoluta confiança do Governo *sidonista*, o Presidente da Câmara Municipal tinha garantido ter toda a colaboração de Lisboa, para a resolução do problema da carestia de vida. Que já tinha recebido e iria receber grandes quantidades de milho. O que faltaria para se produzir um bom pão?

Eduardo Santos Silva e Manuel Pinto de Azevedo tinham, ao longo de dois anos, lutado com um espírito humanista e honesto para que o povo humilde do Porto, não sofresse demasiado com a situação criada pela guerra. É esta acção que iremos analisar no próximo capítulo.

3.4. O papel de Manuel Pinto de Azevedo

Do exame de toda a documentação que conseguimos compulsar uma coisa ressalta, o nome de dois homens bons do Porto: Eduardo Santos Silva, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, e Manuel Pinto de Azevedo, Presidente da Comissão Municipal de Subsistências. Ambos filiados no Partido Republicano (democrático), assumiram um papel decisivo na questão das subsistências.

²²⁵ *A Pátria*, Porto, 29 de Agosto de 1918, p.1.

²²⁶ *Idem, ibidem*.

Estes dois homens marcaram a diferença entre uma situação de relativo conforto existente no Porto, em confronto com a situação em Lisboa que, apesar de estar mais próxima do poder, ou talvez por isso, fora sempre beneficiada, mas vivia em permanente crise. Sabemos que o sucesso ou insucesso de todos os projectos inovadores dependem, em grande medida, da pessoa que o corporiza. De Manuel Pinto de Azevedo sabemos que era um republicano convicto e que estava ligado à maçonaria portuense. Não admira, pois, que a sua vida fosse imbuída do ideal maçónico de liberdade, igualdade e fraternidade. Reflectido nesse ideal, apoiava os mais desfavorecidos da sociedade portuense, tendo conseguido, com a sua acção, minorar o sofrimento do povo mais carenciado da cidade do Porto.

Industrial de sucesso, teve sempre uma postura humanista, tendo-nos chegado até hoje, quer na imprensa, quer em homenagens que lhe foram prestadas, relatos de apoio, quer a instituições – como, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia do Porto ou o Hospital/Sanatório de Semide²²⁷, quer a pessoas singulares e a empregados, quer mesmo a comerciantes da praça.

Em relação a esta postura humanista de Manuel Pinto de Azevedo refere-se Maria da Luz Braga Sampaio «Em 1916, manda edificar uma creche, balneários, consultórios médicos e cantina, na sua fábrica de tecelagem, no Bonfim»²²⁸. No que diz respeito ao ideal de fraternidade maçónica, este industrial teve uma postura de ajuda ao próximo, isto mesma deixa transparecer a autora quando diz: «Ao longo da sua vida são muitos os relatos do apoio, por vezes financeiro, quer aos seus empregados, quer mesmo a comerciantes da praça»²²⁹.

²²⁷ No discurso de inauguração do «Hospital Sanatório Rodrigues Semide», António Alves Calém Júnior, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto disse sobre Manuel Pinto de Azevedo, ao descerrar o seu retrato: «representa uma manifestação pessoal, dos seus colegas, manifestação de carinhosa estima e de profunda simpatia, e ao mesmo tempo traduzo preito de sentida homenagem e de obrigante gratidão devidas a um dos filhos do Porto, que soube distinguir-se por uma actividade fecunda e criadora, por uma iniciativa inteligente e dominante, e ainda, o que é mais apreciável, pelo bem que pratica e pela grande caridade que exercita. Possui o Mesário Manuel Pinto de Azevedo todas estas qualidades de excepção, servidas por uma admirável modéstia e uma edificante simplicidade. Ao seu esforçado estímulo, à sua vontade de ferro e à assistência pecuniária, sua e dos seus amigos, se deve em especial a conclusão deste Sanatório, que tem sido e é a sua constante preocupação e até o seu entranhado enlevo». SCMP — *Relatório da Comissão Administrativa, 1926-1927*, Porto. Capítulo X. p. 56.

²²⁸ SAMPAIO, Maria da Luz – *Manuel Pinto de Azevedo*. In SILVA, Armando Malheiro; SARAIVA, Arnaldo; TAVARES, Pedro Vilas Boas (dir.) – *Roteiros Republicanos – Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

²²⁹ Idem, *ibidem*.

Da leitura de dois artigos da imprensa da época, um publicado no jornal republicano *A Montanha*, do Porto, e outro num jornal de grande circulação de Lisboa, *O Século*, ambos sobre a questão das subsistências, ressalta a certeza de que a acção de Manuel Pinto de Azevedo foi fundamental.

O primeiro artigo fora publicado no dia 16 de Junho de 1917, no jornal *A Montanha*, coincidindo com a greve geral lançada pela União Operária Nacional, fazendo chegar ao Porto a notícia de que o Governo tinha proibido a remessa de farinhas que a Câmara do Porto tinha adquirido. O jornal fala sobre a crise económica em Portugal, tal como em todos os países em guerra. Conclui, no entanto, que Portugal não sofrera tanto como outros países europeus, em que a situação era aflitiva. Seria esse o caso da França, da Inglaterra e, sobretudo, da Alemanha. A vida era difícilíssima, mas o país não era o que mais sofria, bastando confrontar as tabelas de preços em Portugal com o que se noticiava em jornais estrangeiros para chegar à mesma conclusão. Considerava que, «se não fossem os açambarcadores, os especuladores, os ambiciosos, a vida não estaria em Portugal tão difícil para as classes remediadas e pobres»²³⁰.

Se o Governo e as autoridades portuguesas empregassem toda a sua inteligência e bom senso para resolver os problemas económicos, Portugal tinha todas as condições para ser o país «que menos tivesse que sofrer no futuro calamitoso» que a continuação da guerra prenunciava. Que o «bom critério, energia e patriotismo» poderiam fazer muito para ultrapassar a crise em que o país vivia mostrava-o, «indesmentivelmente, a acção inteligente, dedicada, verdadeiramente altruísta, da Comissão de Subsistências da Câmara Municipal do Porto e, principalmente, a abnegação, dedicado esforço e sacrifício do seu presidente, Manuel Pinto de Azevedo»²³¹.

Se não fosse Manuel Pinto de Azevedo, principalmente no que respeitava ao pão, o Porto estaria numa melindrosa situação, como sucedia com Lisboa. Apesar de ser escasso, o pão nunca faltara no Porto e, salvo raras excepções, era bem manipulado e tolerável. Por esse motivo era natural o sentimento de revolta que se apossou de toda a população quando chegou a notícia, veiculada pelos jornais, da nota oficiosa dando conta da proibição da remessa da farinha que a Câmara do Porto tinha adquirido. O jornal concluía que a Comissão Central de Abastecimentos não auxiliava a Câmara do

²³⁰ *A Montanha*, Porto, 16 de Junho de 1917, p.1.

²³¹ *Idem, ibidem*.

Porto em nada. Como a cidade do Porto nada devia, pedia-se que «ao menos não nos embarace a acção e lembrem-se que já é bastante, o que desta cidade tem generosamente ido e foi cedido a Lisboa com a certeza de que faria falta»²³².

O jornalista tirava a ilação de que o procedimento da Comissão Central de Abastecimentos era repreensível e não tinha justificação. Era preferível que ela fosse extinta, ou que, pelo menos, viesse ao Porto ver como Manuel Pinto de Azevedo trabalhava proficuamente a favor dos mais carenciados.

O jornal *O Século*, que era publicado justamente em Lisboa, na sua edição de 19 de Julho de 1917, trazia em destaque, na sua primeira página, um editorial notável, assinado por José Simões Coelho. Este tentava perceber e comparar a actuação da Comissão Municipal de Subsistências do Porto, em contraste com o que se passava em Lisboa.

Começava por dizer que a acção da Câmara do Porto e da sua Comissão de Subsistências apoiava-se no espírito municipalista, que lhes dizia que não era possível deixar o povo sem pão. Era necessário organizar-se no sentido de poder garantir o pão para o dia seguinte. Como? Sabiam que não poderiam ficar dependentes do Governo, pois este nem o abastecimento de Lisboa conseguia garantir. Em Lisboa já tinha havido motins, porque os géneros alimentícios se tinham esgotado completamente. A Câmara do Porto, que lidava todos os dias com o povo, já vira como este se revoltava por não ter broa para comer. «Reuniu, então, meia dúzia de boas vontades, votou uma verba e delegou no homem mais prático de todos eles, a realização do ideal municipalista: nada de intermediários»²³³.

A intenção era, além de garantir um regular fornecimento de víveres, passar a fornecer aos mais necessitados a alimentação pelos preços mínimos. Alguns meses passados, o povo do Porto encontrou, nas juntas de paróquia e em todos os estabelecimentos que aderiram, pão, arroz, azeite ao preço mais baixo da ocasião. Os açambarcadores e os gananciosos desapareceram? Não, mas a vida deles tornou-se mais difícil, porque a Câmara se tornou a reguladora dos preços do mercado. O articulista terminava afirmando ser de toda a justiça «salientar um nome de entre os vereadores da Câmara

²³² *A Montanha*, Porto, 16 de Junho de 1917, p.1.

²³³ *O Século*, Lisboa, – nº 997, 19 Julho 1917, p.1.

Municipal do Porto: Manuel Pinto de Azevedo que, pelo seu tino prático pusera a funcionar com sucesso, esta complicada engrenagem»²³⁴.

A inveja e a tendência de dizer mal daquilo que os outros fazem bem são próprias dos homens. De Manuel Pinto de Azevedo disseram tudo: que tinha enriquecido à custa do milho que comprara e do bacalhau que fizera armazenar em edifício municipal. Mas ele não se ralava, o que o preocupava era poder continuar a trabalhar em prol do povo do Porto. O certo é que Manuel Pinto de Azevedo revelou, na gestão pública, como vereador republicano e responsável pela Comissão Municipal de Subsistências do Porto, um dinamismo notável, semelhante ao que demonstrava na gestão dos seus negócios, em especial na indústria, mas progressivamente alargados a outros ramos de actividade.

Dedicou-se a outros sectores industriais como o conserveiro, investindo na Companhia Portuguesa do Cobre, na cortiça, na vinicultura, nos seguros, na banca, na saúde e na imprensa, nomeadamente nos jornais O Norte e Jornal de Notícias. Foi Presidente do Conselho de Administração do jornal O Primeiro de Janeiro, de que era sócio maioritário.²³⁵

Foi durante 12 anos Mesário da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Nessa qualidade assumiu a Administração do Hospital-Sanatório de Rodrigues Semide.

Foi Presidente do Centro Republicano Democrático do Bonfim, de 1 de Janeiro de 1914 a 31 de Dezembro de 1915²³⁶. Em 1916, foi Presidente da Assembleia Geral da Sociedade de Instrução Militar Preparatória nº 6, com Sede Social na Rua do Almada, 641²³⁷. Foi também dirigente das mais diversas associações quer desportivas, quer sociais, como dos Bombeiros Voluntários de Leixões.

²³⁴ *O Século*, Lisboa, – nº 997, 19 Julho 1917, p.1.

²³⁵ CORDEIRO, José Manuel Lopes — *O Rasgo e a Vontade*. Porto: Associação Empresarial de Portugal, 2004, p. 88-89.

²³⁶ *Almanaque do Porto e seu Distrito* — Porto: Editor Américo Costa, 1915.

²³⁷ *Almanaque do Porto e seu Distrito* — Porto: Editor Américo Costa, 1916.

Conclusão

Portugal enfrentava desde há muito a questão das subsistências, não conseguindo alimentar o seu próprio povo, importando cada vez mais bens alimentares. Se, numa conjuntura normal, a situação era já muito penalizadora, pois tais aquisições tinham que ser feitas com um custo financeiro muito elevado em divisas fortes ou em ouro, teremos que concluir que, numa conjuntura de guerra, era dramática. Não havia onde ir buscar cereais e outros géneros de primeira necessidade, que se tornavam cada vez mais raros e caros.

Na altura houve uma questão muito importante que dividiu os políticos e a opinião pública portuguesa: entrar ou não na guerra. Ser neutral seria uma solução?

Alguns políticos portugueses, entre os quais Brito Camacho, estavam convencidos que a neutralidade durante a guerra poderia beneficiar Portugal. No entanto, apesar de, nos três primeiros anos (1914 a 1916), a Holanda e a Dinamarca terem podido beneficiar da sua posição neutral, a neutralidade não poupou ninguém.

Os países neutrais desempenhavam o seu papel especial, no abastecimento de ambas as partes em conflito, transportando para a Europa géneros alimentares e matérias-primas, como cavalos, cereais, carne congelada, couro, açúcar, etc.

Para os dois países referidos, Holanda e Dinamarca, a neutralidade parecia, inicialmente, ser uma boa decisão. Poderiam continuar a exercer o comércio e escoar os seus produtos, bem assim como servir de intermediários para o transporte de mercadorias provenientes de países longínquos, ou mesmo beligerantes. Mas foi precisamente esta qualidade de transportadores independentes que provocou a desconfiança tanto da Inglaterra como da Alemanha. A Royal Navy iniciou uma operação de controlo em alto mar e a Alemanha, não tendo possibilidade de o fazer, optou pelo afundamento indiscriminado, quer de navios pertencentes a países beligerantes, quer de navios pertencentes a países neutrais. Não poucas vezes os dois antagonistas apresaram tanto barcos como carregamentos, causando enormes prejuízos.

Podemos, portanto, concluir que a neutralidade, neste aspecto, não trouxe garantia nenhuma e um país como Portugal, tão dependente do comércio externo para as suas subsistências, deveria ter acautelado a sua marinha mercante, não podendo ignorar que todos os países estavam a sofrer perdas navais muito importantes.

A marinha mercante, principal meio de transporte utilizado por Portugal no seu comércio externo, atingira um tal declínio que chegou ao ponto de quase só poder garantir o tráfego de cabotagem. O transporte de mercadorias portuguesas e das mercadorias importadas ficara quase totalmente dependente dos navios estrangeiros, principalmente britânicos. Esta situação foi um dos factores mais condicionantes, durante o período em que Portugal esteve envolvido numa guerra mundial. Tivemos, ao longo da pesquisa que efectuámos, muitas notícias de géneros alimentares, mas não só, retidos tanto em Angola como em Moçambique, por falta de transporte. Naturalmente que o custo dos fretes subiu exponencialmente, devido aos riscos de navegação. Por exemplo, o transporte de um carregamento de trigo dos Estados Unidos para Portugal custava mais do que se pagava na América por esse trigo.

Dos 72 navios alemães apreendidos em 1916, o Governo cedeu 80 % à casa Furness & Co., de Londres, ficando Portugal absolutamente privado de transportes suficientes para as necessidades do seu comércio e à mercê da marinha mercante estrangeira. O resultado disto foi a paralisação quase completa das nossas exportações: de vinhos, de cortiça, etc., e graves problemas de abastecimento de géneros de primeira necessidade. Daí que a decisão de ceder esses navios tivesse suscitado tantas críticas,

Ao ser interpelado no Parlamento se eram necessários todos os barcos apreendidos, Afonso Costa, Chefe do Governo, respondera afirmativamente, dizendo que eles se destinavam a garantir o comércio para a Europa, Estados Unidos, Brasil e as colónias portuguesas. Frisara que, por esse motivo, era necessária uma grande frota marítima.

Estas palavras seriam desmentidas pouco tempo depois, com a cedência da maior parte dos barcos à Inglaterra.

As consequências desta decisão foram muito penalizantes pois que, para regularizar o abastecimento do mercado, seria necessário importar dezenas de milhar de toneladas de carga geral e de géneros alimentícios.

Não podia, no entanto, esquecer-se que, sem meios de transporte não era possível trazer essa mercadoria para Portugal em tempo útil, tanto mais que eram afundados, diariamente, dois a três barcos e que algumas empresas internacionais de navegação tinham amarrado os seus barcos nos portos, num movimento de pânico bem justificado. Temos a notícia de que uma das maiores empresas holandesas de barcos a vapor, a KNSM, depois de diversos barcos terem sido afundados, a partir da segunda metade da

guerra, paralisara a sua frota, mantendo somente em operação a linha Curaçau/Nova Iorque. Esta é mais uma evidência de que a neutralidade não era garantia de navegação segura. A Holanda era, afinal, um país neutral e manteve esse estatuto até ao fim da guerra.

A cidade do Porto sentia duplamente essa falta de transportes: em primeiro lugar, pela insuficiente importação de géneros; em segundo lugar, pelo facto de os barcos seguirem directos para Lisboa, sendo lá descarregados. De todos os carregamentos por encomendas efectuadas pela Comissão de Abastecimentos, que chegassem a Lisboa, uma determinada percentagem era destinada ao Porto. A maior parte das vezes esses bens ou ficavam retidos ou eram enviados para o Porto em menor percentagem. Fazia falta a Lisboa, respondiam. Já naquela altura o Porto se queixava de tratamento diferenciado das duas cidades, por parte do Governo Central. A Comissão de Abastecimentos não se coibia em reter géneros importados directamente pelos comerciantes do Porto, com a mesma alegação de que eram necessários em Lisboa. Daí que, quer os comerciantes importadores, que ficavam prejudicados, quer a municipalidade reclamassem junto do poder central, principalmente contra a Comissão de Abastecimentos que não tinha a menor consideração pelo Porto.

Por todos estes testemunhos, só poderemos concluir que a decisão de ceder à Inglaterra uma tão grande percentagem de navios, foi altamente penalizadora para os interesses de Portugal, tendo sido responsável por muitos dos problemas de abastecimento que o país sentiu. O preço foi muito pesado se considerarmos que, além da falta de transportes marítimos, a decisão de apreender estes barcos provocou a entrada de Portugal na guerra.

No segundo capítulo, estudámos a legislação produzida que tentava solucionar a crise de subsistências. Tentámos saber da sua eficácia ou não, se houvera alguma coerência na sua produção, ao longo do período em análise, e se fora bem recebida e executada. Se tivera em linha de conta as circunstâncias da sua aplicabilidade, tal como as limitações locais, de transporte, da vontade dos intervenientes em cumprir e, principalmente, da sua honestidade, do desejo de pôr o interesse público acima dos seus interesses privados. A repressão tinha sido necessária e fora eficientemente exercida? Que resultados foram alcançados?

A partir de 3 de Março de 1915, sucederam-se motins generalizados, um pouco por todo o país, em protesto pelo novo tabelamento do preço do pão. Tratava-se do último decreto do Governo do General Pimenta de Castro, estabelecendo um novo regime cerealífero e panificador. A 6 de Março, deram-se assaltos de populares a padarias em Lisboa e, a 9 de Março, operários do Arsenal de Lisboa atacaram uma padaria, tendo a polícia reagido violentamente a tiro. O clima político continuou assim ao longo de todo esse mês. O jornal *A Montanha*, na edição de 9 de Março, acusava o Ministro Nunes da Ponte de ter «decretado a fome com a lei dos trigos»²³⁸. Dizia que esta lei favoreceria a moagem em detrimento da indústria panificadora, condenando assim o povo à fome. Que desde que o Ministério da Ditadura de Pimenta de Castro tomara posse, a problemática das subsistências se tinha agravado extraordinariamente, culminando agora com este decreto, que vinha lançar um terrível pesadelo sobre todos os lares. Na realidade este jornal tinha razão, pois não foram tomadas medidas nenhuma que solucionassem o problema, limitando-se os governos a tabelar os cereais e o pão.

Já se tinham registado acontecimentos lamentáveis, um pouco por todo o país, e a única atitude que o Governo tomara fora mandar a polícia e a Guarda Republicana guardar as padarias.

Já o Congresso reunido por iniciativa da Liga Económica Nacional para o estudo dos problemas que diziam respeito à economia nacional, tendo estudado o acima citado decreto, concluía que ele revelava as boas intenções do Governo. Que, supondo que a moagem e a panificação o acatassem de bom grado, ele seria um excelente decreto. Mas, dados os antecedentes daquelas duas classes industriais em relação ao cumprimento das leis anteriores, previa-se que esta lei, sendo excelente, poderia vir a transformar-se, na prática, na pior de todas as leis, principalmente para o consumidor pobre. E assim foi. Em 31 de Agosto, quando esta lei cessava a sua vigência, três meses depois da recuperação do poder pelos democráticos, ninguém advogava a sua prorrogação. Antes pelo contrário, todos pediam a sua extinção²³⁹.

Dois anos depois, em 28 de Junho de 1917, a situação não se alterara substancialmente. Para poder responder cabalmente à pergunta sobre a eficácia das leis produzidas, tivemos que analisar e confrontar diversas opiniões.

²³⁸ *A Montanha*, Porto, 9 de Março de 1916. p.1.

²³⁹ *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 05 de Novembro de 1916 – nº 18.831, p.1.

No seu preâmbulo, o Decreto nº 3216 dizia que era necessário providenciar acerca do regime a que se devia subordinar a comercialização de géneros destinados ao abastecimento das populações.

Para todos os problemas existem sempre visões e soluções diferentes. Tendo analisado os efeitos deste decreto, comparando a opinião de dois jornais diários publicados no Porto e um em Lisboa, todos de grande circulação e de conotação partidária diversa, chegámos à conclusão de que ninguém apoiava completamente o seu articulado. O jornal monárquico e conservador *A Pátria* afirmava que não era com disposições como as contidas no Decreto nº. 3216 que o Governo conseguiria obstar a que a fome e a miséria voltassem a afligir, mais uma vez, as classes trabalhadoras do país. Era absolutamente peremptório:pear a livre expansão comercial dos cereais dentro do próprio continente, criando barreiras em cada uma das freguesias, era o absurdo mais completo. Estas disposições e a tremenda carga burocrática a que estavam associadas só iriam favorecer o contrabando entre as regiões que tinham excesso de produção e as que tinham *deficit*.

Por sua vez, o jornal lisboeta *O Século*, de 28 de Julho, afirmava-se convencido de que este decreto, como os que o precederam, viria a tornar-se letra morta ou, como aqueles, a ser executado sem critério, dando origem a violências, vinganças e atropelos sem nome, conseguindo apenas embrulhar ainda mais a questão. Lamentava que os governantes se esquecessem sempre do meio e das limitações em que as leis tinham de ser exercidas.

O jornal *A Montanha*, de 5 de Dezembro de 1917, era muito mais radical, pois alvitrava ao Ministro do Trabalho a revogação de todos os decretos sobre subsistências, deixando o comércio livre e as fronteiras e barreiras abertas. O articulista concluía que, dado que os «mil» decretos sobre subsistências não tinham resolvido a questão, antes pelo contrário, e que cada um que surgia era mais um mal para a vida económica do país, devia fazer-se a experiência proposta: mercado livre e impostos abolidos em certos e determinados géneros. Sugeria um período mínimo de dois meses de experiência.

Pelo que atrás expomos temos que concluir que não houve coerência nas disposições governamentais, até porque a excessiva rotação de Ministérios inviabilizava a construção de uma estratégia que durasse o suficiente para poder resultar. A legislação nunca era bem recebida, porque, para o ser, ter-se-ia que procurar encontrar um justo

equilíbrio entre os interesses de todos os sujeitos envolvidos e, mais importante, não poderia ser bem executada, por exigir muita burocracia e ser caótica (não definia com precisão as competências de quem as tinha que fazer cumprir). Por outro lado, não nos pareceu que os parceiros estivessem imbuídos do espírito de equanimidade que o interesse público exigia. Só podemos concluir que o Poder Central nunca conseguiu ter a situação minimamente controlada. Ao tentar fazê-lo, as autoridades policiais nem sempre actuaram com a contenção que o momento exigia.

Durante a elaboração desta dissertação fomos tomando consciência de que, apesar de tudo, o Porto tinha atravessado a crise de uma maneira muito menos dramática do que a capital. Sendo a legislação a mesma, as circunstâncias comerciais as mesmas, ainda agravadas pelo descaso que Lisboa votava ao Porto no que concerne ao seu abastecimento, temos que encontrar o factor que marcava essa diferença.

Em 3 de Março de 1916, Eduardo Santos Silva, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto, declarava que a Câmara não podia fazer nada enquanto a Lei das Subsistências não fosse regulamentada. Em Abril, dado o aumento do preço do pão de mistura, que se tornara incomportável para a bolsa das classes mais pobres da população, propôs que a Câmara contraísse um empréstimo de dez mil escudos, para o subsidiar. A Comissão Municipal de Subsistências, presidida por Manuel Pinto de Azevedo, entretanto criada para ajudar a Comissão Executiva a encontrar soluções para o problema das subsistências, começou a vender o pão integral, o chamado «pão da Câmara», a 7 centavos o quilo, nas esquadras de polícia, no quartel dos bombeiros e na sede das Juntas de Paróquia. Foi a fase de concorrência às padarias, que permitiu esmagar os preços.

Tendo normalizado a situação, deixou de o fazer. Rapidamente os preços subiram para os 10 centavos. Eduardo Santos Silva concluiu, então, que o papel da Câmara teria que evoluir e assumir o encargo de regulador dos preços.

Em 5 de Julho de 1916, Eduardo Santos Silva apresentou, na sessão do Senado da Câmara Municipal do Porto, a seguinte proposta: «que, perante o agravamento do custo de vida, a Câmara avançasse com um projecto de *municipalização das subsistências*, dando poderes à Comissão formada para esse efeito para adquirir e vender ao público pão, arroz, bacalhau, açúcar e outros produtos alimentares, com o objectivo de,

estabelecendo a concorrência, obrigar os comerciantes a respeitar os preços dos géneros alimentícios»²⁴⁰.

Tentando regularizar a venda a um preço justo das farinhas destinadas à panificação a Câmara, através da Comissão Municipal de Subsistências, tinha comprado milho, tendo iniciado a 19 de Outubro de 1916, essa venda, que era condicionada, pois que só a podiam comprar os padeiros que tinham tomado um compromisso por escrito de que «nas suas padarias o pão fosse vendido a sessenta réis o quilo». Solicitara também autorização para importar do estrangeiro um carregamento de milho até à totalidade de duas a três toneladas. Esta acção culminaria com a abertura de duas padarias municipais, onde se produzia e vendia o chamado *pão da câmara*.

Vamo-nos socorrer do jornal *A Montanha*, de 11 de Abril de 1917. Nessa edição, o articulista afirmava que, se analisássemos as consequências habituais da guerra no que respeitava à crise alimentar, teriam os *portuenses* que concluir, que eram ainda os que tinham sido mais poupados. Sabia-se que a vida era bem mais fácil no Porto que no resto do país, nomeadamente em Lisboa. Por exemplo o pão de trigo que, no Porto, ainda era igual ao que se fazia antes da guerra, mas em Lisboa isso já não acontecia, pois que o pão era «uma mistura, indigesta e negra que em alguns casos, seria bom para deitar aos cães»²⁴¹.

Assim, podemos concluir que o factor que influiu decisivamente para que a crise não se tivesse feito sentir mais dolorosamente se devia à obra da Câmara Municipal do Porto. Essa consagração já tinha sido referida quer pela imprensa independente quer pelo Parlamento, e com inteira justiça. Mas nunca será demais sublinhar o seu alcance e a sua eficácia em relação a alguns géneros como o milho e o açúcar, de que a municipalidade se tornou abastecedora do mercado, e de outros, como o bacalhau e o arroz, em que assumiu o papel regulador dos respectivos preços.

A acção do Presidente da Comissão Executiva, bem secundado pelo Presidente da Comissão de Subsistências, da Câmara Municipal do Porto, parece ter sido de extraordinária importância como peça essencial do projecto (avançado apenas em relação ao pão, embora também com tentativas ocasionais em relação a outros produtos)

²⁴⁰ PEREIRA, Gaspar Martins — *Eduardo Santos Silva – Cidadão do Porto (1870-1960)*. Porto: Campo das Letras, 2002, p.39-40.

²⁴¹ *A Montanha*, Porto, 9 de Março de 1916, p.1.

de «municipalização das subsistências», assegurando uma quantidade apreciável de abastecimento de pão às camadas mais carenciadas da cidade, apesar das dificuldades que enfrentava, nomeadamente o açambarcamento e a especulação dos industriais e comerciantes do sector.

Já a acção do Governo Central através da Comissão Central de Abastecimento não nos pareceu ter sido eficiente na resolução deste problema, deixando a população dependente da acção camarária, pelo menos no Porto.

Com o Governo de Sidónio Pais tudo mudou. Foi nomeado um novo Governador Civil, que deu posse a uma Comissão Administrativa para a Câmara Municipal. Eduardo Santos Silva e Manuel Pinto de Azevedo abandonaram as funções que exerciam.

O novo Presidente da Câmara anunciou, de imediato, que tinha recebido do novo Governo todas as garantias de uma boa colaboração na resolução dos problemas alimentares do Porto. Foram, no seguimento desse bom relacionamento, recebidos vários carregamentos de milho e a problemática do fornecimento de pão de milho à cidade parecia estar resolvida definitivamente. Manuel Pinto de Azevedo, apesar de ter abandonado tanto a vereação como a presidência da Comissão de Subsistências, manteve a oferta de cedência de uma padaria, totalmente equipada por si, e a título gratuito, o que foi aceite.

Mas, lentamente, começou a verificar-se que a situação se deteriorava e, rapidamente, a nova Comissão de Subsistências começou a apresentar queixas, precisamente as mesmas que a anterior Comissão. A situação atingiu tal ponto de rotura que a UON convocou uma greve geral revolucionária, para 18 de Novembro de 1918. Esta greve foi um relativo insucesso, porque as condições se alteraram subitamente, com o armistício de 11 de Novembro de 1918. A natural euforia do fim da guerra, a baixa súbita de preços e as condições sanitárias com a «gripe espanhola» que grassava entre a classe mais humilde, tinham retirado o seu argumento mais forte²⁴².

Estamos cientes de que este trabalho reflecte a nossa perspectiva sobre a questão das subsistências, com as limitações impostas pelas fontes consultadas e pelo tempo de que

²⁴² Cf. PEREIRA, Pacheco — *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*, Porto: Portucalense Editora, 1971.

dispusemos, não esgotando, obviamente, o tema. Entre outras pistas, fica em aberto o estudo da evolução da problemática das subsistências, para lá do período tratado nesta investigação.

Fontes

Publicações oficiais

AHMP — *Actas das Sessões do Senado da Câmara Municipal do Porto.*

Diário da Câmara de Deputados

Copiador de cartas da Comissão Municipal de Subsistências, livro 42, A-PUB, 2218

AHMP — *Relatório da acção da Câmara Municipal do Porto na Crise Alimentícia de 1916-1917*, Porto: Edição da Câmara Municipal do Porto, Março de 1917.

A imprensa nacional

Jornal *O Primeiro de Janeiro* — Porto

Jornal do Comércio e das Colónias — Lisboa

Jornal *A Montanha* — Porto

Jornal *A Pátria* — Porto

Jornal *O Século* — Lisboa

Bibliografia específica

Almanaque do Porto e seu Distrito. Porto: Editor Américo Costa. Cota SSA-A-18

ANDRADE, Anselmo de — *Portugal Económico e outros Escritos Económicos e financeiros 1911/1925*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

BRANDÃO, Fernando de Castro — *A primeira República Portuguesa uma Cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

CAMERON, Rondo — *História Económica do Mundo*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2004.

CORDEIRO, José Manuel Lopes — *O Rasgo e a Vontade*. Porto: Associação Empresarial de Portugal, 2004.

COSTA, Francisco Barbosa da — *História do Governo Civil do Distrito do Porto*. Lisboa: Edição do Governo Civil do Distrito do Porto, 2004.

COSTA, Ramiro — *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. 1º vol, Lisboa: Editor Assírio & Alvim, 1978.

JUSTINO, David — *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*. Lisboa: Veja Limitada, 1986.

KORVER, h.j. — *Koninklijke Boot – beeld van een Amsterdamse scheepvaart-onderneming, 1856-1981*. Amsterdam: KNSM, 1981.

KRAUS, Michael — *World War I, War at Sea*, In HALSEY, William D. (dir) — *Collier's Encyclopedia*. Vol. 23. USA: Crowell-Collier Educational Corporation, 1969.

MARTINS, Conceição Andrade — in, *História Económica de Portugal, 1700-2000*, (coord.) LAINS. Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira, vol 2, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MEDEIROS, Fernando, — *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: Editora A Regra do Jogo, 1978.

MÓNICA, Maria Filomena — *Fontes Pereira de Melo*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

OLIVEIRA, César — *O Operariado e a República Democrática 1910-1914*. Porto: Editorial Afrontamento, 1971.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Eduardo Santos Silva – Cidadão do Porto (1870-1960)*. Lisboa: Campo das Letras, Janeiro de 2002.

PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

PIRES, Ana Paula — *A Economia de Guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República de Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

POIDEVIN, Raymond — *A era da dominação (1848-1914)*. In DREYUS, François-George; MARX, Roland; POIDEVIN, Raymond — *História Geral da Europa*. Vol. 3: *A Europa de 1789 aos nossos dias*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América.

PEREIRA, Pacheco — *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

RAMOS, Rui - *As Guerras da República (1911-1917)*, in *História de Portugal*, dir. Mattoso, José, Lisboa, 1994, Editora Circulo de Leitores, sexto volume.

RAMOS, Rui — *A Segunda Fundação*. In MATTOSO, José (dir) — *História de Portugal*. Vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

REDONDO, Gonzalo — *História Universal*. Tomo XII: *La Consolidacion de las Libertades*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1984.

REIS, Jaime — *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

ROLLO, Fernanda, ROSAS, Fernando (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

ROLLO, Fernanda — *Os Sete Pecados da República*, «Única» 2 de Fevereiro de 2010.

SALAZAR, António de Oliveira — *O Ágio de Ouro e outros textos Económicos*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

SAMPAIO, Maria da Luz – Manuel Pinto de Azevedo. In SILVA, Armando Malheiro; SARAIVA, Arnaldo; TAVARES, Pedro Vilas Boas (dir.) – *Roteiros Republicanos – Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

SARAIVA, Arnaldo; TAVARES, Pedro Vilas Boas (dir.) – *Roteiros Republicanos – Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a Guerra 1914-1918*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

TELO, António José — *O Modelo Político e Económico da Regeneração e do Fontismo*. In MEDINA, João (coord.) — *História Contemporânea de Portugal*, Vol. IX. Lisboa: Amigos do Livro, 1986.

Bibliografia geral

ALMEIDA, Paulo Jerónimo Pereira de – *A Maçonaria no Porto durante a 1ª República*. Porto: Tese de Mestrado, FLUP, 2011.

VALENTE, Vasco Pulido — *Portugal Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alétheia Editores, 2009.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *A 1ª República (Alguns Aspectos Estruturas)*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda, 2ª edição, 1975.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *A 1ª República (As Estruturas de Base)*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.

MEDINA, João — *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Amigos do Livro, 1986.

NAVARRO, André — *Algumas considerações sobre a crise cerealífera*, in *Agros*, II série, 1º ano, nº 3 (Abril, 1925). Análise sucinta da crise e crítica aos projectos de Ezequiel Campos.

LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.) — *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Tipografia Guerra – Viseu, 2ª edição, 2005.

ANEXOS

A I República Portuguesa – Uma cronologia

Abreviaturas

- FCB *Fernando de Castro Brandão – A Primeira República Portuguesa: uma cronologia. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- HMO *COSTA, Ramiro — *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. Vol. 1, Lisboa: Editor Assírio & Alvim, 1978
- FFR ROLLO, Fernanda, ROSAS, Fernando (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009

Ano de 1910

- *15 de Novembro Primeira greve de República (FFR);
- *06 de Dezembro Proclamação do decreto-burla (por Brito Camacho), que regulava o direito de greve, fornecendo um enorme apoio aos amarelos (fura-greves). A imprensa operária e nomeadamente O Sindicalista, denunciavam o decreto como uma manobra, pois que se nele se concedia o direito de greve, também era consagrado o direito ao trabalho o que, como é óbvio, favorecia os fura-greves (HMO);

Ano de 1911

- *16 de Janeiro Toma posse a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto (FCB);
- *13 de Março Greve dos operários conserveiros de Setúbal. Repressão policial que provoca a morte a 2 trabalhadores. Prisão de Carlos Rates, secretário Geral da União dos Sindicatos de Setúbal (HMO);
- *27 de Julho Ezequiel Campos apresenta à Câmara dos Deputados um projecto de Lei de utilização das terras incultas (FFR);
- *17 de Setembro Realizam-se 2 comícios no Porto, contra a carestia dos géneros alimentícios (FCB);

Ano de 1912

- *07 de Janeiro Comício em Lisboa de protesto pelo aumento das rendas de casa, carestia da vida, etc. (FCB);
- *30 de Agosto Chegam ao Porto os 10 vagons de milho, enviados pelo Governo, que tenta minorar a falta deste cereal nos concelhos do Norte do país (FCB);

A questão das subsistências no Porto, durante o período da Grande Guerra

*29 de Junho D.G. nº 150 – Determina que o milho em grão. De produção das províncias portuguesas do ultramar, importado pela Madeira, pague metade do direito estabelecido para o milho estrangeiro (FCB);

*25 de Julho D.G. nº 172 – Autoriza a importação de milho exótico, com destino à alimentação pública (FCB);

Ano de 1913

*21 de Maio D.G. nº119 – Autoriza a importação de 32.000 quilogramas de trigo exótico (FCB);

*24 de Maio D.G. nº123 – Autoriza a importação de 1.000:000 quilos de trigo exótico, para consumo na ilha da Madeira (FCB);

Ano de 1914

*15 de Março (De 15 a 17) Congresso Operário em Tomar; criação da União Operária Nacional (FFR).

*10 de Agosto D.G. nº 138 – Proíbe a elevação dos preços de géneros alimentícios (FCB);

*12 de Agosto Tratado de Comércio e Navegação Luso-Britânico (FFR).

*14 de Setembro Reunião na sede do Sindicato dos Ferroviários, em que são requeridas ao Governo urgentes medidas económicas (FCB);

*18 de Setembro Protestos organizados no Porto contra a carestia da vida (FCB);

Ano de 1915

*28 de Janeiro Ditadura de Pimenta de Castro (FFR);

*03 de Março Motins por causa do novo tabelamento do preço do pão (FCB);

*06 de Março Assaltos de populares às padarias de Lisboa (FCB);

*09 de Março Operários do Arsenal de Lisboa atacam uma padaria, produzindo-se tiroteio com a polícia (FCB);

*12 de Março Encerramento das padarias. Tumultos violentos em Lisboa (FCB);

*12 de Março Na Régua, mais de 500 pessoas assaltam a Estação dos Caminhos de Ferro e destroem as pipas de vinho provenientes do Bombarral (FCB);

A questão das subsistências no Porto, durante o período da Grande Guerra

- *14 de Março Em Lisboa, a multidão assalta armazéns e padarias, em busca de comida, ai mesmo tempo que o regime ditatorial de Pimenta de Castro é derrubado (FCB);
- *14 de Maio Em Lisboa, a multidão assalta armazéns e padarias em busca de comida (FCB);
- *20 de Julho Manifestações pacíficas em Lamego e outras cidades, contra a carestia da vida (FCB);

Ano de 1916

- *29 de Janeiro Tumultos em Campo de Ourique e Alcantara, em Lisboa, por causa da carestia de vida (FCB);
- *30 de Janeiro Multiplicam-se os assaltos a mercearias e armazéns de víveres e rebenamento de bombas, por todo o país. Os populares, obrigando os administradores de Concelho a vistoriarem armazéns, encontram muitos géneros sonogados que distribuem pela população (HMO);
- *06 de Fevereiro Revolta-se a população de algumas freguesias limítrofes do Porto, para impedir o embarque de ceais para o sul (FCB);
- *15 de Fevereiro Assaltos a vários estabelecimentos em Vila Nova de Gaia (FCB);
- *23 De Fevereiro Requisição dos navios alemães surtos em águas portuguesas (FFR);
- *04 de Março Publicado o Decreto 2253 – Regula o abastecimento do país, de matérias-primas e de mercadorias de primeira necessidade (FCB);
- *10 de Março Publicado o Decreto 2268 – Abre um crédito de 3.000.000\$00, para encargos resultantes da crise cerealífera (FCB);
- *05 de Agosto Agitação popular contra a carestia de vida: assaltos a padarias (FCB);
- *14 de Dezembro Publicado o Decreto 3136 – Declara livre, na capital, a entrada de pão de qualquer tipo (FCB);
- *26 de Outubro Publicado o Decreto 2691, obrigando os produtores a vender o trigo à Manutenção Militar (FCB);
- *20 de Dezembro Tumultos e assaltos generalizados em Lisboa e no Porto, contra a carestia da vida (FCB);
- *20 de Dezembro Publicado o Decreto 3150, que suspende totalmente as garantias constitucionais na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes (FCB);
- *22 de Dezembro Ascendem a 22 mortos e muitos feridos, as vitimas dos tumultos

Lisboa (FCB);

Ano de 1917

- *07 de Abril Assaltos, no Porto, a vendedores de pão e hortaliças (FCB);
- *11 de Abril Repetem-se os ataques aos vendedores do mercado do Porto, que ameaçam não voltar aos locais de negócio (FCB);
- *14 de Maio Publicado o Decreto 3136, que declara livre na capital, a entrada de pão de qualquer tipo (FCB);
- *19 de Maio «Revolta da batata» em Lisboa, que grassa de 19 a 21 de Maio, e que alastra a concelhos circunvizinhos. O povo de Lisboa já resignado com a falta de pão procura substituí-lo por batatas. O preço desta, em poucas horas, mais do que duplica, o que provoca a fúria popular que assalta as mercearias, entra em confronto com a Guarda Republicana, ergue barricadas (HMO);
- *22 de Maio Ascendem a 22 mortos e muitos feridos, as vítimas dos tumultos no Porto (FCB);
- *12 de Julho Publicado o Decreto 3245, que declara o estado de sítio em Lisboa e concelhos limítrofes, que se estendem até ao próximo dia 21 (FCB);
- *08 de Setembro Greve Greal convocada pela UON (FFR);
- *10 de Novembro Assalto em Lisboa a várias padarias (FCB);
- *23 de Novembro A Administração dos Abastecimentos, publica uma nota oficiosa sobre a questão das subsistências (FCB);
- 05 Dezembro Revolta de Sidónio Pais (FFR);
- *05 de Dezembro Tumultos e assaltos no Porto, Ermesinde, Rio Tinto e Gondomar por causa das subsistências (FCB);

Ano de 1918

- *09 de Março Publicado o Decreto 3908, criando os Ministérios da Agricultura e das Subsistências e dos Transportes (FCB);
- *28 de Março Publicado o Decreto 3995, estabelecendo que as licenças para exportação só sejam passadas pelo ministério das Subsistências (FCB);
- *02 de Abril A crise de subsistências provoca conflitos entre populares, a polícia e soldados em Alcântara. Há feridos e prisões (FCB);
- *05 de Abril Em Março o aumento do custo de vida, relativamente a Julho de 1914, deveria orçar, na generalidade, por 157%;

A questão das subsistências no Porto, durante o período da Grande Guerra

- *22 de Abril Publicado o Decreto 4125, que cria os celeiros municipais (FCB);
- *07 de Junho Machado Santos demite-se da secretaria de estado das Subsistências (FCB);
- *10 de Julho Aviso ao público pela fiscalização da Secretaria de Estado das subsistências, contra o açambarcamento (FCB);
- *14 de Julho Publicado o Decreto 4637, que modifica a organização dos celeiros municipais, regulamentando o seu funcionamento (FCB);
- *14 de Julho Publicado o Decreto 4638, que estabelece o regime comercial dos cereais, da moagem e da panificação e diversas disposições relativamente ao abastecimento do país (FCB);
- *25 de Julho Assalto a estabelecimentos comerciais na Régua (FCB);
- *08 de Setembro Começam a ser distribuídas senhas de racionamento e cartas de consumo (FFR);
- *14 de Setembro São proibidos os comícios contra a carestia da vida, programado pela União Operária Nacional (FCB);
- *10 de Outubro Publicado o Decreto 4879, instituindo a Secretaria de Estado dos Abastecimentos (FCB);
- *18 de Novembro Greve geral contra a carestia de vida, promovida pela U.O.N. (FFR);
- *29 de Novembro Publicado o Decreto 4921, que determina a distribuição gratuita de senhas de racionamento e cartas de consumo (FCB);
- *14 de Dezembro Sidónio Pais é assassinado (FFR);

A questão das subsistências no Porto, durante o período da Grande Guerra